

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	38

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	158
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	160
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	161
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	162

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.696.627
Preferenciais	2.718.855
Total	4.415.482
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	8.700
Total	8.700

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2011	Ordinária		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2011	Preferencial		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	22/08/2011	Ordinária		0,07800
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	22/08/2011	Preferencial		0,07800
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	03/10/2011	Ordinária		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	03/10/2011	Preferencial		0,01400

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	29.818.000	28.218.000
1.01	Ativo Circulante	1.215.000	1.611.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	327.000	518.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	327.000	518.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	312.000	489.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	15.000	29.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	432.000	383.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	432.000	383.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	456.000	710.000
1.01.08.03	Outros	456.000	710.000
1.01.08.03.01	Depósitos em Garantia	89.000	50.000
1.01.08.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	83.000	136.000
1.01.08.03.03	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	279.000	510.000
1.01.08.03.04	Outros Créditos Diversos	5.000	14.000
1.02	Ativo Não Circulante	28.603.000	26.607.000
1.02.02	Investimentos	28.071.000	25.768.000
1.02.02.01	Participações Societárias	28.071.000	25.768.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	28.071.000	25.768.000
1.02.03	Imobilizado	72.000	7.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	72.000	7.000
1.02.04	Intangível	460.000	832.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	832.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	29.818.000	28.218.000
2.01	Passivo Circulante	1.347.000	1.916.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.000	104.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.000	104.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	31.000	104.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	729.000	1.064.000
2.01.04.02	Debêntures	729.000	1.064.000
2.01.05	Outras Obrigações	544.000	712.000
2.01.05.02	Outros	544.000	712.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	544.000	712.000
2.01.06	Provisões	43.000	36.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.000	14.000
2.01.06.02	Outras Provisões	1.000	22.000
2.01.06.02.04	Outras	1.000	22.000
2.03	Patrimônio Líquido	28.471.000	26.302.000
2.03.01	Capital Social Realizado	13.678.000	13.266.000
2.03.02	Reservas de Capital	-68.000	12.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-80.000	0
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	12.000	12.000
2.03.04	Reservas de Lucros	15.193.000	13.163.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.952.000	1.777.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	13.038.000	9.760.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	445.000
2.03.04.11	Outras Reservas	203.000	1.181.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-332.000	-139.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.141.000	3.481.000	974.000	3.170.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.000	-27.000	-7.000	-28.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.000	16.000	1.000	4.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-26.000	-113.000	-40.000	-98.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.160.000	3.605.000	1.020.000	3.292.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.141.000	3.481.000	974.000	3.170.000
3.06	Resultado Financeiro	-20.000	-34.000	-4.000	-161.000
3.06.01	Receitas Financeiras	3.000	47.000	37.000	23.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.000	-81.000	-41.000	-184.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.121.000	3.447.000	970.000	3.009.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.000	52.000	-23.000	114.000
3.08.01	Corrente	0	0	2.000	1.000
3.08.02	Diferido	2.000	52.000	-25.000	113.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.123.000	3.499.000	947.000	3.123.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.123.000	3.499.000	947.000	3.123.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,25000	0,80000	0,22000	0,72000
3.99.01.02	PN	0,25000	0,80000	0,22000	0,72000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	1.123.000	3.499.000	947.000	3.123.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-94.000	-193.000	-15.000	-75.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-124.000	-216.000	40.000	16.000
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	153.000	127.000	-50.000	-77.000
4.02.03	Hedge Abrangente do Período	-123.000	-104.000	-5.000	-14.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.029.000	3.306.000	932.000	3.048.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.000	101.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-76.000	-280.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	3.499.000	3.124.000
6.01.01.02	Juros sobre Debêntures	81.000	0
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.605.000	-3.292.000
6.01.01.04	Tributos Diferidos	-52.000	-113.000
6.01.01.05	Outros	1.000	1.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	140.000	381.000
6.01.02.01	(Aumento)Redução em Outros Ativos	-482.000	40.000
6.01.02.02	(Red)Aum. Prov.e Ctas a Pgr e Ots Passivos	433.000	90.000
6.01.02.03	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.000	0
6.01.02.04	(Aumento)Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	190.000	251.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.626.000	-56.000
6.02.01	Alienação de Investimentos	14.000	86.000
6.02.02	Aquisição de Investimentos	-4.000	-1.649.000
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-66.000	-1.000
6.02.04	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.682.000	1.508.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.690.000	-171.000
6.03.01	Subscrição de Ações	412.000	266.000
6.03.02	Aquisição de Ações em Tesouraria	-80.000	0
6.03.03	Juros sobre o Capital Proprio e Dividendos Pagos	-1.606.000	-1.437.000
6.03.04	Pagamento de Debêntures	-416.000	0
6.03.05	Emissão de Recursos Institucionais - Debêntures	0	1.000.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-126.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	136.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	10.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.266.000	12.000	13.129.000	0	-105.000	26.302.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	34.000	0	-34.000	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.266.000	12.000	13.163.000	0	-139.000	26.302.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	412.000	-80.000	-399.000	-945.000	0	-1.012.000
5.04.01	Aumentos de Capital	412.000	0	0	0	0	412.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	46.000	0	0	46.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-80.000	0	0	0	-80.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-445.000	-185.000	0	-630.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-760.000	0	-760.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.499.000	-193.000	3.306.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.499.000	0	3.499.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-193.000	-193.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-193.000	-193.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.429.000	-2.554.000	0	-125.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.554.000	-2.554.000	0	0
5.06.04	Outros	0	0	-125.000	0	0	-125.000
5.07	Saldos Finais	13.678.000	-68.000	15.193.000	0	-332.000	28.471.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	266.000	15.000	138.000	-1.190.000	0	-771.000
5.04.01	Aumentos de Capital	266.000	0	0	0	0	266.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	32.000	0	0	32.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-183.000	0	-183.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	121.000	-1.007.000	0	-886.000
5.04.08	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	15.000	-15.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.123.000	-75.000	3.048.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.123.000	0	3.123.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-75.000	-75.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.392.000	-1.317.000	0	75.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.392.000	-1.392.000	0	0
5.06.04	Outros	0	0	0	75.000	0	75.000
5.07	Saldos Finais	13.266.000	12.000	13.366.000	-985.000	-118.000	25.541.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	63.000	27.000
7.01.02	Outras Receitas	63.000	27.000
7.01.02.01	Ganhos (Líquidos) com Ativos Financeiros	47.000	23.000
7.01.02.02	Outras Receitas Operacionais	16.000	4.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-100.000	-200.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.000	-3.000
7.02.04	Outros	-96.000	-197.000
7.02.04.01	Despesas Financeiras	-81.000	-184.000
7.02.04.03	Convênio de Rateio de Custos Comuns	-9.000	-6.000
7.02.04.04	Propaganda, Promoções e Publicidade	-1.000	-1.000
7.02.04.05	Outras	-5.000	-6.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-37.000	-173.000
7.04	Retenções	-1.000	-1.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.000	-1.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-38.000	-174.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.605.000	3.292.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.605.000	3.292.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.567.000	3.118.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.567.000	3.118.000
7.08.01	Pessoal	7.000	12.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.000	12.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	61.000	-17.000
7.08.02.01	Federais	61.000	-17.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.499.000	3.123.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	945.000	1.190.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.554.000	1.933.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	301.529.000	275.635.000
1.01	Ativo Circulante	292.853.000	267.248.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.344.000	4.029.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	142.760.000	133.219.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	141.632.000	132.060.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	41.932.000	42.619.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	16.517.000	16.803.000
1.01.02.01.03	Depósitos Compulsórios no Banco Central	35.879.000	31.469.000
1.01.02.01.04	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.041.000	5.425.000
1.01.02.01.05	Aplicações no Mercado Aberto	34.353.000	32.786.000
1.01.02.01.06	Derivativos	4.845.000	2.846.000
1.01.02.01.07	Ativos Financeiro Designados a Valor Justo Através do Resultado	65.000	112.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.128.000	1.159.000
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.128.000	1.159.000
1.01.03	Contas a Receber	115.283.000	100.756.000
1.01.03.01	Clientes	115.283.000	100.756.000
1.01.03.01.01	Operações de Créditos	123.653.000	108.068.000
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-8.370.000	-7.312.000
1.01.04	Estoques	797.000	663.000
1.01.05	Ativos Biológicos	1.058.000	1.030.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	28.611.000	27.551.000
1.01.08.03	Outros	28.611.000	27.551.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	10.342.000	9.450.000
1.01.08.03.03	Bens Destinados a Venda	26.000	32.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos Financeiros	14.249.000	15.831.000
1.01.08.03.05	Outros Ativos não Financeiros	3.994.000	2.238.000
1.02	Ativo Não Circulante	8.676.000	8.387.000
1.02.02	Investimentos	986.000	1.079.000
1.02.02.01	Participações Societárias	986.000	1.079.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	986.000	1.079.000
1.02.03	Imobilizado	4.854.000	4.617.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.854.000	4.617.000
1.02.04	Intangível	2.836.000	2.691.000
1.02.04.01	Intangíveis	2.836.000	2.691.000
1.02.04.01.02	Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento	909.000	889.000
1.02.04.01.03	Associações p/ Prom. e Oferta de Prod. Serv.Financ.	417.000	543.000
1.02.04.01.04	Software	704.000	557.000
1.02.04.01.05	Direitos de Adm. de Fundos de Investimentos	999.000	329.000
1.02.04.01.06	Ágio	686.000	1.042.000
1.02.04.01.07	Marcas e Patentes	85.000	2.000
1.02.04.01.08	Outros Ativos Intangíveis	244.000	219.000
1.02.04.01.09	Amortização Acumulada do Intangível	-1.208.000	-890.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	301.529.000	275.635.000
2.01	Passivo Circulante	270.186.000	246.456.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.417.000	5.650.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.417.000	5.650.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	677.000	364.000
2.01.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	3.013.000	3.114.000
2.01.03.01.03	Outras	727.000	2.172.000
2.01.05	Outras Obrigações	259.707.000	235.225.000
2.01.05.02	Outros	259.707.000	235.225.000
2.01.05.02.04	Recursos Captados	204.408.000	187.876.000
2.01.05.02.05	Derivativos	4.122.000	2.077.000
2.01.05.02.06	Provisão de Seguros e Previdência Privada	24.810.000	20.789.000
2.01.05.02.07	Passivos de Planos de Capitalização	1.040.000	952.000
2.01.05.02.08	Outros Passivos Financeiros	13.503.000	14.999.000
2.01.05.02.09	Outros Passivos não Financeiros	11.824.000	8.532.000
2.01.06	Provisões	6.062.000	5.581.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.001.000	5.518.000
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	3.270.000	2.892.000
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.568.000	1.518.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.163.000	1.108.000
2.01.06.02	Outras Provisões	61.000	63.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	31.343.000	29.179.000
2.03.01	Capital Social Realizado	13.678.000	13.266.000
2.03.02	Reservas de Capital	-68.000	12.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-80.000	0
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	12.000	12.000
2.03.04	Reservas de Lucros	15.193.000	13.163.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.952.000	1.777.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	13.038.000	9.760.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	445.000
2.03.04.10	Outras Reservas	203.000	1.181.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-332.000	-139.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.872.000	2.877.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.139.000	3.709.000	1.333.000	4.176.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-462.000	-2.349.000	-828.000	-2.994.000
3.03	Resultado Bruto	677.000	1.360.000	505.000	1.182.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.027.000	-10.500.000	-3.476.000	-9.426.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.430.000	-8.734.000	-2.791.000	-7.658.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	373.000	1.198.000	211.000	702.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-848.000	-2.819.000	-963.000	-2.615.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-122.000	-145.000	67.000	145.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.350.000	-9.140.000	-2.971.000	-8.244.000
3.06	Resultado Financeiro	4.385.000	13.717.000	4.701.000	13.153.000
3.06.01	Receitas Financeiras	13.478.000	35.248.000	10.223.000	27.902.000
3.06.01.01	Receita de Juros e Rendimentos	9.839.000	26.999.000	6.921.000	20.786.000
3.06.01.02	Valores Mobiliários	-139.000	-150.000	550.000	640.000
3.06.01.03	Receita de Dividendo	21.000	71.000	20.000	59.000
3.06.01.04	Receita de Prestação de Serviços Financeiros	1.911.000	5.263.000	1.597.000	4.578.000
3.06.01.05	Receita de Prêmios de Oper. Seguros e Previdência	458.000	1.320.000	912.000	1.321.000
3.06.01.06	Receita Operações de Câmbio	1.388.000	1.745.000	223.000	518.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.093.000	-21.531.000	-5.522.000	-14.749.000
3.06.02.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-7.180.000	-15.674.000	-3.736.000	-9.590.000
3.06.02.02	Perdas com Crédito, Recebíveis e Sinistros	-1.545.000	-4.609.000	-1.372.000	-4.018.000
3.06.02.03	Despesas Tributárias	-368.000	-1.248.000	-414.000	-1.141.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.035.000	4.577.000	1.730.000	4.909.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	239.000	-688.000	-617.000	-1.354.000
3.08.01	Corrente	-625.000	-2.046.000	-387.000	-1.488.000
3.08.02	Diferido	864.000	1.358.000	-230.000	134.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.274.000	3.889.000	1.113.000	3.555.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.274.000	3.889.000	1.113.000	3.555.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.124.000	3.499.000	948.000	3.124.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	150.000	390.000	165.000	431.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,25000	0,80000	0,22000	0,72000
3.99.01.02	PN	0,25000	0,80000	0,22000	0,72000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,25000	0,80000	0,22000	0,72000
3.99.02.02	PN	0,25000	0,80000	0,22000	0,72000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.274.000	3.889.000	1.113.000	3.555.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-94.000	-193.000	-15.000	-75.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-124.000	-216.000	40.000	16.000
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	153.000	127.000	-50.000	-77.000
4.02.03	Hedge Fluxo de Caixa	-123.000	-104.000	-5.000	-14.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.180.000	3.696.000	1.098.000	3.480.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.030.000	3.306.000	933.000	3.049.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	150.000	390.000	165.000	431.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.254.000	-7.855.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.005.000	10.760.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	3.889.000	3.555.000
6.01.01.02	Opções de Outorgas Reconhecidas	45.000	30.000
6.01.01.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.314.000	4.652.000
6.01.01.04	Resultado de Operações com Dívida Subordinada	1.244.000	667.000
6.01.01.05	Resultado de Operações com Debêntures	131.000	69.000
6.01.01.06	Variação das Provisões de Seguros e Previdência	3.219.000	2.256.000
6.01.01.07	Receita de Operações de Capitalização	-133.000	-118.000
6.01.01.08	Depreciação e Amortizações	1.082.000	900.000
6.01.01.09	Juros, Variações Cambiais e Monetárias, Líquidas	137.000	-1.000
6.01.01.10	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	3.000
6.01.01.11	Provisões	106.000	-446.000
6.01.01.12	Tributos Diferidos	-1.358.000	-134.000
6.01.01.13	Resultado de Participações sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas	145.000	-145.000
6.01.01.14	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-100.000	-213.000
6.01.01.15	(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-162.000	-8.000
6.01.01.16	Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	-119.000	-117.000
6.01.01.17	(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	-13.000	-7.000
6.01.01.18	(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	-2.000	4.000
6.01.01.19	Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-1.124.000	-831.000
6.01.01.20	Outros	-296.000	644.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.751.000	-18.615.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-445.000	-4.984.000
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	-2.870.000	7.562.000
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	-4.246.000	-17.674.000
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	979.000	-4.584.000
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Derivativos (Ativos/Passivos)	59.000	-399.000
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo	48.000	-31.000
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Operações de Crédito	-18.894.000	-16.575.000
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	1.226.000	-2.450.000
6.01.02.09	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	715.000	1.297.000
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Depósitos	6.163.000	1.638.000
6.01.02.11	(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	-1.508.000	8.691.000
6.01.02.12	(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-152.000	167.000
6.01.02.13	(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários	7.567.000	4.050.000
6.01.02.14	(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência	860.000	-49.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01.02.15	(Redução) Aumento em Passivos de Planos de Capitalização	0	200.000
6.01.02.16	(Redução) Aumento em Provisões	-95.000	3.000
6.01.02.17	(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais	-535.000	1.080.000
6.01.02.18	(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros	0	1.903.000
6.01.02.19	(Redução) Aumento em Outros Passivos	1.456.000	2.319.000
6.01.02.20	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.079.000	-779.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	183.000	-1.180.000
6.02.01	Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas não Consolidadas	17.000	1.073.000
6.02.02	Recurso da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10.476.000	4.237.000
6.02.03	Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento	206.000	71.000
6.02.04	Alienação de Bens Destinados a Venda	47.000	108.000
6.02.05	Alienação de Investimentos	0	86.000
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	67.000	28.000
6.02.07	Distrato de Contratos do Intangível	12.000	28.000
6.02.08	Aquisição de Participação Adicional no Itaú Unibanco Holding	0	-1.649.000
6.02.09	Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-8.818.000	-3.785.000
6.02.10	Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-46.000	-189.000
6.02.11	Aquisição de Investimentos	-5.000	0
6.02.12	Aquisição de Imobilizado de Uso	-800.000	-473.000
6.02.13	Aquisição de Intangível	-973.000	-715.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.145.000	2.881.000
6.03.01	Captação em Mercados Institucionais	4.872.000	6.337.000
6.03.02	Resgate em Mercados Institucionais	-3.875.000	-1.001.000
6.03.03	Varição da Participação dos Acionistas Não Controladores	-117.000	55.000
6.03.07	Outorga de Opções de Ações	86.000	111.000
6.03.08	Ações em Tesouraria	-571.000	-1.440.000
6.03.09	Subscrição de Ações	412.000	266.000
6.03.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores	-226.000	-258.000
6.03.11	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-1.726.000	-1.189.000
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	712.000	-161.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.004.000	-6.315.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.990.000	25.883.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.994.000	19.568.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.266.000	12.000	13.129.000	0	-105.000	26.302.000	2.877.000	29.179.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	34.000	0	-34.000	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.266.000	12.000	13.163.000	0	-139.000	26.302.000	2.877.000	29.179.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	412.000	-80.000	-399.000	-945.000	0	-1.012.000	0	-1.012.000
5.04.01	Aumentos de Capital	412.000	0	0	0	0	412.000	0	412.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	46.000	0	0	46.000	0	46.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-80.000	0	0	0	-80.000	0	-80.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-445.000	-185.000	0	-630.000	0	-630.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-760.000	0	-760.000	0	-760.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.499.000	-193.000	3.306.000	390.000	3.696.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.499.000	0	3.499.000	390.000	3.889.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-193.000	-193.000	0	-193.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-193.000	-193.000	0	-193.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.429.000	-2.554.000	0	-125.000	-395.000	-520.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.554.000	-2.554.000	0	0	0	0
5.06.04	Outros	0	0	-125.000	0	0	-125.000	-395.000	-520.000
5.07	Saldos Finais	13.678.000	-68.000	15.193.000	0	-332.000	28.471.000	2.872.000	31.343.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000	2.649.000	25.838.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000	2.649.000	25.838.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	266.000	15.000	138.000	-1.190.000	0	-771.000	0	-771.000
5.04.01	Aumentos de Capital	266.000	0	0	0	0	266.000	0	266.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	32.000	0	0	32.000	0	32.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-183.000	0	-183.000	0	-183.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	121.000	-1.007.000	0	-886.000	0	-886.000
5.04.08	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	15.000	-15.000	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.123.000	-75.000	3.048.000	431.000	3.479.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.123.000	0	3.123.000	431.000	3.554.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-75.000	-75.000	0	-75.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.392.000	-1.317.000	0	75.000	-240.000	-165.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.392.000	-1.392.000	0	0	0	0
5.06.04	Outros	0	0	0	75.000	0	75.000	-240.000	-165.000
5.07	Saldos Finais	13.266.000	12.000	13.366.000	-985.000	-118.000	25.541.000	2.840.000	28.381.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	36.757.000	28.851.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.709.000	4.176.000
7.01.02	Outras Receitas	36.930.000	28.275.000
7.01.02.01	Resultado Financeiro e de Valores Mobiliários	28.594.000	21.944.000
7.01.02.02	Resultado das Operações c/ Seg., Prev. e Capitaliz.	1.804.000	1.321.000
7.01.02.03	Juros, Rendtos., Dividendos e Prest. de Serv. Financ.	5.334.000	4.637.000
7.01.02.04	Outras	1.198.000	373.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.882.000	-3.600.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.622.000	-18.854.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.117.000	-2.994.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.009.000	-824.000
7.02.04	Outros	-22.496.000	-15.036.000
7.02.04.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-15.674.000	-9.590.000
7.02.04.02	Despesas com Sinistros	-727.000	-418.000
7.02.04.03	Outras Despesas	-3.687.000	-2.858.000
7.02.04.04	Processamento de Dados e Telecomunicações	-865.000	-752.000
7.02.04.05	Propaganda, Promoções e Publicidade	-284.000	-306.000
7.02.04.06	Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	-257.000	-338.000
7.02.04.07	Transporte	-193.000	-160.000
7.02.04.08	Segurança	-132.000	-118.000
7.02.04.09	Viagens	-52.000	-41.000
7.02.04.10	Legais e Judiciais	-209.000	0
7.02.04.11	Outros Insumos Adquiridos de Terceiros	-416.000	-455.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.135.000	9.997.000
7.04	Retenções	-1.082.000	-582.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.082.000	-582.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.053.000	9.415.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-145.000	145.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-145.000	145.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.908.000	9.560.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.908.000	9.560.000
7.08.01	Pessoal	3.309.000	2.793.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.595.000	2.178.000
7.08.01.02	Benefícios	508.000	430.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	206.000	185.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.453.000	2.980.000
7.08.02.01	Federais	2.183.000	2.758.000
7.08.02.02	Estaduais	64.000	59.000
7.08.02.03	Municipais	206.000	163.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	257.000	232.000
7.08.03.02	Aluguéis	257.000	232.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.889.000	3.555.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	945.000	1.189.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.554.000	1.935.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	390.000	431.000

Comentário do Desempenho

ITÁUSA - INVESTIMENTOS ITÁU S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a setembro de 2011

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a setembro de 2011, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis disponibilizadas nesta data junto à CVM e BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (International Financial Reporting Standards), em consonância com as instruções CVM 457/07 e CVM 485/10.

Com o objetivo de fazer uma transição de maneira transparente e dentro das melhores práticas, apresentaremos, quando aplicável, os destaques financeiros antes e após os ajustes, para melhor comparabilidade.

DESTAQUES

Itaúsa

A Itaúsa foi mais uma vez selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), em sua edição 2011/2012. A nova carteira é integrada por 342 empresas de 30 países, das quais apenas oito brasileiras – entre elas também o Itaú Unibanco Holding S.A. e sua controlada Redecard S.A. Os destaques da participação da Itaúsa são:

- Oitavo ano em que compõe o DJSI.
- Líder em seu setor (Serviços Financeiros) pelo quinto ano consecutivo.
- Maior nota do setor em nove quesitos: 1) Gerenciamento de Marca; 2) Código de Conduta e Corrupção; 3) Riscos do Negócio/Project Finance; 4) Código de Ética – Financiamentos/Investimentos; 5) Indicadores Laborais; 6) Filantropia e Cidadania Corporativa; 7) Saúde e Segurança Ocupacional; 8) Inclusão Financeira e Capacitação; e 9) Padrões para Fornecedores.
- Pontuação acima da média do setor em todos os itens avaliados.

O DJSI reúne ações de empresas avaliadas como sustentáveis pela capacidade de integrar a criação de valor econômico em longo prazo a fatores de transparência, governança corporativa e responsabilidade social e ambiental. Na composição do índice é considerada principalmente a qualidade da gestão da empresa, com o aproveitamento de oportunidades de negócios e gerenciamento de riscos associados a fatores econômicos, ambientais, sociais e culturais.

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, desde 2005 a Itaúsa mantém Regras Operacionais de Negociação das Próprias Ações para Tesouraria. No ano de 2011, a Itaúsa adquiriu 8.700.000 ações preferenciais, ao preço médio de R\$ 9,20. Na Reunião do Conselho de Administração de 07 de novembro de 2011 foi renovado o programa para aquisição de até 278 milhões de ações, sendo 65 milhões de ações ordinárias e 213 milhões de ações preferenciais.

Itaú Unibanco

O Itaú Unibanco também foi selecionado – e pela 12ª vez consecutiva – para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), edição 2011/2012, tendo sido o único banco latino-americano a participar da composição do índice desde a sua criação. Na edição, o Itaú Unibanco atingiu a nota máxima (100%) do setor nos quesitos “Desenvolvimentos do Capital Humano” e “Riscos do Negócio/Project Finance”, e teve a melhor pontuação (98%) no quesito “Políticas/Ações anticrime e fraudes”.

Comentário do Desempenho

Outros fatos marcaram o período, entre eles o início da expansão dos serviços Itaú Uniclass para todos os clientes da rede de varejo que concentram seu relacionamento financeiro no Banco; e a aquisição de 25.470.900 ações para a tesouraria ao preço médio de R\$ 29,14, no terceiro trimestre, (no acumulado do ano, foram adquiridas 40.970.900 ações para tesouraria ao preço médio de R\$ 31,69), amparado por seu programa aprovado em 1º de novembro de 2010.

No Chile, o Itaú Unibanco assinou acordo com a Munita, Cruzat & Claro (MCC) para criar uma nova empresa que visa desenvolver conjuntamente o negócio de Private Bank naquele país. A nova empresa será controlada pelo Itaú Unibanco com gestão da MCC, empresa com mais de 28 anos de experiência no mercado chileno.

Duratex

A Duratex permanece atenta às oportunidades de seus segmentos de atuação e de janeiro a setembro de 2011, destinou R\$ 423,3 milhões em investimentos, entre os quais são destaques: (i) o *down payment* realizado para aquisição de equipamentos voltados à instalação das novas linhas de MDF e a execução de obras de infraestrutura na unidade de Itapetininga (SP), que deverá sediar a primeira de duas plantas projetadas; (ii) a conclusão da montagem e o início de operação de uma linha de revestimento, em Baixa Pressão (BP), instalada em Agudos (SP), que já contribui para o incremento do *mix* de venda de painéis; (iii) a inauguração de uma linha de pisos laminados, em Agudos (SP), que permite atender à demanda crescente por esse tipo de produto; (iv) a conclusão da aquisição da Elizabeth Louças Sanitárias; e (v) a conclusão da montagem e o início de atividade de um equipamento de galvanoplastia, no segmento de metais sanitários, em Jundiá (SP), e de um novo forno com capacidade de queima de 800 mil peças anuais de louças, na unidade de Cabo de Santo Agostinho (PE). Estão ainda em andamento, na Deca, as obras na unidade de Queimados (RJ) que permitirão maior diversificação geográfica no segmento de louças sanitárias e adição de 2,4 milhões de peças anuais de capacidade de produção até final de 2012.

Itautec

Ao longo de 2011, a Itautec forneceu mais de mil servidores, que estão sendo utilizados para a construção de um supercomputador, que será destinado para pesquisas de uma das maiores empresas brasileiras. Com isso, a Companhia avança em seu posicionamento como uma das maiores provedoras de high performance technical computing (hptc) do Brasil.

Foi realizada a operação de roll out e tombamento das lojas de um grande varejista com presença nacional. Em 48 horas, 1,5 mil técnicos realizaram, com sucesso, a substituição de aproximadamente doze mil equipamentos em 455 lojas. O negócio, que incluiu produtos e serviços, demonstrou a capacidade operacional da Itautec em atuar em grandes projetos, contribuindo para o crescimento de seus clientes.

Foram comercializadas aproximadamente cinco mil ATMs no ano, das quais duas mil com dispositivo de identificação biométrica para um grande banco brasileiro. Neste mesmo banco foi implantado o software do Projeto Biometria com capacidade de atendimento de 30 milhões de clientes, além de uma solução de monitoramento e gestão de ativos.

Destaque para o lançamento do desktop Itautec DSK ST4344 e do notebook InfoWay Note A7420, complementando assim a linha de produtos dedicados ao consumidor brasileiro. Com mais esses lançamentos, a Itautec se posiciona para atuar com maior competitividade nos diversos segmentos do mercado de computação brasileiro.

Dando prosseguimento ao processo de melhoria operacional, a Itautec está abrindo um escritório na cidade de Taipei, em Taiwan, destinado a compras de matéria-prima. O processo alinha a estratégia da Companhia de fortalecimento da cadeia de suprimentos, redução dos custos e aumento da capacidade competitiva.

Comentário do Desempenho

Elekeiroz

Em alinhamento a sua gestão estratégica, a Elekeiroz investiu R\$ 46,1 milhões nos nove primeiros meses de 2011, especialmente no projeto de ampliação de 70% de sua capacidade inicial de produção de ácido 2-etil hexanóico; nas paradas programadas para a manutenção da unidade de oxo-alcoóis, ácido sulfúrico, anidridos ftálico e maleico; e em diversos programas de aumento de produtividade, segurança dos colaboradores e preservação do meio ambiente.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA – ANTES DOS AJUSTES EM IFRS

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Lucro Líquido	3.840	3.375	7.301	6.953	11.141	10.328
Patrimônio Líquido	26.768	22.287	45.958	41.988	72.726	64.275
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	20,3%	21,4%	21,8%	23,1%	21,3%	22,5%

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA – ANTES DOS AJUSTES EM IFRS

	Janeiro a Setembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (1)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
Lucro Líquido	2011	10.940	303	27	17	11.141
	2010	9.433	311	26	30	10.328
Patrimônio Líquido	2011	68.206	2.801	531	490	72.726
	2010	57.225	2.544	524	467	64.275

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO – EM IFRS

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Lucro Líquido	3.499	3.124	390	431	3.889	3.555
Lucro Líquido Recorrente	3.665	3.204	406	434	4.071	3.638
Patrimônio Líquido	28.471	25.542	2.872	2.840	31.343	28.382
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,1%	17,2%	18,1%	20,8%	17,2%	17,5%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,9%	17,6%	18,8%	21,0%	18,0%	18,0%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS – EM IFRS

	30/09/2011	30/09/2010	Evolução %
Resultados por lote de mil ações - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,80	0,72	11,2
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,83	0,74	13,5
Valor Patrimonial da Controladora	6,46	5,84	10,6
Dividendos/JCP Líquido (1)	0,19	0,24	(20,6)
Preço da Ação PN (3)	9,45	12,81	(26,2)
Capitalização de Mercado (2) - em R\$ milhões	41.644	56.035	(25,7)

(1) JCP – Juros sobre Capital Próprio. Valores pagos/provisionados. A partir de 2011, os dividendos foram provisionados considerando-se o mínimo estatutário.

(2) Com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(3) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Comentário do Desempenho

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente em IFRS

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	01/01 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2010
Lucro Líquido	3.499	3.124	390	431	3.889	3.555
Exclusão dos Efeitos não Recorrentes	167	81	16	3	183	84
Próprio	-	40	-	-	-	40
Hedge Operações BAC x Itaú Unibanco Holding	-	30	-	-	-	30
Despesa Financeira Operações BAC x Itaú Unibanco Holding	-	10	-	-	-	10
Decorrente de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	175	22	-	-	175	22
Movimentação de Ações em Tesouraria	207	(40)	-	-	207	(40)
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09	(187)	(47)	-	-	(187)	(47)
Ajuste a Valor de Mercado - BPI	78	-	-	-	78	-
Provisão para contingências - Planos Econômicos	77	109	-	-	77	109
Decorrente de Participação nas demais empresas controladas	(8)	18	16	3	8	21
Movimentação de Ações em Tesouraria	1	(1)	-	-	1	(1)
Outras	(9)	19	16	3	7	22
Lucro Líquido Recorrente	3.665	3.204	406	434	4.071	3.638

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA - EM IFRS

	Janeiro a Setembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL		CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
						<i>R\$ Milhões</i>
Ativos Totais	2011	789.670	6.695	1.175	644	301.529
	2010	657.442	5.970	1.049	644	250.663
Receitas Operacionais (3)	2011	93.644	2.201	1.074	563	38.894
	2010	76.292	2.022	1.154	643	32.262
Lucro Líquido	2011	10.186	295	30	17	3.889
	2010	8.660	324	34	29	3.555
Patrimônio Líquido	2011	71.364	3.638	535	478	31.343
	2010	64.421	3.401	532	456	28.382
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2011	19,8%	11,1%	7,6%	4,9%	17,3%
	2010	18,9%	13,2%	8,7%	8,6%	17,5%
Geração Interna de Recursos (5)	2011	29.684	635	52	33	12.005
	2010	27.911	591	73	59	10.760

(1) O Conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas; e a consolidação proporcional à participação detida, das empresas sob controle conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em setembro de 2011 de 36,83% (36,60% em setembro de 2010).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros e Previdência e Capitalização e Outras Receitas Operacionais.

- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set/4).

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DECORRENTES DA ADOÇÃO DO IFRS

As principais alterações da adoção do IFRS estão demonstradas nos quadros abaixo:

A – Operações de Crédito

O CPC 38 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável.

B – Reconhecimentos da totalidade de Crédito Tributários

O CPC 32 determina que os créditos tributários devem ser mensurados usando-se substancialmente a alíquota efetiva e reconhecidos quando for provável que lucros futuros tributáveis serão gerados, possibilitando a compensação do ativo.

C – Planos de pensão e saúde

De acordo com os requerimentos do CPC 33: para os planos onde os cálculos atuariais resultaram em uma posição líquida positiva, foi reconhecido um ativo; e para os planos onde os cálculos atuariais resultaram em uma posição líquida negativa, foi reconhecido um passivo.

D – Combinação de Negócios

O CPC 15 requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Ajustes em decorrência da operação de associação entre Duratex e Satipel e da associação entre Itaú Unibanco e Porto Seguro.

E – Deságios, líquidos

Ainda de acordo com o CPC 15, se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração de resultado.

F – Ativos Biológicos

Esse ajuste refere-se ao reconhecimento do valor justo de reservas florestais da Duratex, conforme requerido pelo CPC 29.

G – Dividendos Excedentes

Esse ajuste refere-se ao fato de que o dividendo proposto, acima do mínimo obrigatório, somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembléia Geral, CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

I) Reconciliação do patrimônio líquido

	Referências	30/09/2011	30/09/2010
Patrimônio Líquido antes dos ajustes de IFRS		26.768	22.287
Patrimônio Líquido de acionistas não controladores		2.331	2.316
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BR GAAP e IFRS		2.244	3.779
Operações de Crédito	A	674	845
Reconhecimento da totalidade de Crédito Tributário	B	356	723
Planos de pensão e saúde	C	44	659
Combinação de Negócios	D	392	840
Deságios, líquidos	E	448	483
Ativos biológicos	F	219	217
Dividendos Excedentes	G	-	501
Imposto de Renda e Contribuição Social		(567)	(885)
Outros		678	396
Patrimônio Líquido em IFRS		31.343	28.382
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas não controladores		2.872	2.840
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		28.471	25.542

Comentário do Desempenho

II) Reconciliações do lucro líquido consolidado:

	Referências	01/01 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2010
Lucro Líquido antes dos ajustes de IFRS		3.840	3.375
Lucro Líquido Acionistas não controladores		395	430
Ajustes que afetam o lucro líquido entre BR GAAP e IFRS		(346)	(250)
Operações de Crédito	A	(11)	(347)
Reconhecimento da totalidade do Crédito Tributário	B	(171)	(139)
Planos de Pensão e Saúde	C	-	70
Combinação de Negócios	D	-	(181)
Ativos Biológicos	F	-	32
Imposto de Renda e Contribuição Social		(21)	157
Outros		(143)	158
Lucro Líquido em IFRS		3.889	3.555
Lucro Líquido atribuível aos acionistas não controladores		390	431
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores		3.499	3.124

Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco Holding

O CPC 19, parágrafos 30 e 40, determina que os investimentos controlados em conjunto devem ser contabilizados pelo método da consolidação proporcional. Desta forma, as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco foram consolidadas proporcionalmente nas demonstrações contábeis da Itaúsa. Em 30 de setembro de 2011 o impacto da parcela não consolidada do Itaú Unibanco, no total de ativos do Consolidado da Itaúsa, foi de aproximadamente R\$ 480.418 milhões (2010 – R\$ 417.909 milhões).

Comentário do Desempenho

ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,83% detida pela Itaúsa.

Nos primeiros nove meses de 2011, o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi 17,6% maior que no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 10,2 bilhões. Este período apresentou rentabilidade anualizada de 19,8% sobre o patrimônio líquido médio (18,9% no mesmo período de 2010).

Ao final de setembro de 2011, o total de ativos consolidado alcançou R\$ 789,7 bilhões e evoluiu 20,1% em relação ao mesmo mês de 2010. O patrimônio líquido dos acionistas controladores somava R\$ 71,4 bilhões ao final do terceiro trimestre de 2011.

O Itaú Unibanco recolheu ou provisionou impostos e contribuições próprios no total de R\$ 12,0 bilhões no período de janeiro a setembro de 2011. Também foram retidos e repassados tributos no montante de R\$ 8,4 bilhões, que incidiram diretamente sobre a intermediação financeira.

O saldo das operações de crédito, incluindo avais e fianças, totalizou R\$ 382,7 bilhões em 30 de setembro de 2011. O Itaú Unibanco efetua a classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos entre os níveis de risco baixo, médio, alto e com redução ao valor recuperável (*impairment*), e verifica a probabilidade de perda associada a cada um desses níveis. Em 30 de setembro de 2011, a relação entre o saldo de crédito classificado como baixo risco e o total da carteira de crédito sem avais e fianças atingiu 65,8%, enquanto a relação entre o crédito com redução ao valor recuperável e a carteira de crédito total alcançou 5,2%, o que evidencia a qualidade da carteira de crédito.

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 410,6 bilhões de reais em 30 de setembro de 2011.

As operações de Seguros, Previdência e Capitalização em volume de receitas de prêmios, contribuições previdenciárias e com títulos de capitalização atingiram R\$ 13,7 bilhões no período de janeiro a setembro de 2011 e as provisões técnicas totalizaram R\$ 70,1 bilhões ao final de setembro de 2011.

O Itaú Unibanco detém 30% do capital da Porto Seguro que contribuiu com R\$ 118,4 milhões no lucro do banco. Merece destaque a participação relevante nos segmentos de seguros de automóveis e de residências com 27,6% e 27,9%, respectivamente.

A Redecard apresentou lucro líquido de R\$ 343,6 milhões no 3º trimestre de 2011, com crescimento de volume financeiro de 29% sobre 3º trimestre de 2010. No acumulado do período, o lucro líquido foi de R\$ 947,5 milhões, com crescimento de volume financeiro de 31% sobre o mesmo período de 2010.

Na área de Banco de Investimentos - Em renda variável, o Itaú BBA coordenou 18 das 22 ofertas públicas que totalizaram R\$ 13,2 bilhões, uma representatividade de 82% do total de transações e 87% do volume financeiro emitido, consolidando a liderança deste mercado no ano conforme ranking ANBIMA. Prestou também assessoria financeira a 21 transações de fusões e aquisições, encerrando o período em 1º lugar no ranking Thomson Reuters em volume, acumulando um total de US\$ 20,5 bilhões em 2011.

Em Renda Fixa, o Itaú BBA participou, nos nove primeiros meses de 2011 de operações de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram R\$ 9,6 bilhões. No ranking ANBIMA de distribuição de renda fixa, o Itaú BBA manteve a 1ª posição, com 35% de market share. Em emissões internacionais de renda fixa, o Itaú BBA atuou como joint bookrunner de ofertas com volume total de US\$ 13,7 bilhões, alcançando o 3º lugar no ranking ANBIMA de Mercado de Capitais Emissões Externas de setembro de 2011.

A Itaú Corretora intermediou na BM&F Bovespa durante o período de janeiro a setembro de 2011 um volume de R\$ 149,4 bilhões com clientes pessoas físicas, investidores institucionais, estrangeiros e empresas. Neste período, a Itaú Corretora ficou em 4º lugar no ranking das corretoras, com uma participação de 6,1% do volume de mercado.

Comentário do Desempenho

Solidez do Capital:

O Itaú Unibanco Holding é classificado por agências internacionais de risco, que refletem seu desempenho operacional, solidez e a qualidade de sua administração, além da avaliação do emissor em honrar seus compromissos financeiros.

Baseado nessa avaliação, o Itaú Unibanco Holding S.A. possui os melhores ratings do mercado brasileiro e recentemente obteve melhora no rating de Baa2 para Baa1 pela agência Moodys em depósito de longo prazo em moeda estrangeira..

O Índice de Basileia foi de 15,1% ao final de setembro deste ano, com base no consolidado operacional, denotando solidez na base de capital do banco. Neste trimestre, foram realizadas recompras no montante de R\$ 1,3 bilhão de CDBs Subordinados e captado mais R\$ 0,5 bilhão em novas emissões de letras financeiras subordinadas representando um significativo incremento da base de capital do banco.

ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

A receita líquida totalizou R\$ 2.201 milhões nos nove primeiros meses de 2011, evolução de 8,8%, em comparação ao mesmo período de 2010. O EBITDA atingiu R\$ 651 milhões, com variação de 2,0%. A margem EBITDA foi de 29,6% (31,5% no mesmo período de 2010). O lucro líquido somou R\$ 295 milhões contra R\$ 324 milhões em 2010. Dois fatores não caixa afetaram o resultado de 2011, quando comparado com o resultado de 2010. O primeiro deles está atrelado ao impacto no resultado da variação dos ativos biológicos, em decorrência do aumento no preço da madeira em pé, especialmente no terceiro trimestre. Este fato contribuiu para que o resultado do efeito do Ativo Biológico no acumulado de nove meses de 2010 ficasse R\$ 36 milhões acima do resultado de 2011. O segundo, já em 2011, tem a ver com o aumento na depreciação em R\$ 23 milhões, decorrente basicamente da entrada em operação da linha de revestimento em Baixa Pressão, da impregnadora de papéis e de uma linha de piso laminado. O conjunto destes eventos contribui para explicar a variação do resultado entre 2010 e 2011. Diferentemente do lucro bruto e do lucro líquido, em que há o trânsito do ativo biológico, além da depreciação, amortização e exaustão, isto não ocorre na formação do EBITDA, razão pela qual este resultado apresenta-se praticamente estável em relação ao ano de 2010. As margens de 2011, por sua vez, encontram-se pressionadas por fatores associados à maior pressão nos custos dos insumos e mão de obra.

Na Divisão Madeira, o desempenho, ao longo do ano, apresentou evolução importante no nível de expedição de painéis – 1.713,2 mil m³ – e receita líquida apurada de R\$1.396,5 milhões. A empresa credita este desempenho, no ano, à melhora gradual verificada a partir do final do 1º trimestre. Naquele período, em resposta às medidas de contenção inflacionária, houve retração dos níveis de estoques na cadeia de fabricantes de móveis além do encurtamento dos prazos de financiamento oferecidos no varejo o que prejudicou o desempenho do período.

Para aliviar as pressões de custos, a empresa busca continuamente a melhoria do composto de vendas. Nesse sentido, concluiu investimentos que permitiram a expansão da capacidade de revestimento de painéis e de produção de pisos laminados Durafloor. A ação visa ampliar e reforçar a linha de produtos para atender um número cada vez maior de consumidores – o que deve ocorrer na medida em que o grau de ocupação das novas linhas aumentarem.

Na Divisão Deca o desempenho continua robusto. As expedições, no acumulado do ano, apresentaram expansão de 15,7% e o volume atingiu 18.776 mil peças. A receita líquida apresentou desempenho ainda melhor, tendo crescido 20,8% e atingido R\$ 804,3 milhões.

Esse desempenho – que se deve ao ritmo satisfatório do setor da construção, respaldado por grande oferta de linhas de crédito imobiliário com prazos adequados de pagamento – foi duas vezes superior ao da indústria, de acordo com índice Abramet para materiais de acabamento. De janeiro a setembro, o indicador apresentou evolução de 9,1% em relação a 2010, enquanto a receita líquida no mercado interno da Deca cresceu 21,7%.

Comentário do Desempenho

Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços acumulada de janeiro a setembro de 2011 atingiu R\$ 1.074,1 milhões, inferior em 6,9% em relação ao mesmo período de 2010, impactada pela menor atividade do segmento de Automações ocorrida no primeiro semestre de 2011, que resultou em queda de 30,0% na receita líquida da Unidade nos nove meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010. As ações estruturais de melhoria de eficiência operacional, implementadas ao longo do ano, e as maiores margens obtidas pela Unidade de Soluções de Computação em relação ao ano anterior, contribuíram para a melhora da margem bruta, que encerrou o período em 19,8%, 1,3 pontos percentuais superior ao mesmo período de 2010.

No segmento de Computação, a maior competitividade no mercado de consumidor, que proporcionou substancial queda dos preços de venda, associado ao menor volume de grandes editais do segmento governo em relação ao esperado para o período, e a decisão de algumas companhias de postergarem investimentos em função da rápida valorização do dólar frente ao real no mês de setembro, contribuiu para a queda de 4,2% na receita líquida acumulada nos nove meses do ano em relação a igual período de 2010. Apesar da queda das receitas, foram expedidos 364,9 mil equipamentos nos nove meses de 2011, volume 11,7% maior do que no mesmo período do ano anterior.

Na Unidade de Serviços Tecnológicos, a receita líquida acumulada de janeiro a setembro apresentou crescimento de 17,5% em relação ao mesmo período de 2010. Esse crescimento está relacionado a novos projetos de infraestrutura e cabeamento estruturado realizados junto a grandes clientes.

De acordo com o Plano Estratégico da Empresa, foram investidos de janeiro a setembro R\$ 58,9 milhões, sendo R\$ 50,5 milhões em pesquisa e desenvolvimento, direcionados principalmente ao desenvolvimento de produtos nos segmentos de automação bancária e automação comercial, incluindo *hardware* e *softwares*, e R\$ 8,4 milhões em imobilizado operacional.

A geração operacional de caixa acumulada de 2011 atingiu R\$ 49,9 milhões, sendo R\$ 28,8 milhões no terceiro trimestre de 2011, o que contribuiu para que a Companhia apresentasse, ao final de setembro, um saldo de disponibilidades financeiras de curto prazo de R\$ 320,5 milhões e a uma dívida líquida negativa de R\$ 113,8 milhões.

Elekeiroz

A tendência de crescimento da participação dos importados no atendimento do consumo aparente nacional de produtos químicos persistiu no 3º trimestre, afetando toda a indústria brasileira, incluindo o segmento produtor de intermediários químicos industriais, no qual a Elekeiroz está inserida. Nos nove primeiros meses do ano, o consumo aparente nacional cresceu 11% em relação ao mesmo período de 2010, enquanto a parcela correspondente às importações aumentou 34,4%, o que deslocou a indústria local, cuja produção recuou 3,8% na mesma comparação.

Reflexo desse cenário, no acumulado do ano a receita líquida totalizou R\$ 563,3 milhões, redução de 12,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em valor, as vendas ao mercado interno diminuíram apenas 3,4%, enquanto o valor das exportações apresentou queda de 48,1%.

A relação entre as exportações e a receita líquida foi de 12% de janeiro a setembro, mais baixa, portanto, do que os 20% do mesmo período de 2010. Já o lucro líquido acumulado de 2011 foi de R\$ 17,2 milhões, decréscimo de 39,5% na comparação com o mesmo intervalo de 2010; o Ebitda foi de R\$ 28,1 milhões, queda de 53,7%; e a margem Ebitda alcançou 5,0%.

O endividamento da empresa com instituições financeiras permaneceu reduzido (ficou em R\$ 49,6 milhões em 30 de setembro deste ano) e equivale a 10% do patrimônio líquido. As disponibilidades, com R\$ 54,6 milhões, excederam o endividamento em 1,1 vez.

Comentário do Desempenho

GESTÃO DE PESSOAS

Em 30 de setembro de 2011, a Itaúsa e suas controladas somavam 123 mil colaboradores. O valor distribuído a eles na forma de remuneração, encargos sociais e benefícios totalizou R\$ 9,3 bilhões nos primeiros nove meses do ano. Também no período, foram investidos R\$ 188 milhões em programas de educação, treinamento e desenvolvimento.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco

O Itaú Unibanco foi eleito o Banco Mais Sustentável do Mundo no prêmio “2011 FT/IFC Sustainable Finance Awards”, concedido pelo jornal britânico Financial Times e pelo IFC (International Finance Corporation), braço financeiro do Banco Mundial. O banco também foi reconhecido como Mais Sustentável das Américas, concorrendo com instituições da Argentina e do México.

O Itaú recebeu o Prêmio Época de Mudanças Climáticas na categoria Serviços. O prêmio aponta as 20 empresas que mais investem em preservação ambiental e sustentabilidade no País.

Educação Financeira para os colaboradores, clientes e não clientes foi um dos temas prioritários abordados pelo banco ao longo do ano de 2011. Por meio de aproximadamente 100 palestras realizadas em empresas, feiras e eventos, levamos o assunto Uso Consciente do Dinheiro de forma institucional, sem abordagem comercial para quase 9 mil pessoas, entre clientes e não clientes.

Além disso, 904 voluntários da Fundação Itaú Social foram capacitados para aplicar a oficina do uso consciente do dinheiro, que aborda conceitos de educação financeira e orçamento familiar para jovens que repassam estes conceitos para suas famílias e amigos.

Os Fundos Itaú Ecomudança, opções para investidores que se preocupam com o futuro das próximas gerações, revertem até 30% da sua taxa de administração para projetos de organizações sem fins lucrativos que visam à redução de emissões de gases de efeito estufa.

Duratex

No decorrer do ano, a Duratex investiu R\$ 18,6 milhões em ações direcionadas ao meio ambiente, cujo destaque foi o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais. O valor é aproximadamente 50% superior aos R\$ 12,3 milhões empregados em 2010.

Em junho, a empresa lançou o periódico eletrônico *Sustentabilidade Duratex*, para a divulgação de temas relacionados às suas práticas nas três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental.

Itautec

Para o cumprimento do estabelecido pela Resolução SMA-038/2011 da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a Companhia entregou, no prazo solicitado, seu programa de Responsabilidade Pós-Consumo de equipamentos eletroeletrônicos. O Programa contém descrição de cada etapa do processo, incluindo recebimento, armazenamento, transporte, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada. A Itautec mantém processo de reciclagem dos seus produtos em seu Centro de Reciclagem localizado em Jundiaí, desde 2001, quando seu Sistema de Gestão Ambiental foi implementado.

A Itautec se tornou uma das empresas apoiadoras do Instituto Akatu, ONG sem fins lucrativos que tem como principal objetivo disseminar para a sociedade o conceito e a prática do consumo consciente, tema amplamente disseminado entre os colaboradores da Companhia e junto a clientes, por meio do Guia do Usuário Consciente de Produtos Eletrônicos.

Elekeiroz

De janeiro a setembro deste ano, o sistema de coleta e recuperação de gás carbônico para a venda a terceiros, em operação desde o ano passado no site de Camaçari (BA), respondeu pela redução das emissões de 3,7 mil toneladas de CO₂ na atmosfera.

Comentário do Desempenho

Além dessa iniciativa, a empresa mantém diversos programas que, por meio de incentivo aos colaboradores, tem como objetivo a melhoria contínua dos sistemas e procedimentos laborais. Nos nove primeiros meses de 2011 foram realizadas 2.950 melhorias relacionadas à segurança operacional e dos colaboradores, preservação ambiental, reciclagem de materiais e redução de custos.

Todas as linhas de produção e produtos da Elekeiroz são certificados pela ISO 9001. A empresa coloca em prática também o Programa de Atuação Responsável, do International Council of Chemical Associations, administrado no Brasil pela Abiquim.

INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

Itaú Unibanco

Os investimentos sociais e culturais do Itaú Unibanco alcançaram o valor aproximado de R\$ 152,4 milhões no terceiro trimestre de 2011, com destaque para os investimentos em educação e cultura que atingiram o montante de R\$ 100,3 milhões.

A Fundação Itaú Social lançou, em setembro de 2011, uma campanha nacional de incentivo à leitura para crianças com até 6 anos de idade. A iniciativa é uma das ações do programa Itaú Criança, e tem como objetivo contribuir para uma educação de qualidade, um direito fundamental de todas as crianças e adolescentes. Serão disponibilizadas 4 mil Bibliotecas Itaú Criança compostas por 100 títulos criteriosamente selecionados e voltados para o público infanto-juvenil e adulto, totalizando 400 mil livros a serem distribuídos às organizações onde acontecerão estas ações.

Em agosto de 2011, iniciaram-se as ações preparatórias para a transferência do Projeto Jovem de Futuro, conduzido pelo Instituto Unibanco (IU), para os sistemas de educação de seis estados brasileiros. Concretizou-se também uma parceria do IU com o Ministério de Educação (MEC) e com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), neste processo de transferência. O MEC integrou o Jovem de Futuro em seu programa Ensino Médio Inovador, institucionalizando-o como política pública federal, e estabelecendo um canal oficial de apoio financeiro às escolas beneficiadas.

O Itaú Cultural foi escolhido pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, em processo de chamamento público, para ser o novo gestor do Auditório Ibirapuera, um dos principais equipamentos culturais da capital paulista, com investimentos anuais de R\$ 10 milhões aproximadamente.

A Coleção Brasileira Itaú, visitada por mais de 164 mil pessoas em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Fortaleza e Brasília, está em exposição desde 13 de outubro em Curitiba no Museu Oscar Niemeyer. A mostra com cerca de 300 itens - pinturas, aquarelas, desenhos, gravuras, mapas e livros - ligados à história do Brasil.

Duratex

No âmbito socioambiental e de incentivo a cultura e ao esporte, do montante de investimento estimado para o ano (R\$ 2,5 milhões), R\$ 1,7 milhão foram destinados a: (i) realização de 11 concertos da Filarmônica Bachiana Sesi-SP, com público aproximado de 27 mil espectadores; (ii) exposição Morada Ecológica, com os recentes desenvolvimentos nas relações entre arquitetura e ecologia, realizada no Museu de Arte Moderna de São Paulo; (iii) projeto de educação ambiental Planeta Água – Um Mundo Sustentável, que, por meio de peça teatral, transmite noções de sustentabilidade para crianças da rede pública de ensino de Estrela do Sul (MG) e municípios vizinhos; e (iv) projeto Arrastão Esportes, que tem por objetivo atender 850 estudantes, de 2 a 24 anos de idade, promovendo desenvolvimento de competências a partir da educação pelo esporte.

Adicionalmente, a Duratex já investiu cerca de R\$ 3,0 milhões em novos projetos, de mesma natureza, que serão executados no segundo semestre de 2011 e ao longo de 2012, sendo destaques: (i) implantação de 3 novas Bibliotecas Comunitárias "Ler é Preciso", em escolas municipais de Botucatu/SP, Uberaba/MG e Cabo de Santo Agostinho/PE, e revitalização das 2 Bibliotecas atuais, localizadas em Estrela do Sul/MG e Taquari/RS; (ii) projeto "Cantando por um Mundo Melhor", composto de workshop sobre música e memória musical afetiva, destinado a estudantes da rede pública de ensino, e de 12 eventos musicais conduzidos pelos Trovadores Urbanos na capital e cidades do interior de do Estado de São Paulo; (iii) lançamento do livro de arte "Trilhas da Floresta", que ilustra e resgata a história do fomento florestal no Brasil; (iv) doação de 1 Biblioteca Ecológica "Cantinho do Saber" à EMEF Profª Mª Zélia Camargo Prandini, localizada na cidade de

Comentário do Desempenho

Lençóis Paulista/SP, com acervo de 500 livros e espaço para teatro de fantoches e sarau literário; (v) projeto "Educativo MAM", com ações educativas que contribuem no processo formativo e estimulam a construção de novos conhecimentos, viabilizando o acesso às exposições e seus conteúdos a todos os perfis de público, como estudantes, grupos escolares, professores, artistas e pesquisadores; (vi) projeto "Teatro na Praça", em 4 cidades do interior do Estado de São Paulo, com apresentações artísticas, teatro, teatro para crianças, contações de histórias, exibições de cinema e apresentações de artistas locais; (vii) projeto "Circo ... Um Mundo para Todos", que contempla documentário sobre a capacidade de superação de pessoas com deficiência e a importância de sua formação cultural para ruptura de barreiras, e livro infantil sobre a história do circo, emoções, alegrias e dificuldades enfrentadas na montagem dos espetáculos, com destaque para a responsabilidade social, inclusão e respeito à diversidade; (viii) projeto "EX4 nas Escolas", que objetiva, por meio da música, apresentar nova perspectiva de vida, integração social, forma de prevenção ao uso de drogas e erradicação da violência, com melhor aproveitamento do ambiente escolar para apresentações artísticas.

Itautec

Dando continuidade ao programa que destina parte da renda de cada computador vendido pela Itautec no varejo aos programas educacionais do Instituto Ayrton Senna, a Companhia totalizou ao final de setembro mais de R\$ 1 milhão em repasses ao Instituto no ano. Essa ação reforça o compromisso da Itautec de contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável do País.

Elekeiroz

A Elekeiroz apoiou o documentário *Serra do Japi*, que tem como principal tema a conscientização da preservação da fauna e da flora dessa floresta, localizada em Jundiá (SP), que é reconhecida pela Unesco como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Apoiou, também, dois projetos para inclusão social de pessoas com necessidades especiais: da Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem (Ateal), que tem como objetivo promover condições para a empregabilidade e a emancipação de adolescentes deficientes auditivos em oficinas de treinamentos; e da Associação Desportiva para Deficientes (ADD), que treina um grupo de mulheres para a modalidade de vôlei sentado de alto rendimento.

Desde 2009 a empresa apoia o Programa na Mão Certa, com objetivo de combater a exploração sexual infantil nas estradas brasileiras.

Outro projeto patrocinado pela empresa foi o Morada Ecológica com objetivo de abordar as principais inovações da arquitetura contemporânea ao redor do mundo e a forma como a sustentabilidade vem influenciando a maneira de pensar as construções e desenvolvimento urbano na atualidade.

Em 2011, o mundo comemora o Ano Internacional da Química. O objetivo é apresentar um conjunto de ideias e ações destinadas à melhoria da educação e da pesquisa em todo o País. Através da ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), a Elekeiroz apoia a iniciativa e é patrocinadora juntamente com outras empresas.

Uma das ações patrocinadas pela empresa em comemoração ao Ano Internacional da Química, foi a exposição "Química para um mundo melhor" na estação Ciência da USP. A empresa levou funcionários e familiares e, também, 144 aprendizes da Associação de Educação do Homem de Amanhã de Várzea Paulista nessa exposição.

Patrocinou também a distribuição de 5000 Cartilhas "Onde está a Química" para os funcionários e escolas das comunidades de Várzea Paulista e Camaçari.

Comentário do Desempenho

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

ÁREA FINANCEIRA

Itaú Unibanco

Ranking Melhores e Maiores da Exame 2011 – No levantamento, anual, o Itaú Unibanco alcançou, pela 2ª vez consecutiva, o 1º lugar na lista dos 50 maiores bancos brasileiros por patrimônio. Além disso, na relação das 100 maiores empresas de capital aberto por valor de mercado, obteve a 3ª colocação. A Itaúsa também integrou o *ranking* na 5ª posição entre os 200 maiores grupos.

Ranking Revista América Economia - O Itaú Unibanco lidera o ranking "Os 25 Melhores Bancos da América Latina", publicado anualmente pela revista América Economia.

IR Magazine Brazil Awards 2011 – Concedido pela *IR Magazine*, publicação global sobre relação com investidores, posicionou o Itaú Unibanco como vencedor na categoria Grand Prix, com o melhor programa de relações com investidores, considerando as empresas com capitalização de mercado acima de R\$ 3 bilhões.

Top of Mind – Foi vencedor, pelo terceiro ano consecutivo, na categoria Bancos, da pesquisa feita pela Associação Brasileira dos Anunciantes (ABA) em parceria com a Consultoria TopBrands.

Top 1000 World Banks – O Itaú Unibanco conquistou o 1º lugar entre as instituições financeiras do país no *ranking* elaborado pela revista britânica *The Banker*, do grupo Financial Times. No levantamento geral de bancos mundiais, o Itaú ocupa a 34ª posição. Além disso, foi o 12º colocado na lista dos bancos mais lucrativos do mundo.

As Melhores da Dinheiro – Promovido pela revista *IstoÉ Dinheiro*, elege as companhias de destaque no ano em cada setor. O Itaú Unibanco recebeu o prêmio na categoria Melhor Governança Corporativa do setor bancário.

Best Investment Bank for Brazil – Concedido ao Itaú BBA pela *Latin Finance*, uma das publicações mais importantes sobre finanças corporativas da América Latina. O prêmio avalia a excelência de instituições financeiras em serviços, produtos e investimentos bancários.

Prêmio Intangíveis Brasil (PIB) – Segundo o Grupo Padrão/DOM Strategy Partners, o Itaú Unibanco foi o vencedor na categoria Governança Corporativa e ocupou a segunda colocação no *ranking* geral. O prêmio reconhece as empresas de excelência na gestão de seus ativos intangíveis.

ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

Melhores do Agronegócio 2011 – Na 7ª edição do prêmio, realizado pela revista Globo Rural, a Duratex foi vencedora na categoria Exploração Vegetal e Reflorestamento.

Top of Mind – A Deca foi a marca mais lembrada no segmento de metais e louças sanitárias e a Duratex foi eleita a Empresa do Ano no prêmio promovido pela revista *Casa & Mercado*.

Empresas que Mais Geram Valor ao Acionista – A Duratex obteve a 2ª colocação na versão 2011 do prêmio elaborado pela revista Capital Aberto.

Itautec

A Itautec foi premiada na categoria Marketing Institucional na edição 2011 do Fórum de Marketing Empresarial. No evento, que é considerado um dos principais do setor, executivos da Itautec puderam interagir com líderes empresariais e formadores de opinião sobre as novas tendências e soluções do marketing para as estratégias e reestruturações das empresas. A Itautec também apresentou sua linha produtos como o *desktop* All-in-One AT 0101.

Comentário do Desempenho

Elekeiroz

Winner JEC 2011 – Cliente de resinas da Elekeiroz, a empresa MVC Soluções em Plásticos ganhou a premiação durante a Jornada Européia de Compósitos (JEC), referência mundial no mercado de compósitos, realizada anualmente em Paris. Foi premiado o projeto de painéis de revestimentos feitos para o novo aeroporto de Carrasco, no Uruguai, que utiliza a nova linha de resinas Biopoli, produzida com fontes renováveis. A Elekeiroz foi citada durante a premiação como um dos quatro parceiros da MVC que contribuíram para esse reconhecimento.

Competição Baja – A resina Biopoli foi fornecida, como patrocínio, aos carros da equipe da Politécnica da USP na competição tipo Baja, em que alunos de escolas de engenharia desenvolvem protótipos para uso fora-de-estrada. A resina confere a esses veículos sustentabilidade e redução de peso, proporcionando economia de combustível e melhor rendimento.

Entre as 1000 Melhores e Maiores Empresas do Brasil de 2010 (Revista Exame) – A empresa ficou em primeiro lugar em crescimento no Setor Químico & Petroquímico e em liquidez corrente.

Comentário do Desempenho

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

. Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a setembro de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 02 de fevereiro de 2011 – Contrato para prestação de serviços relacionados com a análise do processo de registro contábil pela mesa flow da tesouraria do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco - Itaú Unibanco Holding S.A – Brasil;
- 10 de fevereiro de 2011 - Contrato para prestação de serviços relacionados à asseguaração limitada dos dados do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – Itaú Unibanco Holding S.A – Brasil;
- 17 de março de 2011 – Contrato para prestação de serviços de consultoria relacionados com os efeitos tributários gerados no Banco Itaú Chile – Banco Itaú Chile S.A - Chile;
- 28 de março de 2011 – Participação em treinamento no curso QI/FATCA Módulo 3 Critical Customer Grups – Banco Itaú Europa Luxembourg S.A - Luxemburgo;
- 05 de abril de 2011 - Contrato de prestação de serviços profissionais relacionados com o aperfeiçoamento dos conhecimentos dos nossos auditores internos nas práticas e recomendações para o exercício da atividade de auditoria interna (THE IIA The Institute of Internal Audit) – Redecard S.A – Brasil;
- 13 de maio de 2011 – Participação em treinamento no curso Finanças: Consolidação de Contas Contábeis – Banco Itaú BBA International S.A. – Portugal;
- 18 de maio de 2011 – Contrato de prestação serviços de consultoria no projeto da Asset Management Internacional em obter a certificação GIPS (Global Investment Performance Standards) para fundos de investimento – Itaú USA Asset Management Inc. – Estados Unidos da América;
- 09 de junho e 11 de julho de 2011 – Licenças de utilização de biblioteca eletrônica relativa às regras internacionais de contabilidade (Comperio) – Banco Itaú Europa International – Estados Unidos da América; Itaú Unibanco S.A e Itaú Unibanco Holding S.A.– Brasil;
- 01 de agosto de 2011 – Contrato para a aquisição de relatórios com projeções macroeconômicas e apresentações sobre a evolução da economia nacional, regional e mundial oferecido pelo Club Económico – Banco Itaú Paraguay S.A. – Paraguai;
- 02 de agosto de 2011 - Contrato de prestação serviços relacionados com a avaliação do programa de BSA/AML e OFAC da agência de Nova Iorque do Itaú Unibanco S.A. – Itaú Unibanco S.A. – Nova Iorque;
- 11 de agosto de 2011 - Contrato para a extensão da prestação de serviços de revisão dos aspectos relacionados ao Programa de Continuidade de Negócios do Banco Itaú BBA – Banco Itaú BBA S.A. – Brasil;
- 30 de agosto de 2011 – Participação em pesquisa salarial denominada *Encuesta Financiera de Remuneraciones y Beneficios* – Banco Itaú Paraguay S.A. – Paraguai;

Comentário do Desempenho

- 06 de setembro de 2011 - Contrato de prestação serviços relacionados com a revisão dos documentos a serem encaminhados ao Financial Services Authority – FSA para abertura de sua subsidiária no Reino Unido – Banco Itaú BBA International S.A. – Portugal;
- 15 de setembro de 2011 - Contrato de prestação serviços relacionados com a avaliação dos aspectos regulatórios da *trading desk* do Banco Itaú Suisse. – Banco Itaú Suisse S.A. – Suíça.

Justificativa dos Auditores Independentes

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas pela confiança a nós dispensada, por acreditarem em nosso plano estratégico e no potencial de crescimento da empresa, que procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 07/11/2011).

Notas Explicativas

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 30 de setembro de 2011 e 2010

(Em milhões de reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controlada em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 32 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,1% das ações ordinárias e 18,0% das ações preferenciais.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas para os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 07 de novembro de 2011.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Notas Explicativas

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações contábeis da ITAÚSA eram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP anterior"), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela CVM que diferem em certos aspectos do IFRS. Ao elaborar as demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício de 2010, a administração alterou determinados métodos de contabilização e de avaliação das demonstrações contábeis em BRGAAP para conformidade com o novo padrão contábil.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EFETIVOS EM OU APÓS 1º DE JANEIRO DE 2011

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e os que são aplicáveis as nossas operações não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IFRIC 14 – "IAS 19 – The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction"- remove uma consequência não intencional do IFRIC 14 relacionada a pré-pagamentos voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento. A ITAÚSA CONSOLIDADO não espera que esta alteração impacte significativamente suas demonstrações contábeis consolidadas.

Notas Explicativas

- IFRS 9 – “Financial instruments” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “Financial Instruments: Recognition and Measurement”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros da ITAÚSA CONSOLIDADO. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013, e o IASB permite sua adoção antecipada. Porém, sua adoção antecipada não está disponível no Brasil já que o CMN, através da Resolução 3.853 estabeleceu que a adoção antecipada de pronunciamentos emitidos pelo IASB fica condicionada a aprovação específica do BACEN.
- IFRS 10 – “Consolidated financial statements” – o pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estamos analisando os possíveis impactos da adoção do normativo.
- IFRS 11 – “Joint Arrangements” – O pronunciamento fornece uma reflexão mais realista para análises de “Joint Arrangements” com foco maior nos direitos e obrigações dos arranjos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “Joint Arrangements” em dois tipos: “Joint Operations” e “Joint Ventures”, de acordo com os direitos e obrigações das partes. No caso de “Joint Ventures”, não existe mais a consolidação proporcional. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estamos analisando os possíveis impactos da adoção do normativo.
- IFRS 12 – “Disclosures of interests in other entities” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “Joint Arrangements”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estamos analisando os possíveis impactos da adoção do normativo.
- IFRS 13 – “Fair value measurement” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estamos analisando os possíveis impactos da adoção do normativo.
- IAS 19 – “Employee Benefits” – o IASB fez uma série de alterações no IAS 19, referente ao reconhecimento e a mensuração das despesas com benefícios definidos a empregados, descontinuidade de benefícios, e divulgação de todos os benefícios a empregados. As alterações não são efetivas até 1º de janeiro de 2013. Estamos analisando os possíveis impactos da adoção das alterações no normativo.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas incorridos durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de operações de créditos a cliente para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Notas Explicativas

Para determinar o montante com provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrada nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado para um determinado crédito ou para uma determinada classe de créditos, a ITAÚSA e suas controladas exercem seus julgamentos quanto à existência de dados observáveis indicando um evento de perda. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos e esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a perdas efetivas.

O montante de provisão em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 8.370 (R\$ 7.312 em 31 de dezembro de 2010).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 em aproximadamente R\$ 1.153 e R\$ 1.010, respectivamente.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4(f) (VIII).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4(n), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que ITAÚSA irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 25. O montante de ativo fiscal diferido em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 8.889 (R\$ 7.646 em 31/12/2010).

c) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 30 de setembro de 2011 totalizam ativos no valor de R\$ 63.359 (R\$ 62.268 em 31/12/2010) (dos quais R\$ 4.845 são derivativos) (R\$ 2.846 em 31/12/2010) e passivos no valor de R\$ 5.016 (R\$ 2.565 em 31/12/2010) (dos quais R\$ 4.122 são derivativos) (R\$ 2.077 em 31/12/2010). O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A ITAÚSA e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversas metodologias e definir as premissas a serem utilizadas nos cálculos. Essas premissas baseiam-se principalmente em informações e nas condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo, que estão detalhados na Nota 30.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data-base.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 30.

Notas Explicativas

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 30 de setembro de 2011 o montante de R\$ 118 (R\$ 106 em 31/12/2010) foi reconhecido como ativo de benefício definido em relação aos planos de pensão de benefício definido. O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A ITAÚSA e suas controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a ITAÚSA e suas controladas consideram as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão aumentaria em aproximadamente R\$ 180.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

O valor contábil destas provisões em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 6.062 (R\$ 5.581 em 31 de dezembro de 2010).

f) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 16. Para plantações imaturas (até dois anos de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

g) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações contraídas pela Cia para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou longa duração (seguros de vida e previdência).

Notas Explicativas

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da Cia, benchmarks de mercado e na experiência do atuário, busca convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo período.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades que geralmente possui participações votante superior a 50% em seu capital votante.

II. Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e as SPEs indica que elas são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor da ITAÚSA CONSOLIDADO, de acordo com as necessidades específicas do negócio e a ITAÚSA CONSOLIDADO obtém benefícios de sua operação;
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de delegar tais poderes;
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por consequência pode estar exposto aos riscos inerentes às suas atividades; ou
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III. Entidades sob Controle Conjunto (Joint Ventures)

O CPC 19 – Investimento em Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Ventures”), define entidades sob controle conjunto da seguinte forma por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que os afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores).

Notas Explicativas

Ainda de acordo com o CPC 19, o tratamento contábil das entidades sob controle conjunto pode ser consolidado proporcional ou método de equivalência patrimonial. A ITAÚSA CONSOLIDADO optou pela consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA CONSOLIDADO que são consolidadas proporcionalmente nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/09/2011	Porcentagem do capital em 30/09/2010
Áreas de Serviços Financeiros - Controle Conjunto				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Banco	36,83%	36,60%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,40%	35,27%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,45%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

A tabela abaixo apresenta a posição financeira das entidades controladas em conjunto (Joint Ventures) consolidadas proporcionalmente na Itaúsa:

	30/09/2011	31/12/2010
Total de Ativos	808.142	742.134
Total de Passivos	718.257	659.579
Total de Receitas	32.374	58.313
Total de Despesas	(20.062)	(44.137)

CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Consolidação proporcional é o método de contabilização pelo qual a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto são combinadas, linha a linha, com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor, ou em linhas separadas nessas demonstrações contábeis.

Pelos termos definidos no Acordo de Acionistas da IUPAR (Itaú Unibanco Participações), a ITAÚSA e a Família Moreira Salles exercem o controle compartilhado da ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com plenos direitos de sócios, que asseguram de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da Assembléia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas, usando efetivamente seu poder para dirigir todas as suas atividades.

Em decorrência da consolidação proporcional do Itaú Unibanco Holding, para melhor entendimento, as notas explicativas cujos valores têm maior correlação com a atividade financeira estão sendo apresentadas com os valores integrais do Itaú Unibanco Holding com a indicação do valor correspondente à participação da ITAÚSA. Para as demais notas, os valores já estão apresentados na proporção da participação societária.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

l) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

Notas Explicativas

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II) Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como Resultado de Operações de Câmbio.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o “desreconhecimento” ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial consolidado na rubrica de “Disponibilidades”), Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

e) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

A ITAÚSA CONSOLIDADO possui operações de compra com compromisso de revenda (“compromisso de revenda”) e de venda com compromisso de recompra (“compromisso de recompra”) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas de Aplicações no mercado aberto e Captações no mercado aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o

Notas Explicativas

prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de juros e rendimentos e Despesas de juros e rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

f) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A ITAÚSA categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

A ITAÚSA classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 2.4(d)), Aplicações no mercado aberto (Nota 2.4(e)), Operações de crédito (Nota 2.4(f)(vi)) e Outros ativos financeiros (Nota 2.4(f)(IX)).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e “desreconhecidas”, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são “desreconhecidos” quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a ITAÚSA e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para “desreconhecimento” de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a ITAÚSA e suas controladas devem avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede o “desreconhecimento”. Os passivos financeiros são “desreconhecidos” quando liquidados ou extintos.

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. A ITAÚSA e suas controladas optaram por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o CPC 38, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros designados a valor justo através do resultado. As receitas de juros e rendimentos são reconhecidas em “Receita de juros e rendimentos” e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica “Despesa de juros e rendimentos”. A ITAÚSA CONSOLIDADO designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), pois sua avaliação é efetuada diariamente com base no valor justo.

A ITAÚSA e suas controladas designam certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Estes derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros exceto se a Administração optar por designar estes contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Notas Explicativas

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de “hedge” para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de hedge o método de reconhecer os ganhos ou perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como “hedge” contábil.

De acordo com o CPC 38, para qualificar-se como “hedge” contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do “hedge”, existe designação e documentação formais da relação de “hedge” e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o “hedge”;
- é esperado que o “hedge” seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de “hedge” em particular;
- quanto ao “hedge” de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de “hedge” tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado;
- a efetividade do “hedge” pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de “hedge” podem ser confiavelmente medidos; e
- o “hedge” é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o “hedge” foi designado.

O CPC 38 apresenta três estratégias de “hedge”: “hedge” de valor justo, “hedge” de fluxo de caixa e “hedge” de investimento líquido em investimento no exterior.

A ITAÚSA e suas controladas utilizam-se de derivativos como instrumento de “hedge” em estratégias de “hedge” de fluxo de caixa e “hedge” de investimento líquido de operações no exterior, conforme detalhado na Nota 8.

“Hedge” de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como “hedge” de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada na demonstração do resultado abrangente – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por “hedge” afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Se o relacionamento de hedge é descontinuado por não mais atender aos requisitos de efetividade, o ganho ou perda reconhecido no patrimônio é reconhecido no resultado como uma reclassificação de resultado abrangente acumulado. Se for provável que a transação prevista não irá mais ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado no patrimônio é imediatamente reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado acumulado abrangente.

“Hedge” de investimento líquido em operação no exterior

O “hedge” de um investimento líquido em uma operação no exterior, incluindo “hedge” de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao “Hedge” de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de “hedge” que for determinada como “hedge” efetivo é reconhecida em resultado abrangente acumulado; e
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

Notas Explicativas

O ganho ou perda sobre o instrumento de “hedge” relacionado à parcela efetiva do “hedge” que tiver sido reconhecida em resultado abrangente acumulado é reclassificado do Patrimônio Líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, na alienação total ou parcial da operação no exterior.

IV. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e que não foram classificados como ativos financeiros a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado abrangente acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativo e passivo financeiro – Ativos financeiros disponíveis para venda. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como “Receita de dividendos” quando é provável que se estabeleça o direito da ITAÚSA CONSOLIDADO de receber tais dividendos e entradas de benefícios econômicos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas através do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida através do resultado.

V. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que a ITAÚSA CONSOLIDADO tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item vi abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração consolidada do resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado.

Notas Explicativas

VI. Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensurados subsequentemente a custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável, o valor contábil é reduzido. A receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para credores de liquidação duvidosa.

No Itaú Unibanco Holding o processo de identificação dos segmentos de portfolio e classes de recebíveis financeiros é baseado no gerenciamento e monitoramento de risco de crédito. Áreas de negócios específicas são responsáveis por uma classe e cada área é responsável pelo nível de risco assumido na concessão de crédito. Para cada segmento de portfolio (que pode ser composto de mais de uma classe de recebíveis financeiros), temos responsabilidades alocadas a nível corporativo (independente das áreas de negócios) para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Também monitora o desempenho de cada portfolio por segmento em base centralizada.

No Itaú Unibanco Holding o segmento de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro/Pequenas e Médias Empresas corresponde a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nosso segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

Em nível corporativo, o Itaú Unibanco Holding tem duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, a nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (probabilidade de "default") ou na LGD (perda dado o "default").

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis feita a nível corporativo, as áreas de negócios se tornam responsáveis por aprofundar a análise das tendências, em nível detalhado por segmento, por entender as razões relacionadas às estas tendências e por decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII. Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um crédito no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica de Operações de Crédito.

Notas Explicativas

Os custos diretos iniciais quando incorridos pela ITAÚSA CONSOLIDADO são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido na ITAÚSA CONSOLIDADO e é reconhecida na Demonstração Consolidada do resultado na rubrica Receitas de juros e rendimentos.

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos estejam deteriorados. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram, após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do balanço patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui julgamento da administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela administração.

O critério utilizado pela ITAÚSA CONSOLIDADO para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteira de varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que os períodos observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que os períodos observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por impairment é de, no máximo 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, utilizamos metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliados coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para

Notas Explicativas

os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do crédito. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de crédito para o qual exista uma garantia recebida reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender tal garantia, independentemente da execução da mesma ser provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir, os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, nós classificamos estas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo nosso Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. Estimamos perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, a qual utiliza a nossa experiência histórica dos últimos anos para construir modelos internos, usados tanto para estimar a PD (probabilidade de "default") quanto para estimar a LGD (perda dado o "default").

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida por nossas áreas de risco de crédito e de finanças nível corporativo. Dentre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada um dos segmentos: Grandes empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativos, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro / Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada um dos quatro segmentos responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é ainda dividido em grupos, inclusive grupos que desenvolvem a metodologia e grupos que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada um dos quatro segmentos.

Esta metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial e prazo esperado de recuperação de créditos inadimplentes (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte e ambiente econômico, entre

Notas Explicativas

outros. Esses modelos são atualizados regularmente devido a mudanças nas condições econômicas e de negócios.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada um dos segmentos (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro/ Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito de grandes empresas são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada um desses quatro segmentos. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada um dos quatro segmentos resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada segmento de portfólio, na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento do cliente conosco, os resultados da análise das demonstrações financeiras da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Esta abordagem é também aplicada à carteira de crédito de grandes empresas fora do Brasil.
- Pessoas Físicas – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico do relacionamento do cliente conosco e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- Micro/Pequenas e Médias Empresas – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico do relacionamento do cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre as receitas da empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- Unidades Externas América Latina – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencidos” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos ou em 540 dias após tal atraso no caso de empréstimos com prazos originais iniciais superiores à 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes, mas consideradas como novos empréstimos. Em períodos posteriores se o ativo for considerado como inadimplente, será divulgado como inadimplente, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX. Outros ativos financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimento.

Notas Explicativas

X. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em Despesas de juros e rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos; (Nota 18);
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item (e));
- Recursos de mercados interbancários;
- Recursos de mercados institucionais;
- Obrigações de planos de capitalização; e
- Outros passivos financeiros, (Nota 21b).

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

h) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que utilizamos para associadas, conforme definido pelo CPC 18) são aquelas empresas nas quais o investidor possui influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior a sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Notas Explicativas

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado.

i) **COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatária)**

Como arrendatária, a ITAÚSA CONSOLIDADO possui contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

A ITAÚSA CONSOLIDADO arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Itaú Unibanco Holding detém, substancialmente, todos os riscos e benefício de sua propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração consolidada do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

j) **IMOBILIZADO**

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável. Não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável em ativos imobilizados em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Outras receitas ou Despesas gerais e administrativas.

Notas Explicativas

k) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente, ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou de seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas, independentemente, das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócios.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, aos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos e incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente. Em 30 de setembro de 2011, a ITAÚSA e suas controladas não possuíam ativos intangíveis gerados internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado em forma confiável.

Reconhecemos no período findo em 30 de setembro de 2011 perdas por redução ao valor recuperável, referentes aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e Associações para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, causadas por distratos de contratos e resultados inferiores ao previsto, no valor de R\$ 6.

Notas Explicativas

Conforme previsto pelo CPC 04, a ITAÚSA e suas subsidiárias elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesas gerais e administrativas. Em caso de recuperação do valor justo, menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

n) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações fiscais - Correntes e Ativos fiscais – Impostos de renda e contribuição social a compensar.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais - Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	2011 e 2010
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (*)	9%

(*) A partir de 01/05/2008, para as empresas financeiras e equiparadas, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727 de 24/06/2008.

Notas Explicativas

o) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O CPC 11 – “Contratos de Seguros” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

A ITAÚSA CONSOLIDADO, por meio das subsidiárias do Itaú Unibanco Holding, emite contratos a clientes que contem riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual a ITAÚSA CONSOLIDADO aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o CPC 11, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos onde estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB), garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, o contrato transfere o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, desde a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito da contraparte em escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAÚSA CONSOLIDADO constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa utilizando os mesmos critérios descrito na Nota 2.4f viii.

Resseguros

Notas Explicativas

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo o mesmo período em que os prêmios dos seguros relacionados são reconhecidos na demonstração do resultado.

No curso normal dos negócios, a ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). A ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura a maior parte de seus riscos junto ao IRB Brasil Resseguros S.A., entidade controlada pelo governo brasileiro. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados, e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecido se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas provisões de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

Em alguns casos, o CPC 11 exige que a entidade separe os derivativos embutidos relacionados aos contratos de seguros. Contudo, a ITAÚSA CONSOLIDADO não identificou derivativos embutidos nos contratos de seguros existentes.

Teste de adequação do passivo

O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes para fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstre que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, é contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. O teste abrange tanto seguros de danos como seguros de vida e previdência.

As premissas utilizadas para efetuar o teste de adequação do passivo estão detalhadas no Nota 29.

Notas Explicativas

p) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

A ITAÚSA através do Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização, nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o CPC 38.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que a ITAÚSA tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

q) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de aposentadoria e outros benefícios pós-aposentadoria

A ITAÚSA e suas controladas são obrigadas a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países, onde operam que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 508 no período findo em 30 de setembro de 2011 (R\$ 430 em 30 de setembro de 2010).

Adicionalmente, a ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, contabilizados de acordo com o CPC 33.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes a diferença entre os retornos esperados e os atuais;
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais;
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o CPC 33, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador

Notas Explicativas

(ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e, portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) o reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) a alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação, um ganho ou perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pela ITAÚSA e suas controladas são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pela ITAÚSA ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e a ITAÚSA está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o CPC 33, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

r) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamentos baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente ao patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, a companhia geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira possui uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente esta obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Notas Explicativas

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica "Outros passivos", na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Este valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de prestação de serviços financeiros.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração da ITAÚSA entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, como por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Notas Explicativas

v) AÇÕES EM TESOURARIA

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, como, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de outorga de opções de ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital adicional integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

w) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações contábeis consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

x) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato das ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,014 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

A ITAÚSA outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

Notas Explicativas

y) RECEITAS

I) Venda de produtos e serviços

A receita de venda é apurada em conformidade com o regime contábil de competência.

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itaotec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

II) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O Itaú Unibanco Holding presta diversos serviços a seus clientes, como por exemplo, administração de investimentos, cartões de crédito, banco de investimento e determinados serviços de banco comercial. As receitas obtidas na prestação destes serviços são normalmente reconhecidas quando o serviço é prestado (banco comercial e de investimento) ou ao longo da vida do contrato (administração de investimentos e cartões de crédito).

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: Área de Serviços Financeiros e área Industrial subdividida em Duratex, Itaotec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na nota 32.

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/09/2011	31/12/2010
Disponibilidades	4.344	4.029
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.089	2.794
Aplicações em Operações Compromissadas	8.561	10.167
Total	17.994	16.990

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto superiores a 90 dias são de R\$ 2.952 (R\$ 2.632 em 31/12/2010) e R\$ 24.963 (R\$ 22.267 em 31/12/2010), respectivamente.

Notas Explicativas**NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL**

Os Bancos Centrais dos países onde a controlada Itaú Unibanco Holding opera exigem que as Instituições Financeiras depositem determinados recursos. No caso do Brasil, adquiram e mantenham Títulos Públicos Federais Brasileiros. A tabela a seguir resume os Depósitos Compulsórios, segundo seu tipo e montantes:

	30/09/2011	31/12/2010
Não Remunerados	1.533	1.734
Remunerados	34.346	29.735
Total	35.879	31.469

NOTA 5 - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.727	1.104	21.831	14.315	520	14.835
Aplicações no Mercado Aberto (*)	82.405	8.610	91.015	82.094	6.588	88.682
Total	103.132	9.714	112.846	96.409	7.108	103.517
Participação Itaúsa		36,83%			36,57%	
	37.987	3.578	41.565	35.260	2.600	37.858
Empresas Industriais e Itaúsa	320	509	829	333	20	353
Total	38.307	4.087	42.394	35.593	2.620	38.211

(*) Inclui R\$ 13.772 (R\$ 8.670 em 31/12/2010) de ativos dados em garantia, sendo o valor justo desses ativos R\$ 14.108 (R\$ 8.802 em 31/12/2010), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente por R\$ 5.073 (R\$ 3.171 em 31/12/2010) e R\$ 5.196 (R\$ 3.219 em 31/12/2010).

Notas Explicativas

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
Ganhos		Perdas		
Fundos de Investimento	1.101	25	(18)	1.108
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	88.050	519	(3)	88.566
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	1.829	42	(10)	1.861
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	558	15	(7)	566
Argentina	160	3	(7)	156
Estados Unidos	277	12	-	289
México	72	-	-	72
Chile	10	-	-	10
Uruguai	21	-	-	21
Outros	18	-	-	18
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	21.344	71	(146)	21.269
Ações Negociáveis	2.191	45	(74)	2.162
Certificado de Recebíveis Imobiliários	638	21	-	659
Certificado de Depósito Bancário	8.280	-	-	8.280
Debêntures	3.780	1	-	3.781
Euro Bonds e Assemelhados	1.503	4	(72)	1.435
Outros	4.952	-	-	4.952
TOTAL	112.882	672	(184)	113.370
Participação Itaúsa - 36,83%	41.578	248	(68)	41.758
Fundo Mix	175	-	(1)	174
TOTAL	41.753	248	(69)	41.932

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/09/2011 eram: a) R\$ 26.527 e b) R\$ 565, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 9.771 e b) R\$ 208.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
Ganhos		Perdas		
Fundos de Investimento	1.701	49	(2)	1.748
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	86.636	77	(14)	86.699
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	653	17	(4)	666
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	9.323	38	(8)	9.353
Argentina	295	6	(8)	293
Estados Unidos	8.682	32	-	8.714
México	29	-	-	29
Rússia	45	-	-	45
Chile	248	-	-	248
Uruguai	24	-	-	24
Outros	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	16.941	152	(62)	17.031
Ações Negociáveis	3.161	134	(47)	3.248
Certificado de Recebíveis Imobiliários	587	9	-	596
Certificado de Depósito Bancário	8.932	-	-	8.932
Debêntures	2.799	1	-	2.800
Euro Bonds e Assemelhados	1.459	8	(15)	1.452
Outros	3	-	-	3
TOTAL	115.254	333	(90)	115.497
Participação Itaúsa 36,57%	42.152	122	(33)	42.241
Outras Empresas	378	1	(1)	378
TOTAL	42.530	123	(34)	42.619

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2010 eram: a) R\$ 46.672, b) R\$ 125, c) R\$ 8.592 e d) R\$ 11, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 16.701, b) R\$ 45, c) R\$ 3.112 e d) R\$ 38.

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação				
Ganhos	1.900	687	2.412	1.392
Perdas	(2.031)	(223)	(3.484)	(925)
TOTAL	(131)	464	(1.072)	467
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,60% em Set/10	(48)	170	(395)	171
TOTAL	(48)	170	(395)	171

Notas Explicativas

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011		31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Circulante	34.292	34.418	58.534	58.705
Sem vencimento	3.291	3.270	4.862	4.996
Até um ano	31.001	31.148	53.672	53.709
Não Circulante	78.590	78.952	56.720	56.792
De um a cinco anos	65.690	66.025	49.392	49.403
De cinco a dez anos	9.150	9.131	5.134	5.177
Após dez anos	3.750	3.796	2.194	2.212
TOTAL	112.882	113.370	115.254	115.497
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	41.578	41.758	42.152	42.241
Fundo Mix	175	174	378	378
TOTAL	41.753	41.932	42.530	42.619

(*) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A, com um valor justo de R\$ 54.090 (R\$ 46.321 em 31/12/2010), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 19.923 e (R\$ 16.940 em 31/12/2010). O retorno de tais ativos (positivo e negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos de PGBL e VGBL cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimentos.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Custo / Custo Amortizado	30/09/2011 Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	184	-	(8)	176
Participação Itaúsa - 36,83%	68	-	(3)	65
TOTAL	68	-	(3)	65

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Custo / Custo Amortizado	31/12/2010 Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	297	9	-	306
Participação Itaúsa - 36,57%	109	3	-	112
TOTAL	109	3	-	112

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Ganhos	5	11	15	22
TOTAL	5	11	15	22
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11e 36,60% em Set/10	2	4	6	8
TOTAL	2	4	6	8

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011		31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Valor justo	Valor justo
Não Circulante	184	176	176	306
Após dez anos	184	176	176	306
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11e 36,57% em Dez/10	68	65	65	112
TOTAL	68	65	65	112

Notas Explicativas

NOTA 07 – DERIVATIVOS

a) Derivativos – Geral

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar nossas exposições globais e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições. Os principais instrumentos financeiros derivativos negociados são:

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Títulos são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Títulos são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicados sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou Títulos, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal com falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pela ITAÚSA e suas controladas proporcionais a participação era de R\$ 2.235 em 30/09/2011 (R\$ 2.948 em 31/12/2010) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2011
Contratos de futuros	286.658	(340)	(70)	(410)
Compromissos de Compra	73.037	242	(19)	223
Moeda Estrangeira	6.168	60	5	65
Mercado Interfinanceiro	46.657	41	-	41
Prefixados	-	-	-	-
Índices	17.298	141	1	142
Títulos	2.734	-	(6)	(6)
Outros	-	-	-	-
Compromissos de Venda	213.621	(582)	(51)	(633)
Moeda Estrangeira	32.147	(101)	(68)	(169)
Mercado Interfinanceiro	146.395	(28)	(1)	(29)
Índices	29.742	(455)	1	(454)
Títulos	4.382	-	-	-
Commodities	955	2	17	19
Contratos de Swaps	172.998	98	(185)	(87)
Posição Ativa	86.548	2.551	796	3.347
Moeda Estrangeira	8.814	636	87	723
Mercado Interfinanceiro	38.743	830	32	862
Prefixados	14.410	270	241	511
Pós-Fixados	2.055	3	-	3
Índices	22.027	765	432	1.197
Títulos	68	34	(11)	23
Commodities	80	-	-	-
Outros	351	13	15	28
Posição Passiva	86.450	(2.453)	(981)	(3.434)
Moeda Estrangeira	11.122	(989)	(50)	(1.039)
Mercado Interfinanceiro	22.607	(139)	25	(114)
Prefixados	17.110	(304)	(338)	(642)
Pós-Fixados	5.166	(108)	(12)	(120)
Índices	28.995	(894)	(603)	(1.497)
Títulos	38	-	-	-
Commodities	105	(3)	(1)	(4)
Outros	1.307	(16)	(2)	(18)
Contratos de Opções	1.637.300	588	(548)	40
De Compra - Posição Comprada	479.739	1.314	(160)	1.154
Moeda Estrangeira	15.053	920	95	1.015
Mercado Interfinanceiro	39.892	53	(47)	6
Pós-Fixados	299	1	(1)	-
Índices	421.836	219	(148)	71
Títulos	1.870	102	(50)	52
Commodities	789	19	(9)	10
De Venda - Posição Comprada	429.719	1.612	1.060	2.672
Moeda Estrangeira	6.020	100	136	236
Mercado Interfinanceiro	28.848	435	107	542
Prefixados	2	-	1	1
Pós-Fixados	248	1	-	1
Índices	383.546	894	193	1.087
Títulos	2.719	164	603	767
Commodities	8.336	18	20	38
De Compra - Posição Vendida	338.996	(911)	(61)	(972)
Moeda Estrangeira	8.700	(361)	(430)	(791)
Mercado Interfinanceiro	21.480	(55)	37	(18)
Índices	306.634	(438)	325	(113)
Títulos	1.642	(42)	(3)	(45)
Commodities	540	(15)	10	(5)
De Venda - Posição Vendida	388.846	(1.427)	(1.387)	(2.814)
Moeda Estrangeira	9.917	(307)	(143)	(450)
Mercado Interfinanceiro	31.784	(330)	(292)	(622)
Prefixados	-	-	-	-
Índices	344.321	(667)	(407)	(1.074)
Títulos	2.629	(114)	(544)	(658)
Commodities	195	(9)	(1)	(10)

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Contratos de futuros	292.049	5	(60)	(55)
Compromissos de Compra	127.499	(1)	174	173
Moeda Estrangeira	8.128	(1)	1	-
Mercado Interfinanceiro	98.353	-	45	45
Índices	19.288	-	95	95
Títulos	1.645	-	-	-
Commodities	84	-	33	33
Outros	1	-	-	-
Compromissos de Venda	164.550	6	(234)	(228)
Moeda Estrangeira	13.057	6	(20)	(14)
Mercado Interfinanceiro	113.173	-	(45)	(45)
Índices	32.033	-	(127)	(127)
Títulos	4.230	-	-	-
Commodities	2.048	-	(42)	(42)
Outros	9	-	-	-
Contratos de Swaps		344	580	924
Posição Ativa	68.839	2.160	777	2.937
Moeda Estrangeira	7.330	(292)	238	(54)
Mercado Interfinanceiro	34.370	1.299	161	1.460
Prefixados	9.277	326	140	466
Pós-Fixados	865	2	18	20
Índices	16.745	819	218	1.037
Títulos	32	3	-	3
Commodities	219	3	2	5
Outros	1	-	-	-
Posição Passiva	68.495	(1.816)	(197)	(2.013)
Moeda Estrangeira	14.609	(310)	(17)	(327)
Mercado Interfinanceiro	19.443	(358)	138	(220)
Prefixados	7.835	(256)	(133)	(389)
Pós-Fixados	3.272	(2)	(1)	(3)
Índices	23.122	(865)	(181)	(1.046)
Títulos	29	(1)	-	(1)
Commodities	178	(24)	(3)	(27)
Outros	7	-	-	-
Contratos de Opções	2.330.950	(570)	235	(335)
De Compra - Posição Comprada	695.908	1.182	(108)	1.074
Moeda Estrangeira	24.905	414	(104)	310
Mercado Interfinanceiro	530.428	468	2	470
Pós-Fixados	314	2	-	2
Índices	138.085	182	(53)	129
Títulos	1.534	86	27	113
Commodities	642	30	20	50
De Venda - Posição Comprada	526.323	625	53	678
Moeda Estrangeira	12.295	339	142	481
Mercado Interfinanceiro	404.532	128	(28)	100
Pós-Fixados	282	-	-	-
Índices	107.034	109	(48)	61
Títulos	1.625	40	(6)	34
Commodities	555	9	(7)	2
De Compra - Posição Vendida	527.731	(1.587)	342	(1.245)
Moeda Estrangeira	26.547	(802)	341	(461)
Mercado Interfinanceiro	376.482	(256)	(7)	(263)
Índices	123.221	(449)	50	(399)
Títulos	864	(49)	(27)	(76)
Commodities	617	(31)	(15)	(46)
De Venda - Posição Vendida	580.988	(790)	(52)	(842)
Moeda Estrangeira	16.715	(451)	(95)	(546)
Mercado Interfinanceiro	444.963	(196)	3	(193)
Índices	118.333	(71)	22	(49)
Títulos	825	(58)	7	(51)
Commodities	152	(14)	11	(3)

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação Valor Referencial		Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2011
Contratos a Termo	20.364	832	26	858	
Compras a Receber	10.816	2.401	51	2.452	
Moeda Estrangeira	9.163	910	52	962	
Mercado Interfinanceiro	168	-	-	-	
Prefixados	769	801	-	801	
Pós-Fixados	689	688	-	688	
Commodities	27	2	(1)	1	
Obrigações por Compra a Pagar	1.769	(1.573)	7	(1.566)	
Moeda Estrangeira	1.215	(100)	12	(88)	
Mercado Interfinanceiro	417	-	-	-	
Prefixados	-	(768)	-	(768)	
Pós-Fixados	-	(688)	-	(688)	
Índices	-	-	-	-	
Títulos	21	(1)	(1)	(2)	
Commodities	116	(16)	(4)	(20)	
Vendas a Receber	1.370	898	3	901	
Moeda Estrangeira	304	10	(1)	9	
Mercado Interfinanceiro	94	-	-	-	
Prefixados	66	66	-	66	
Pós-Fixados	259	258	-	258	
Índices	5	5	-	5	
Títulos	557	548	-	548	
Commodities	85	11	4	15	
Obrigações por Venda a Entregar	6.409	(894)	(35)	(929)	
Moeda Estrangeira	6.053	(575)	(36)	(611)	
Mercado Interfinanceiro	324	-	-	-	
Prefixados	-	(48)	-	(48)	
Pós-Fixados	-	(258)	-	(258)	
Commodities	32	(13)	1	(12)	
Derivativos de Crédito	4.101	683	215	898	
Posição Ativa	3.023	704	232	936	
Moeda Estrangeira	66	-	1	1	
Prefixados	2.660	704	225	929	
Pós-Fixados	-	-	(3)	(3)	
Títulos	297	-	9	9	
Posição Passiva	1.078	(21)	(17)	(38)	
Moeda Estrangeira	66	-	(1)	(1)	
Prefixados	715	(21)	(7)	(28)	
Títulos	297	-	(9)	(9)	
Operações de Forwards	29.264	231	37	268	
Posição Ativa	16.615	1.034	16	1.050	
Moeda Estrangeira	16.210	821	16	837	
Mercado Interfinanceiro	18	-	-	-	
Prefixados	-	207	-	207	
Pós-Fixados	372	6	-	6	
Commodities	15	-	-	-	
Posição Passiva	12.649	(803)	21	(782)	
Moeda Estrangeira	12.368	(594)	22	(572)	
Mercado Interfinanceiro	13	(1)	-	(1)	
Prefixados	199	(207)	(1)	(208)	
Pós-Fixados	69	(1)	-	(1)	
Commodities	-	-	-	-	
Swap com Verificação	-	-	-	-	
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	
Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	
Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	
Verificação de Swap - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos (*)	5.761	99	280	379	
Posição Ativa	3.151	289	309	598	
Moeda Estrangeira	412	68	246	314	
Prefixados	269	14	10	24	
Pós-Fixados	-	-	-	-	
Títulos	2.470	207	53	260	
Posição Passiva	2.610	(190)	(29)	(219)	
Moeda Estrangeira	310	(97)	9	(88)	
Prefixados	2.300	(93)	(38)	(131)	
Commodities	-	-	-	-	
ATIVO	10.803	2.307	13.110		
PASSIVO	(8.612)	(2.552)	(11.164)		
TOTAL	2.191	(245)	1.946		
Ativo - Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11	3.979	850	4.829		
Passivo - Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11	(3.172)	(940)	(4.112)		
TOTAL	807	(90)	717		
Empresas Industriais Ativo	7	9	16		
Outras Empresas Passivo	(6)	(4)	(10)		
ATIVO	3.986	859	4.845		
PASSIVO	(3.178)	(944)	(4.122)		
TOTAL	808	(85)	723		
Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:					
Compensação	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30/09/2011
Futuros	75.956	106.084	30.180	74.438	286.658
Swaps	2.877	23.363	16.601	41.156	83.997
Opções	703.762	859.094	68.399	6.045	1.637.300
Termo	3.571	7.949	6.358	2.486	20.364
Derivativos de Crédito	137	1.043	714	2.207	4.101
Forwards	6.682	14.617	3.973	3.992	29.264
Swaps com Verificação	-	-	-	-	-
Verificação de Swap	-	-	-	-	-
Outros	51	478	370	4.862	5.761

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Contratos a Termo	1.445	1.432	(27)	1.405
Compras a Receber	21	57	29	86
Mercado Interfinanceiro	-	36	-	36
Pós-Fixados	21	21	29	50
Obrigações por Compra a Pagar	-	(21)	(29)	(50)
Vendas a Receber	1.424	1.397	1	1.398
Moeda Estrangeira	4	4	-	4
Índices	-	-	-	-
Títulos	1.419	1.392	1	1.393
Commodities	1	1	-	1
Obrigações por Venda a Entregar - Pós-Fi:	-	(1)	(28)	(29)
Pós-Fixados	-	-	-	(29)
Derivativos de Crédito	6.701	125	7	132
Posição Ativa	2.902	258	3	261
Moeda Estrangeira	53	-	1	1
Prefixados	2.622	258	(2)	256
Títulos	227	-	4	4
Posição Passiva	3.799	(133)	4	(129)
Moeda Estrangeira	22	-	(1)	(1)
Prefixados	3.126	(133)	10	(123)
Títulos	651	-	(5)	(5)
Operações de Forwards	36.958	(522)	22	(500)
Posição Ativa	13.832	597	15	612
Moeda Estrangeira	13.121	548	8	556
Prefixados	3	1	-	1
Pós-Fixados	509	8	-	8
Commodities	199	40	7	47
Posição Passiva	23.126	(1.119)	7	(1.112)
Moeda Estrangeira	22.759	(1.098)	9	(1.089)
Mercado Interfinanceiro	27	-	(1)	(1)
Pós-Fixados	273	(3)	-	(3)
Commodities	67	(18)	(1)	(19)
Swap com Verificação				
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	6	-	-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	6	-	-	-
Verificação de Swap - Moeda Estrangeira	25	-	-	-
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	25	-	-	-
Outros Instrumentos Financeiros	3.755	626	(91)	535
Posição Ativa	3.395	785	(54)	731
Moeda Estrangeira	259	189	5	194
Prefixados	698	375	2	377
Pós-Fixados	-	-	(3)	(3)
Títulos	2.438	221	(58)	163
Posição Passiva	360	(159)	(37)	(196)
Moeda Estrangeira	360	(159)	(37)	(196)
Índices	-	-	-	-
	ATIVO	7.061	716	7.777
	PASSIVO	(5.621)	(50)	(5.671)
	TOTAL	1.440	666	2.106
Ativo - Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10		2.582	262	2.844
Passivo - Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10		(2.056)	(18)	(2.074)
TOTAL		527	244	770
Empresas Industriais Ativo		3	(1)	2
Empresas Industriais Passivo		(4)	1	(3)
ATIVO		2.585	261	2.846
PASSIVO		(2.060)	(17)	(2.077)
TOTAL		525	244	769

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2010
Futuros	108.359	64.874	49.747	69.069	292.049
Swaps	5.318	16.169	8.225	36.967	66.679
Opções	1.292.156	439.940	506.039	92.815	2.330.950
Termo	274	1.143	28	-	1.445
Derivativos de Crédito	-	1.011	592	5.098	6.701
Forwards	13.658	13.233	6.051	4.016	36.958
Swaps com Verificação	-	-	6	-	6
Verificação de Swap	6	16	3	-	25
Outros	105	927	405	2.318	3.755

Notas Explicativas

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ATIVO	30/09/2011					31/12/2010			
	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima 720	Valor Justo
ITAÚ UNIBANCO HOLDING									
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prêmios de Opções	3.826	29,2	435	391	1.934	817	223	26	1.752
BM&F Bovespa	2.760	21,1	302	268	1.696	430	64	-	1.305
Instituições Financeiras	461	3,5	92	104	71	140	50	4	364
Empresas	605	4,6	41	19	167	247	109	22	83
Operações a Termo	3.353	25,5	444	531	254	1.043	126	955	1.484
BM&F Bovespa	555	4,2	201	294	18	42	-	-	1.398
Instituições Financeiras	211	1,6	122	1	82	3	3	-	86
Empresas	2.587	19,7	121	236	154	998	123	955	-
Swaps - Ajuste a Receber	3.347	25,7	85	602	544	535	518	1.063	2.937
BM&F Bovespa	417	3,2	-	55	43	98	32	189	271
Instituições Financeiras	327	2,5	44	49	38	48	35	113	441
Empresas	2.581	19,8	27	492	461	389	451	761	2.203
Pessoas Físicas	22	0,2	14	6	2	-	-	-	22
Derivativos de Crédito	936	7,1	54	269	151	3	3	456	261
Instituições Financeiras	543	4,1	54	269	151	1	1	67	77
Empresas	393	3,0	-	-	-	2	2	389	184
Forwards	1.050	8,0	179	490	177	84	55	65	612
Instituições Financeiras	896	6,8	154	447	156	60	24	55	151
Empresas	151	1,2	24	41	21	24	31	10	460
Pessoas Físicas	3	0,0	1	2	-	-	-	-	1
Outros	598	4,5	228	11	1	9	106	243	731
BM&F Bovespa	224	1,7	224	-	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	346	2,6	-	-	1	2	101	242	724
Empresas	28	0,2	4	11	-	7	5	1	7
Total (*)	13.110	100,0	1.425	2.294	3.061	2.491	1.031	2.808	7.777
% por prazo de vencimento			10,9%	17,5%	23,3%	19,0%	7,9%	21,4%	
Total em 31/12/2010	7.777	100,0	1.145	2.026	574	1.314	753	1.965	
% por prazo de vencimento			14,7%	26,1%	7,4%	16,9%	9,7%	25,3%	
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11	4.829		525	845	1.127	918	380	1.034	
Empresas Industriais	16	-	-	-	-	-	16	-	
TOTAL	4.845		525	845	1.127	918	396	1.034	
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	2.844	37	419	741	210	481	275	719	2.844
Empresas Industriais	2	-	-	-	-	-	2	-	2
TOTAL	2.846	37	419	741	210	481	277	719	2.846

(*) Do total do valor justo da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 3.415 (R\$ 1.852 em 31/12/2010) refere-se a circulante e R\$ 1.414 (R\$ 994 em 31/12/2010) não circulante.

Notas Explicativas

	30/09/2011					31/12/2010			
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima 720 dias	Valor Justo
PASSIVO									
Futuros									
BM&F Bovespa	(410)	3,6	(1)	(298)	(78)	(1)	6	(38)	(55)
Instituições Financeiras	(407)	3,6	(1)	(295)	(78)	(1)	6	(38)	(59)
	(3)	0,0	-	(3)	-	-	-	-	4
Prêmios de Opções	(3.786)	33,9	(406)	(494)	(1.797)	(905)	(164)	(20)	(2.087)
BM&F Bovespa	(2.600)	23,3	(338)	(293)	(1.459)	(477)	(33)	-	(1.677)
Instituições Financeiras	(996)	8,9	(63)	(193)	(300)	(344)	(80)	(16)	(299)
Empresas	(190)	1,7	(5)	(8)	(38)	(84)	(51)	(4)	(110)
Pessoas Físicas	-	0,0	-	-	-	-	-	-	(1)
Operações a Termo	(2.495)	22,4	(303)	(129)	(149)	(894)	(74)	(946)	(79)
Instituições Financeiras	(223)	2,0	(144)	(5)	(38)	(36)	-	-	(50)
Empresas	(2.272)	20,4	(159)	(124)	(111)	(858)	(74)	(946)	(29)
Swaps - Ajuste a Pagar	(3.434)	30,8	(137)	(613)	(259)	(602)	(519)	(1.304)	(2.013)
BM&F Bovespa	(621)	5,6	(1)	(63)	(20)	(153)	(22)	(262)	(388)
Instituições Financeiras	(769)	6,9	(78)	(98)	(84)	(70)	(91)	(348)	(396)
Empresas	(2.005)	18,0	(57)	(450)	(152)	(360)	(293)	(693)	(1.170)
Pessoas Físicas	(39)	0,3	(1)	(2)	(3)	(19)	(13)	(1)	(59)
Derivativos de Crédito	(38)	0,3	-	(18)	(1)	(2)	(2)	(15)	(129)
Instituições Financeiras	(16)	0,1	-	(6)	(1)	(2)	(2)	(5)	(126)
Empresas	(22)	0,2	-	(12)	-	-	-	(10)	(3)
Forwards	(782)	7,0	(154)	(389)	(101)	(48)	(43)	(47)	(1.112)
Instituições Financeiras	(648)	5,8	(136)	(355)	(71)	(20)	(30)	(36)	(629)
Empresas	(133)	1,2	(17)	(34)	(30)	(28)	(13)	(11)	(482)
Pessoas Físicas	(1)	0,0	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Outros	(219)	2,0	-	-	-	(1)	(91)	(127)	(196)
Instituições Financeiras	(212)	1,9	-	-	-	(1)	(84)	(127)	(173)
Empresas	(7)	0,1	-	-	-	-	(7)	-	(23)
Total (*)	(11.164)	100,0	(1.001)	(1.941)	(2.385)	(2.453)	(887)	(2.497)	(5.671)
% por prazo de vencimento									
Total em 31/12/2010	(5.671)	100,0	(1.113)	(837)	(586)	(1.408)	(743)	(984)	
% por prazo de vencimento									
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11	(4.112)	100,0	(369)	(715)	(878)	(904)	(327)	(920)	
Outras Empresas	(10)	-	-	-	-	-	(10)	-	
TOTAL	(4.122)	-	(369)	(715)	(878)	(904)	(337)	(920)	
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	(2.074)	-	(407)	(306)	(214)	(515)	(272)	(360)	(2.074)
Empresas Industriais	(3)	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
TOTAL	(2.077)	-	(407)	(306)	(214)	(515)	(275)	(360)	(2.077)

(*) Do total do valor justo da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ (2.866) (R\$ (1.442) em 31/12/2010) refere-se a circulante e R\$ (1.246) (R\$ (635) em 31/12/2010) não circulante.

Notas Explicativas

Ganhos e Perdas Realizados e não Realizados na Carteira de Derivativos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/07 a 30/09/2011	01/07 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2010
Swap	630	358	1.545	113
Termo	(192)	16	(110)	25
Futuro	(870)	943	(608)	1.152
Opções	173	185	397	206
Derivativos de Crédito	58	42	117	52
Outros	(413)	(498)	(1.359)	(226)
Total	(614)	1.046	(18)	1.322
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,60% em Set/10	(226)	383	(7)	484
TOTAL	(226)	383	(7)	484

b) Informações sobre Derivativos de Crédito

A ITAÚSA e suas controladas compram e vendem proteção de crédito, predominantemente relacionadas a títulos públicos do governo Brasileiro e títulos privados de empresas Brasileiras, visando atender as necessidades de nossos clientes. Quando vendemos proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito onde somos vendedores de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 30 de setembro de 2011 a ITAÚSA e suas controladas não venderam proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber, do vendedor da proteção, o valor equivalente à diferença entre valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos em troca de fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual vendemos proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011					Valor Justo	31/12/2010
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		Valor Justo
Por Instrumento							
CDS	1.069	728	169	79	93	(29)	(121)
TRS	9	-	-	9	-	(9)	(8)
Total por Instrumento	1.078	728	169	88	93	(38)	(129)
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	397	268	62	32	34	(14)	(47)
TOTAL	397	268	62	32	34	(14)	(47)
Por Classificação de Risco							
Grau de Investimento	1.078	728	169	88	93	(38)	(129)
Total por Risco	1.078	728	169	88	93	(38)	(129)
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	397	268	62	32	34	(14)	(47)
TOTAL	397	268	62	32	34	(14)	(47)
Por Entidade de Referência							
Entidades Privadas	1.078	728	169	88	93	(38)	(129)
Total por Entidade	1.078	728	169	88	93	(38)	(129)
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	397	268	62	32	34	(14)	(47)
TOTAL	397	268	62	32	34	(14)	(47)

Avaliamos o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). Acreditamos, com base na nossa experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nocional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, não incorremos em nenhum evento de perda relativo a quaisquer contratos de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor *notional* dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que a ITAÚSA e suas controladas atuam como vendedor da proteção:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(1.069)	2.154	1.085
TRS	(9)	869	860
Total	(1.078)	3.023	1.945
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11	(397)	1.113	716
TOTAL	(397)	1.113	716
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.375)	2.902	(473)
TRS	(424)	-	(424)
Total	(3.799)	2.902	(897)
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	(1.389)	1.061	(328)
TOTAL	(1.389)	1.061	(328)

Notas Explicativas

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O Hedge contábil varia dependendo da natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem se qualificar como instrumento de hedge para fins contábeis se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixas futuros de pagamentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de futuros DI negociados na BM&FBOVESPA relativos a certos passivos pós fixados denominados em reais e swaps de taxas de juros relativos a ações preferenciais resgatáveis denominadas em dólares emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuro DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Os montantes sempre são considerados como valores nominais.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a MOEDA FUNCIONAL e o Dólar.

Nossas estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações nos CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR; e
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding adota o método do derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (Hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2012 e 2015, que é o período que os pagamentos de fluxo de caixa são esperados que ocorram e afetem a demonstração do resultado.

Nossas estratégias de investimento líquido no exterior consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior, em relação à moeda funcional da matriz.

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

Notas Explicativas

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em BRL (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o Dollar Offset Method. O Dollar Offset Method é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2011, sendo que o vencimento dos derivativos ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em que espera-se que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais e apresentam a **posição total** mantida pela controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding:

	30/09/2011	30/09/2010
Derivativos utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa		
Ganho ou (Perda) reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado
Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	(301) Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(21) Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros
Swap de Taxa de Juros	(51) Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(55) Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros
<i>(*) Em 30 Setembro de 2011, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 6.</i>		
	30/09/2011	
Derivativos utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	Ganho ou (Perda) reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (parcela efetiva)	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DI	(776) Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(7)
Forward	25 Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	18
NDF	313 Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	3

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do objeto de hedge:

Estratégias	30/09/2011				31/12/2010			
	Derivativos		Objeto de Hedge		Derivativos		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Hedge de depósitos e operações compromissadas	36.945	(28)	36.964	(10)	9.092	(10)	9.117	(10)
Hedge de ações preferências resgatáveis	729	(51)	729	(27)	655	(27)	655	(27)
Hedge de CDB subordinado	87	-	115	-	350	-	419	-
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	7.409	(134)	4.445	-	-	-	-	-

Com a intenção de alongar os passivos de CDBs subordinados, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING descontinuou parcialmente operações de Hedge de CDB Subordinado realizando uma rolagem da dívida (liquidação da operação anterior e emissão de uma nova operação), gerando um efeito no resultado (receita) de R\$ 3.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING descontinuou operações de Hedge, com vencimento em 01/07/2011, gerando efeito no resultado de R\$ 1.

Notas Explicativas

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	774	7	-	781
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	8.558	137	(7)	8.688
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	4.425	69	(3)	4.491
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	5.826	10	(27)	5.809
México	172	3	-	175
Dinamarca	3.276	-	(8)	3.268
Espanha	418	-	-	418
Coréia	294	-	-	294
Chile	834	7	-	841
Paraguai	508	-	(18)	490
Uruguai	277	-	(1)	276
Outros	47	-	-	47
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	22.912	1.730	(738)	23.904
Ações Negociáveis	3.740	842	(192)	4.390
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6.979	750	(502)	7.227
Certificado de Depósito Bancário	356	-	-	356
Debêntures	7.086	63	(1)	7.148
Euro Bonds e Assemelhados	3.689	74	(43)	3.720
Notas Promissórias	753	-	-	753
Outros	309	1	-	310
TOTAL	42.495	1.953	(775)	43.673
Participação Itaúsa - 36,83%	15.652	719	(285)	16.086
Empresas Industriais	420	11	-	431
TOTAL	16.072	730	(285)	16.517

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/09/2011 eram: a) R\$ 1.697, b) R\$ 4.491, c) R\$ 176 e d) R\$ 1.625, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 625, b) R\$ 1.654, c) R\$ 65 e d) R\$ 599.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	756	14	-	770
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	9.949	130	-	10.079
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	4.584	181	(45)	4.720
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	4.736	4	(181)	4.559
Estados Unidos	679	-	-	679
Dinamarca	2.108	-	(92)	2.016
Espanha	777	-	(43)	734
Coréia	262	-	(26)	236
Chile	454	1	(2)	453
Paraguai	272	2	(18)	256
Uruguai	184	1	-	185
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	23.224	1.734	(547)	24.411
Ações Negociáveis	4.248	1.395	(519)	5.124
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6.799	190	(14)	6.975
Certificado de Depósito Bancário	559	-	-	559
Debêntures	6.597	40	(3)	6.634
Euro Bonds e Assemelhados	3.745	109	(11)	3.843
Notas Promissórias	1.265	-	-	1.265
Outros	11	-	-	11
TOTAL	43.249	2.063	(773)	44.539
Participação Itaúsa - 36,57%	15.817	754	(283)	16.289
Empresas Industriais	525	(61)	51	514
TOTAL	16.342	693	(232)	16.803

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 3.396, b) R\$ 3.267, c) R\$ 14 e d) R\$ 2.149, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 1.780, b) R\$ 1.195, c) R\$ 5 e d) R\$ 786.

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda				
Ganhos	188	(9)	564	110
Perdas	(53)	(22)	(124)	(56)
Total	135	(31)	440	54
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,60% em Set/10	50	(11)	162	20
Total	50	(11)	162	20

Notas Explicativas

O Custo Amortizado e o Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011		31/12/2010
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Valor Justo
Circulante	15.008	15.788	19.566
Sem Vencimento	4.510	5.167	5.894
Até um ano	10.498	10.621	13.672
Não Circulante	27.487	27.885	24.973
De um a cinco anos	13.850	14.311	12.228
De cinco a dez anos	8.118	8.071	7.400
Após dez anos	5.519	5.503	5.345
Total	42.495	43.673	44.539
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	15.652	16.086	16.289
Empresas Industriais	420	431	514
TOTAL	16.072	16.517	16.803

Durante o período findo em 30/09/2011 não reconhecemos perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011	31/12/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.767	2.764
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	192	226
Títulos Públicos - Outros Países	-	16
Títulos de Dívida de Empresas (1)	100	164
Debêntures	30	30
Euro Bonds e Assemelhados	65	130
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5	4
Total	3.059	3.170
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	1.128	1.159
TOTAL	1.128	1.159

(1) Os Ativos Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 30/09/2011 eram: a) R\$ 131 e b) R\$ 40 (R\$ 268 em 31/12/2010), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 48 e b) R\$ 15 (R\$ 98 em 31/12/2010).

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011	31/12/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	111	284
Até um ano	111	284
Não Circulante	2.948	2.886
De um a cinco anos	249	344
De cinco a dez anos	1.079	77
Após dez anos	1.620	2.465
Total	3.059	3.170
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	1.128	1.159
TOTAL	1.128	1.159

Durante o período findo em 30/09/2011 não reconhecemos Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas**NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - ITAÚ UNIBANCO HOLDING****a) Operações de Crédito**

Abaixo apresentamos a composição dos saldos de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING		
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, por tipo	30/09/2011	31/12/2010
Pessoas Físicas	141.675	125.415
Cartão de Crédito	35.586	33.041
Crédito Pessoal	33.059	23.681
Veículos	60.431	60.627
Crédito Imobiliário	12.599	8.066
Grandes Empresas	92.439	76.583
Micro/Pequenas e Médias Empresas	83.769	79.950
Unidades Externas América Latina	17.826	13.539
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	335.709	295.487
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(22.723)	(19.994)
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	312.986	275.493
Participação Itaúsa	36,83%	36,57%
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	123.653	108.068
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.370)	(7.312)
Total Participação Itaúsa	115.283	100.756
Por setor do devedor	30/09/2011	31/12/2010
Setor Público	1.721	1.138
Indústria e Comércio	98.785	84.997
Serviços	69.380	60.295
Setor Primário	15.473	13.933
Outros Setores	922	2.185
Pessoa Física	149.428	132.939
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	335.709	295.487
Participação da Itaúsa	36,83%	36,57%
	123.653	108.068
Por vencimento (*)	30/09/2011	31/12/2010
Vencidas a partir de 1 dia	4.952	4.472
A vencer até 3 meses	34.417	30.212
A vencer de 3 a 12 meses	30.889	28.291
A vencer acima de um ano	53.395	45.093
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	123.653	108.068
Por Concentração (*)	30/09/2011	31/12/2010
Principal Devedor	814	592
10 Maiores Devedores	4.686	4.137
20 Maiores Devedores	7.472	6.698
50 Maiores Devedores	12.547	11.642
100 Maiores Devedores	17.080	15.708

(*) Os valores indicados nestes quadros já refletem a participação da Itaúsa

Notas Explicativas

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa nos saldos da rubrica "Empréstimos e Adiantamentos a Clientes" são as seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING				
Composição de saldo de Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2010	Baixas 01/01 a 30/09/2011	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 30/09/2011	Saldo Final 30/09/2011
Pessoas Físicas	10.618	(6.357)	8.273	12.534
Cartão de Crédito	3.306	(2.555)	2.790	3.541
Crédito Pessoal	3.492	(2.150)	3.413	4.755
Veículos	3.709	(1.589)	2.073	4.193
Crédito Imobiliário	111	(63)	(3)	45
Grandes Empresas	1.071	(228)	(174)	669
Micros/Pequenas e Médias	8.041	(5.057)	6.241	9.225
Unidades Externas e América Latina	264	(117)	148	295
Total	19.994	(11.759)	14.488	22.723
	36,57%			36,83%
Participação Itaúsa	7.312	(4.256)	5.314	8.370

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade de nossos clientes:

Por Setor do Devedor	30/09/2011	31/12/2010
Setor Público	1	16
Indústria e Comércio	6.215	5.658
Serviços	3.448	3.020
Setor Primário	295	318
Outros Setores	30	123
Pessoa Física	12.734	10.859
Total	22.723	19.994
	36,83%	36,57%
Participação Itaúsa	8.370	7.312

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Empréstimos e Adiantamentos de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa 2.4 f VIII).

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011					
	Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
I - Operações Avaliadas Individualmente						
Grandes Empresas	918	345	91.521	324	92.439	669
II - Operações Avaliadas Coletivamente						
Pessoas Físicas	9.974	6.065	131.701	6.469	141.675	12.534
Cartão de Crédito	2.954	1.805	32.632	1.736	35.586	3.541
Crédito Pessoal	2.946	1.758	30.113	2.997	33.059	4.755
Veículos	3.962	2.477	56.469	1.716	60.431	4.193
Crédito Imobiliário	112	25	12.487	20	12.599	45
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.520	4.621	77.249	4.604	83.769	9.225
Unidades Externas América Latina	92	54	17.734	241	17.826	295
Total	17.504	11.085	318.205	11.638	335.709	22.723
Participação Itaúsa			36,83%			
	6.447	4.083	117.205	4.287	123.653	8.370

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2010					
	Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PDD	Carteira	PDD	Carteira	PDD
I - Operações Avaliadas Individualmente						
Grandes Empresas	884	394	75.699	677	76.583	1.071
II - Operações Avaliadas Coletivamente						
Pessoas Físicas	8.086	4.839	117.329	5.780	125.415	10.619
Cartão de Crédito	2.411	1.458	30.630	1.848	33.041	3.306
Crédito Pessoal	2.195	1.380	21.486	2.112	23.681	3.492
Veículos	3.315	1.938	57.312	1.771	60.627	3.709
Crédito Imobiliário	165	63	7.901	49	8.066	112
Micro / Pequenas e Médias Empresas	4.856	3.412	75.094	4.629	79.950	8.041
Unidades Externas América Latina	52	35	13.487	228	13.539	263
Total	13.878	8.680	281.609	11.314	295.487	19.994
Participação Itaúsa			36,57%			
	5.076	3.175	102.993	4.138	108.068	7.312

Notas Explicativas

c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresentamos abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Financeiros por Vencimento:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011			31/12/2010
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente	Valor Presente
Circulante	16.474	(1.219)	15.255	17.415
Até 1 ano	16.474	(1.219)	15.255	17.415
Não Circulante	20.807	(6.317)	14.490	20.869
Entre 1 e 5 anos	20.579	(6.264)	14.315	20.100
Acima de 5 anos	228	(53)	175	769
Total	37.281	(7.536)	29.745	38.284
		36,83%		36,57%
Participação Itaúsa	13.732	(2.776)	10.956	14.002

NOTA 12 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido destes bens é de R\$ 110 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2010).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011	31/12/2010
Circulante - Menos de 01 ano	190	129
Não Circulante - De 1 a 5 Anos	110	83
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	300	212
Juros Futuro	1	2
Valor Presente	299	210
	36,83%	36,57%
Participação Itaúsa	110	77

b) Arrendamento Mercantil Operacional

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano eram os seguintes:

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011	31/12/2010
Circulante	390	823
Até 1 ano	390	823
Não Circulante	5.457	3.311
De 1 a 5 anos	4.410	2.571
Mais de 5 anos	1.047	740
Total de Pagamento Mínimos Futuros	5.847	4.134
	36,83%	36,57%
Participação Itaúsa	2.154	1.512

NOTA 13 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL

	30/09/2011	31/12/2010
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	393	307
Produtos Acabados	287	245
Produtos em elaboração	80	81
Almoxarifado Geral	72	62
Adiantamento a Fornecedores	14	16
Provisão para perdas nos estoques	(50)	(50)
Outros	1	2
Total	797	663

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 as controladas da ITAÚSA CONSOLIDADO não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Controladas - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em entidades controladas, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis:

Empresas	Saldos em 31/12/2010	Subscrições / Aquisições / (Vendas)	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação em Controladas	Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	Ajustes Acumulados de Conversão	Outorga de Opções Reconhecidas	Saldos em 30/09/2011	Saldos em 30/09/2010	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital votante
										Ordinárias	Preferenciais		
Itaú Unibanco Holding S.A.	11.411	341	(1.169)	2.744	(53)	(300)	24	12.998	11.959				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	12.165	-	(66)	716	(46)	9	21	12.799	10.839				
Duratex S.A.	1.210	-	(40)	104	-	4	1	1.279	1.185				
Elekeiroz S.A.	460	-	(5)	17	-	(10)	-	462	452				
Itautec S.A.	387	-	-	17	(9)	(5)	-	390	410				
Itaúsa Empreendimentos S.A.	97	-	-	3	-	-	-	100	96				
ITH Zux Cayman Company Ltd.	38	-	-	4	-	1	-	43	28				
TOTAL GERAL	25.768	341	(1.280)	3.605	(108)	(301)	46	28.071	24.969				

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Itaú Unibanco Holding S.A.	45.000	72.646	10.723	885.142.980	77.193	36,83%	64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.000	17.240	1.589	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Duratex S.A.	1.550	3.638	295	194.070.169	-	35,40%	35,40%
Elekeiroz S.A.	320	479	17	14.261.751	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	280	535	30	10.953.370	-	94,01%	94,01%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	48	100	3	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	65	43	-	35.000.000	-	100,00%	100,00%

(1) Em outros ativos, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber

Notas Explicativas

II - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	% de participação em 30/09/2011		30/09/2011					31/12/2010			30/09/2010		
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a)	42,93	42,93	2.723	216	2.040	67	1.720	1.967	116	2.133			
Banco BPI S.A. (b) (c)	19,02	19,02	1.670	(1.809)	318	(319)	318	682	64	613			
Serasa S.A. (d)	16,14	16,14	1.667	384	269	62	-	256	40	-			
Outros (e)	-	-	-	-	38	23	-	42	3	-			
Total - Itaú Unibanco	-	-	-	-	2.665	(167)	-	2.947	223	-			
Participação Itaúsa					978	36,83%	-	36,57%	82	36,60%			
Outros Investimentos					8	(83)	-	-	63	-			
Total					986	(145)	-	1.079	145	-			

(a) Para fins de valor de mercado foi considerada a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 871 em 30 de setembro de 2011 e de R\$ 896 em 31 de dezembro de 2010, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(b) Em 30/09/2011 foi reconhecida uma redução ao valor recuperável deste investimento de R\$ 353.

(c) Investimento tratado por equivalência patrimonial em função da influência significativa exercida pelos membros da administração na gestão dos negócios.

(d) Investimentos detido indiretamente pelo Itaú Unibanco Holding em função da sua participação de 66% da controlada BIU Participações S.A. que detém 24% no capital votante da Serasa S.A.

(e) Inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (26,88% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participações Ltda. (32,11% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (14,86% capital total e 24,81% capital votante).

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

ITAUSA CONSOLIDADO	30/09/2011	31/12/2010
Total de ativos	40.610	43.242
Total de passivos	38.577	41.111
Total de receitas	2.325	5.962
Total de despesas	(2.155)	(5.500)

As investidas não possuem passivos contingentes aos quais a Itaúsa Consolidado esteja significativamente exposta.

ITAUSA	30/09/2011	31/12/2010
Total de ativos	816.795	750.159
Total de passivos	722.115	663.037
Total de receitas	36.035	61.490
Total de despesas	(23.378)	(46.787)

Notas Explicativas

NOTA 15 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Saldo em 31/12/2010		Movimentações					Saldo em 30/09/2011			
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO		2.990	(1.025)	1.965	132	(38)	(113)	62	3.076	(1.110)	1.966
Terrenos	-	997	-	997	26	(17)	-	3	998	-	998
Edificações	4	1.587	(848)	739	59	(21)	(49)	51	1.646	(899)	747
Benefitorias	10	406	(177)	229	47	-	(64)	8	432	(211)	221
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		5.689	(3.037)	2.652	667	(29)	(388)	-	6.022	(3.134)	2.888
Instalações de Uso	5 a 20	671	(417)	254	39	(1)	(30)	9	717	(447)	270
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	2.721	(1.022)	1.699	106	(7)	(143)	140	2.800	(1.156)	1.644
Sistema Processamento de Dados (*)	20 a 50	1.783	(1.392)	391	246	(14)	(188)	10	1.887	(1.304)	583
Outros (Comunicação, Seg., Transp.)	4 a 20	514	(206)	308	276	(7)	(27)	(159)	618	(227)	391
TOTAL IMOBILIZADO		8.679	(4.062)	4.617	799	(67)	(501)	62	9.098	(4.244)	4.854

(*) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. De acordo com esse método o ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações financeiras, sendo o ativo depreciado de forma consistente com critérios de depreciação que nós normalmente utilizamos para ativos próprios. Esses contratos montam R\$ 98 em 30 de setembro de 2011.

Notas Explicativas

NOTA 16 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto-suficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de setembro de 2011 possuía aproximadamente 136 mil hectares em áreas de efetivo plantio (136 mil hectares em 31/12/2010) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até dois anos de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), baseado na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

Os saldos dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

	30/09/2011	31/12/2010
Custo de formação dos ativos biológicos	504	471
Diferencial entre o custo e o valor justo	554	559
Valor justo dos ativos biológicos	1.058	1.030

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	30/09/2011	31/12/2010
Saldo inicial	1.030	870
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	100	184
Exaustão	(105)	(132)
Variação do Valor Histórico		
Formação	62	86
Exaustão	(30)	(36)
Aquisição	1	58
Saldo final	1.058	1.030
	30/09/2011	31/12/2010
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(5)	52
Variação do Valor Justo	100	184
Exaustão do Valor Justo	(105)	(132)

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da companhia.

O ajuste positivo no valor justo é decorrente dos maiores preços da madeira em pé, do aumento das áreas de efetivo plantio, bem como de sua maior produtividade.

Notas Explicativas

NOTA 17 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO (*)

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)		Movimentações							30/09/2011			
	31/12/2010	30/09/2011	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Redução à Valor Recuperável (1)	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	0%		889	(476)	413	77	(1)	(172)	(4)	(3)	910	(597)	313
Ágio sobre ações adquiridas do Itaú Unibanco Holding (Nota 27)			832	-	832	45	-	-	-	(877)	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis			1.860	(414)	1.446	896	(10)	(273)	(1)	704	3.134	(611)	2.523
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	0%		543	(21)	522	11	(9)	(31)	(1)	1	417	(35)	382
Gastos com Aquisição de Software	20%		557	(319)	238	216	-	(65)	-	(4)	704	(316)	388
Marcas e Patentes	0 a 50%		2	-	2	1	-	(7)	-	82	85	(7)	78
Ágio por Rentabilidade Futura	0%		210	-	210	477	-	-	-	-	686	-	686
Carteira de Clientes	6 a 50%		329	(29)	300	-	-	(161)	-	615	999	(190)	809
Outros Ativos Intangíveis	10 a 20%		219	(45)	174	191	(1)	(9)	-	10	243	(63)	180
INTANGÍVEL			3.581	(890)	2.691	1.018	(11)	(445)	(6)	(176)	4.044	(1.208)	2.836

(1) Nota 2.4i;

(2) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

(*) Na ITAÚSA o total de intangíveis refere-se ao ágio sobre ações de emissão do Itaú Unibanco Holding adquiridas após a data de transição, conforme apresentado na Nota 27.

Notas Explicativas

NOTA 18 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

Depósitos e Captações de Clientes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	129.007	65.599	194.606	114.017	63.134	177.151
Depósitos a Prazo	63.838	65.277	129.115	53.522	62.894	116.416
Depósitos Interfinanceiros	1.835	322	2.157	1.689	240	1.929
Depósitos para Investimento	-	-	-	906	-	906
Depósitos de Poupança	63.334	-	63.334	57.900	-	57.900
Depósitos não Remunerados	26.069	-	26.069	25.537	-	25.537
Depósitos a Vista	26.069	-	26.069	25.349	-	25.349
Outros Depósitos	-	-	-	188	-	188
Total	155.076	65.599	220.675	139.554	63.134	202.688
Participação Itaúsa	57.120	24.162	81.282	51.039	23.090	74.129
Eliminações	(43)	-	(43)	-	-	-
TOTAL	57.077	24.162	81.239	51.039	23.090	74.129

NOTA 19 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011	31/12/2010
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo		
Notas Estruturadas	2.426	1.335
Total	2.426	1.335
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	894	488
TOTAL	894	488

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ 402 (R\$ 246 em 31/12/2010). O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 30/09/2011 e 31/12/2010.

NOTA 20 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	99.009	96.560	195.569	122.445	77.212	199.657
Interbancários	45.154	38.026	83.180	32.551	30.048	62.599
Letras Hipotecárias	38	217	255	48	254	302
Letras de Crédito Imobiliário	12.395	1.357	13.752	8.259	477	8.736
Letras de Crédito do Agronegócio	1.458	1.774	3.232	2.660	114	2.774
Letras Financeiras	596	7.666	8.262	-	2.466	2.466
Financiamento à Importação e à Exportação	18.014	3.592	21.606	11.815	3.640	15.455
Repasse no país	12.653	23.420	36.073	9.769	21.920	31.689
Outros	-	-	-	-	1.177	1.177
Participação Itaúsa		36,83%			36,57%	
Mercado Aberto	36.468	35.566	72.035	44.782	28.239	73.020
Eliminações	(36)	-	(36)	-	-	-
Mercado Aberto	36.432	35.566	71.999	44.782	28.239	73.020
Mercados Interbancários	16.632	14.006	30.638	11.905	10.989	22.894

As captações para financiamentos à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

Notas Explicativas

	No país	No Exterior
Mercado Aberto	5,50% a 17,35%	0,35% a 5,28%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100,00% CDI	-
Letras Financeiras	102,5% a 112,75% CDI	-
Letra de Crédito do Agronegócio	20% a 100% CDI	-
Financiamento à Importação e a Exportação	1,78% a 105,25% CDI	1,25% a 12,75%
Repasses no país	1,50% a 15%	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos nossos passivos em transações nas quais vendemos à vista, para clientes, títulos de dívida emitidos por nossas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e nos comprometemos a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados por nós. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 5,50% a 17,35%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Pela Controladora

Em 01/06/2010 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, com amortização em três parcelas anuais e sucessivas, em junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates. Em junho de 2011 a Itaúsa efetuou o pagamento no valor de R\$ 416, referente amortização da primeira parcela.

c) Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida subordinada	8.783	29.584	38.367	979	33.508	34.487
Obrigações por emissão de debêntures	61	1.053	1.114	293	1.091	1.384
Obrigações por TVM no exterior	5.371	6.484	11.855	2.659	5.983	8.642
Total	14.215	37.121	51.336	3.931	40.582	44.513
		36,83%			36,57%	
Participação Itaúsa	5.236	13.673	18.909	1.438	14.842	16.280
Debêntures Itaúsa	379	350	729	365	700	1.065
Total	5.615	14.023	19.638	1.803	15.542	17.345

	No País	No Exterior
Dívida subordinada	CDI + 0,35% a IGPM + 7,35%	3,04% a 10%
Obrigações por emissão de debêntures	100% CDI +0,35	-
Obrigações por TVM no exterior	1,04% a 9,5%	1,16% a 11,00%

IGPM é índice de inflação.

Notas Explicativas

NOTA 21 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	30/09/2011	31/12/2010
Financeiros	14.249	15.831
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	5.200	6.606
Operações de Seguros e Resseguros	1.652	1.131
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	4.622	4.138
Depósitos em Garantia de Captações de Recursos Externos	115	686
Serviços Prestados a Receber	841	417
Negociação e Intermediação de Valores	913	1.953
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31)	578	652
Valores a Receber do FCVS (Fundo para Compensação de Variações Salariais)	243	211
Operações sem Características de Concessão de Crédito	85	36
Não Financeiros	3.994	2.238
Despesas Antecipadas (Nota 29)	1.276	768
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28(b) e (c))	672	701
Diversos no País	493	597
Diversos no Exterior	34	71
Outros	1.519	101

b) Outros passivos

	30/09/2011	31/12/2010
Financeiros	13.503	14.999
Operações com Cartões de Crédito	12.073	13.645
Carteira de Câmbio	111	117
Negociação e Intermediação de Valores	1.178	1.133
Obrigações <i>Leasing</i> Financeiro	110	77
Recursos de Consorciados	31	27
Não Financeiros	11.824	8.532
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.708	256
Obrigações Empresas Industriais	2.425	2.056
Obrigações por Convênios/Serviços de Pagamentos	539	475
Provisão de Pessoal	769	497
Recursos em Trânsito	1.478	803
Sociais e Estatutárias	1.408	1.474
Credores Diversos - País e Exterior	648	844
Credores por Recursos a Liberar	427	324
Relativas a Operações de Seguros	657	513
Provisão para Pagamentos Diversos	887	879
Outros	878	411

c) Outros Ativos e Outros Passivos segregados em Circulante e Não Circulante

	30/09/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros	10.754	3.495	14.249	10.935	4.896	15.831
Outros Ativos não Financeiros	3.430	564	3.994	1.381	857	2.238
Outros Passivos Financeiros	13.462	41	13.503	14.960	39	14.999
Outros Passivos não Financeiros	11.529	295	11.824	8.449	83	8.532

Notas Explicativas

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 29/04/2011, foi aprovada a seguinte proposta do Conselho de Administração:

- Aumento do capital social no montante de R\$ 412, mediante emissão de 41.200.000 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 15.830.895 ordinárias e 25.369.105 preferenciais, com integralização em dinheiro ou em créditos originários de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

Em decorrência do item precedente, a Assembléia Geral Extraordinária de 30/06/2011 homologou a elevação do Capital Social para R\$ 13.678, representado por 4.415.481.589 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.696.626.868 ordinárias e 2.718.854.721 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 10,00 por lote de mil ações, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no início do exercício de 2010 e em 30 de setembro de 2011:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
(-) Ações em Tesouraria em 01/01/2010 (*)	-	(1.382.038)	(1.382.038)	(15)
Cancelamento de Ações (AGE de 30/04/2010)	-	1.382.038	1.382.038	15
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01/2011 a 30/09/2011	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Aumento de Capital	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
(-) Ações em Tesouraria em 30/09/2011 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	-
Aquisição de Ações	-	(8.700.000)	(8.700.000)	-
Em Circulação em 30/09/2011	1.696.626.868	2.710.154.721	4.406.781.589	13.678

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Notas Explicativas

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,014 por ação. O valor por ação foi mantido conforme deliberado na AGO/E de 10/11/2008.

I. Cálculo

	(Em Milhões de Reais)	
	30/09/2011	30/09/2010
Lucro Líquido	3.499	2.583 (1)
Ajustes		
(-) Reserva Legal	(175)	(129)
Base de Cálculo do Dividendo	3.324	2.454
Dividendo Mínimo Obrigatório	831	613
(+) Reversão da Reserva de Lucros a Realizar	-	-
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Após a Realização da Reserva de Lucros a Realizar	831	613
Valor Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	-	426
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Proposto	831	1.039
		42,34%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos / Antecipados	405	(51)	354
Dividendos	61	-	61
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação paga em 01/07/2011	61	-	61
Juros sobre o Capital Próprio	344	(51)	293
1 parcela de R\$ 0,078 por ação pago em 22/08/2011	344	(51)	293
Provisionados	540	(63)	477
Dividendos	124	-	124
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação paga em 03/10/2011	62	-	62
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação a ser paga em 02/01/2012	62	-	62
Juros sobre o Capital Próprio	416	(63)	353
Complementar a ser declarado	416	(63)	353
Total em 30/09/2011 - R\$ 0,1885 líquido por ação	945	(114)	831
Total em 30/09/2010 - R\$ 0,2375 líquido por ação	1.190	(151)	1.039

(1) O cálculo do dividendo apresentado em 2010 está sendo apresentado em BRGAAP anterior em valores calculados à época, considerando ter sido a base para pagamento.

c) Reservas

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- **Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e

- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas

	30/09/2011	31/12/2010
RESERVAS DE LUCROS	14.990	11.537
Legal	1.952	1.777
Estatutárias	13.038	9.760
Equalização de Dividendos	4.743	3.670
Reforço do Capital de Giro	4.132	3.053
Aumento de Capital de Empresas Participadas	4.163	3.037
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	445
Outras Reservas	203	1.181
Total das Reservas na Controladora	15.193	13.163

NOTA 23 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Itaú Unibanco Holding

I – Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo possui plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Este plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, através da outorga de opções de ações simples ou bonificadas, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas na data do balanço de encerramento no exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, da proporção de contrapartida em opções bonificadas, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, o “período de carência” e os “períodos de suspensão” para o exercício das opções. Podem participar deste programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

II – Características dos Programas

II.I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco possuíam, antes da associação, Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgados opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada beneficiário. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado, ainda, ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o comitê designar. Não são mais outorgadas opções neste modelo.

Notas Explicativas

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada beneficiário. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses referente aos últimos meses do exercício ao qual as opções se referem. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II. II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações (“Instrumentos Baseados em Ações”). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidas pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseado em ações é outorgada opções bonificadas de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções Bonificadas e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseado em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos de entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

Notas Explicativas

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga Nº	Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Quantidade de Ações				Saldo a Exercer em 30/09/2011	Saldo a Exercer em 30/09/2010	
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado	Saldo Anterior	Outorgadas	Exercidas	Canceladas			
Opções Simples													
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,22	12,89	38,60	712.942	-	273.943	-	-	438.999	796.817
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	23,79	37,67	12.650	-	12.650	-	-	-	12.650
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,32	35,10	2.877.600	-	1.682.625	27.500	-	1.167.475	3.727.045
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,60	18,32	35,10	27.500	-	27.500	-	-	-	27.500
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,60	-	-	11.357	-	-	-	-	11.357	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	23,79	37,67	16.389	-	16.389	-	-	-	27.521
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,94	-	-	75.901	-	-	75.901	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-	-	29.518
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,48	28,45	36,48	52.710	-	52.710	-	-	-	52.710
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,59	21,30	38,45	12.650	-	12.650	-	-	-	12.650
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,68	27,27	36,51	8.025.250	-	1.076.225	60.500	-	6.888.525	8.773.284
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,68	-	-	15.867	-	-	-	-	15.867	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	31,47	-	-	874.167	-	-	-	-	874.167	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	35,94	-	-	75.901	-	-	-	-	75.901	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	35,89	-	-	29.518	-	-	-	-	29.518	29.518
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	44,66	-	-	25.301	-	-	-	-	25.301	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	28,48	-	-	52.707	-	-	-	-	52.707	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	31,54	-	-	21.083	-	-	-	-	21.083	21.083
Total de Opções a Exercer					20,57	35,18	12.949.011	-	3.154.692	193.419	-	9.600.900	14.641.497
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,24	34,82	36,93	8.546.975	-	507.375	182.875	-	7.856.725	8.980.675
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,24	-	-	30.649	-	-	-	-	30.649	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,24	-	-	45.954	-	-	-	-	45.954	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	35,94	-	-	75.901	-	-	-	-	75.901	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	35,89	-	-	29.514	-	-	-	-	29.514	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	44,66	-	-	25.300	-	-	-	-	25.300	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	36,36	-	-	29.551	-	-	-	-	29.551	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	10.846.487	-	-	1.513.321	-	9.333.166	11.485.485
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	20.625	-	-	-	-	20.625	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	40,63	-	-	45.954	-	-	-	-	45.954	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	44,66	-	-	25.300	-	-	-	-	25.300	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	26,49	35,12	15.067.330	-	117.750	147.620	-	14.801.960	16.470.760
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,57	-	-	45.954	-	-	-	-	45.954	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	6.126.609	-	-	74.386	-	6.052.223	6.219.312
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,16	-	-	1.206.340	-	-	42.421	-	1.163.919	1.241.385
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,16	-	-	-	9.810.523	-	-	-	9.810.523	-
Total de Opções em Aberto					33,25	36,59	42.168.443	9.810.523	625.125	1.960.623	49.393.218	44.772.319	
Total de Opções Simples					22,67	35,41	55.117.454	9.810.523	3.779.817	2.154.042	58.994.118	59.413.816	
Opções dos Sócios													
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	-	39.906	416.487
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	28,80	490.624	-	425.860	12.729	-	52.035	493.370
Total de Opções a Exercer						37,22	907.111	-	802.441	12.729	-	91.941	909.857
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	21.339	-	719.023	746.269
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	-	79.446	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	19.673	-	309.508	334.907
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	-	33.474	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	27.498	-	388.432	415.930
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	37.530	-	339.386	384.961
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	30.280	-	329.711	359.991
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	-	17.717	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	40.684	-	449.442	492.872
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	79.810	-	1.861.177	1.940.987
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	27.511	-	1.558.030	-
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	35.004	-	704.604	745.515
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	-	79.445	79.445
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	-	706.397	-	-	-	706.397	-
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	38.574	-	338.302	384.920
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	30.810	-	329.152	359.962
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	-	17.712	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	85.007	-	1.855.944	1.940.951
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	29.332	-	1.556.165	-
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	-	706.338	-	-	-	706.338	-
Total de Opções em Aberto							8.298.684	4.583.773	-	503.052	12.379.405	8.335.059	
Total Opções dos Sócios						37,22	9.205.795	4.583.773	802.441	515.781	12.471.346	9.244.916	
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					22,67	32,27	64.323.249	14.394.296	4.582.258	2.669.823	71.465.464	68.658.732	

Notas Explicativas

II.III - Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções utilizando o modelo Binomial para as opções simples. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M;

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BOVESPA, na data base de cálculo;

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4;

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção;

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preço de fechamento da ação ITUB4, divulgada pela BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data						
Opções Simples							
37 ^a	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	37,26	11,02	2,97%	30,53%
Opções Bonificadas (*)							
12 ^a	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	33,85	2,97%	-
12 ^a	28/02/2011	28/02/2016	-	37,00	31,83	2,97%	-
13 ^a	19/08/2011	19/08/2014	-	26,65	24,39	2,97%	-
13 ^a	19/08/2011	19/08/2016	-	26,65	22,98	2,97%	-

(*) O valor justo das opções bonificadas é mensurado com referência ao valor justo da ação do Itaú Unibanco na data das outorgas.

II.IV - Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado foi de R\$ 46 (R\$ 32 de 01/01 a 30/09/2010), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	86
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(84)
Efeito na Venda (*)	2

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

b) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo comitê de pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de

Notas Explicativas

opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	2.744.929
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

(1) cupom IGP-M

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data Vencdo.	Prazo para Exercício	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência					Demais Periodos	
					dez/10	set/11			2007	2008	2009	2010	set/11		
30/03/2006	2.659.180	01/07/2007	até 31/12/2016	11,16	40.714	48.856	11,42	1	1	0	0	0	0	0	0
31/01/2007	2.787.050	01/07/2008	até 31/12/2017	11,82	2.112.699	2.535.227	10,36	25	16	9	0	0	0	0	0
13/02/2008	2.678.901	01/07/2009	até 31/12/2018	15,34	2.443.506	2.932.193	8,47	19	0	12	7	0	0	0	0
30/06/2009	2.517.951	01/07/2012	até 31/12/2017	9,86	1.652.752	1.983.285	4,64	9	0	0	2	5	1	1	1
14/04/2010	1.333.914	01/01/2014	até 31/12/2018	16,33	1.220.697	1.464.818	8,21	9	0	0	0	2	2	5	5
29/06/2011	2.744.929	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	2.744.929	2.744.929	5,11	14	0	0	0	0	0	1	13
Soma	14.721.925				10.215.297	11.709.308		77	17	21	9	8	4	19	19
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								74	16 (1)	20 (2)	9 (3)	7 (4)	4 (5)	18	

(1) Valor contabilizado contra lucros acumulados no balanço de transição;

(2) Valor contabilizado contra o resultado de 2008;

(3) Valor contabilizado contra o resultado de 2009;

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2010;

(5) Valor contabilizado até setembro de 2011.

(*) Contempla bonificação de ações de 20% conforme AGO/E de 29/04/2011

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia possuía 1.849.486 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Notas Explicativas

c) Itautec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itautec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração, hoje objeto de estudo e revisão pelo próprio Conselho.

O preço fixado para Outorga das Opções de Ações tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itautec S.A., nos pregões da Bolsa de Valores, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores a data de emissão das opções. A critério do Comitê de Opções era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

Conforme Deliberação CVM 562 de 17/12/08, o reconhecimento contábil pelo valor justo das opções ocorria a partir do momento da outorga e até o final do período de carência ("vesting period"). Considerando o período de carência e a data da última outorga (08/02/06), não há despesas relacionadas ao Plano de Opção de ações de competência de 2010 e 2011.

Dado não haver preço de mercado disponível para as opções outorgadas, a empresa utilizou o modelo binomial para estimativa dos preços das opções nas datas de outorga e chegou aos valores indicados na tabela abaixo.

Premissas

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06	Total
Quantidade de ações (a) (b)	93.332	58.423	58.423	110.335	159.826	127.831	191.666	799.836
Carência	30/06/01	30/06/02	30/06/03	30/06/03	30/06/04	30/06/05	30/06/07	
Vencimento	31/12/10	31/12/11	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	31/12/16	
Valor opção (b) (R\$/ação)	64,80	72,15	78,15	31,05	21,45	23,55	36,45	
Valor prêmio (R\$/ação)	66,87	78,04	77,83	45,3	34,94	38,52	32,88	
Valor Total (R\$ mil)	6.241	4.559	4.546	4.998	5.585	4.924	6.302	37.155

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06
Volatilidade do Preço das Ações	104%	115%	115%	116%	81%	64%	65%
Dividend Yield	0,9%	1,4%	1,4%	1,8%	2,9%	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	26,5%	20,6%	20,6%	32,6%	48,2%	24,9%	13,7%

(a) descontados os cancelamentos;

(b) considera agrupamento, na proporção de 15 ações para cada 1, realizado em out/2006

De todas as outorgas acima, nenhuma foi exercida até o momento.

O valor justo total das opções outorgadas, resultante do quadro acima, é de R\$ 37 foi contabilizado como reserva na conta de patrimônio líquido (Nota 22), a partir de apropriação da conta de lucros acumulados, nos termos do CPC 10. Após o reconhecimento do valor justo das opções outorgadas, a companhia não deve fazer nenhum ajuste subsequente ao patrimônio líquido, o que não elimina a necessidade de reconhecimento, pela companhia, da transferência de um componente para outro dentro do patrimônio líquido, se as opções forem exercidas (expirarem). Neste período de 2011 não houve ajuste realizado no patrimônio líquido por conta da falta de exercício das opções que expiraram em 31/12/2010, bem como no período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2011.

d) Elekeiroz S.A.

Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento

Notas Explicativas

dessas demonstrações o referido plano ainda não produziu quaisquer efeitos a serem reconhecidos nos resultados da Companhia.

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) Outras Receitas Operacionais

	01/07/2011 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011	01/07/2011 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2010
Recuperação de Encargos e Despesas	9	49	13	52
Reversão de Provisões Operacionais	50	464	54	231
Outras Rendas Operacionais	117	340	32	181
Lucros na Alienação de Investimentos	14	20	4	8
Lucros na Alienação de Valores e Bens	62	73	94	182
Ganhos de Capital	3	8	-	3
Reversão de Provisões não Operacionais	8	22	14	45
Outras	110	222	-	-
Total	373	1.198	211	702

b) Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011	01/07 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2010
Despesas Relacionadas a Cartões de Crédito	(165)	(543)	(156)	(415)
Reembolso Relativo à Aquisições	(11)	(51)	(1)	(25)
Perdas com Fraudes com Terceiros	(78)	(200)	(45)	(148)
Prejuízo na Venda de Bens Não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(27)	(59)	(59)	(178)
Liquidação de Contingências	(721)	(882)	(81)	(137)
Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(129)	(564)	(254)	(623)
Outros	283	(520)	(367)	(1.089)
Total	(848)	(2.819)	(963)	(2.615)

c) Despesas Gerais e Administrativas

	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011	01/07 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2010
Despesas de Pessoal	(1.686)	(4.184)	(1.269)	(3.553)
Remuneração	(812)	(1.847)	(506)	(1.520)
Encargos	(261)	(722)	(272)	(670)
Benefícios Sociais	(199)	(508)	(153)	(430)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria	(11)	(33)	32	18
Plano de Opção de Ações	(2)	(4)	(4)	(6)
Treinamento	(28)	(72)	(22)	(54)
Desligamentos	(71)	(250)	(92)	(233)
Participações de Empregados nos Lucros	(302)	(748)	(252)	(658)
Despesas Administrativas	(1.282)	(3.466)	(1.219)	(3.226)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(295)	(865)	(270)	(752)
Serviços de Terceiros	(360)	(886)	(258)	(706)
Instalações	(104)	(257)	(155)	(338)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(120)	(284)	(112)	(306)
Despesas de Aluguéis	(89)	(257)	(82)	(232)
Transportes	(89)	(193)	(60)	(160)
Materiais	(43)	(123)	(49)	(118)
Despesas com Serviços Financeiros	(42)	(126)	(39)	(126)
Segurança	(43)	(131)	(42)	(118)
Concessionárias de Serviços Públicos	(25)	(81)	(24)	(76)
Despesas de Viagem	(20)	(52)	(16)	(41)
Outros	(52)	(211)	(112)	(253)
Depreciação	(348)	(434)	(122)	(320)
Amortização	(13)	(416)	(87)	(262)
Despesas de Comercialização de Seguros	(101)	(234)	(94)	(297)
Total	(3.430)	(8.734)	(2.791)	(7.658)

Notas Explicativas

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um adicional sobre o imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	3º Trimestre de 2011	01/01 a 30/09/2011	3º Trimestre de 2010	01/01 a 30/09/2010
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.036	4.578	1.730	4.909
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(307)	(1.694)	(667)	(1.937)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões Permanentes	546	1.006	50	583
Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas, Líquido	114	87	24	54
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	466	299	(21)	12
Juros Sobre o Capital Próprio	116	481	126	456
Dividendos, Juros Sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	26	96	31	93
Outras (*)	(176)	43	(110)	(32)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	239	(688)	(617)	(1.354)

(*) Contempla o efeito decorrente do Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 11.941/09.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2011
Refletido no Resultado	9.814	(2.782)	4.186	11.218
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	1.336	(370)	1.104	2.070
Créditos de Liquidação Duvidosa	3.814	(1.173)	1.816	4.457
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	94	(91)	124	127
Ágio na Aquisição do Investimento	2.251	(296)	47	2.002
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	499	-	41	540
Provisões para Passivos Contingentes	<u>925</u>	<u>(240)</u>	<u>387</u>	<u>1.072</u>
Ações Cíveis	378	(88)	135	425
Ações Trabalhistas	366	(187)	178	357
Fiscais e Previdenciárias	162	47	74	283
Outros	19	(12)	-	7
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	17	(3)	51	65
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	87	2	2	91
Outros	791	(611)	614	794
Refletida no Patrimônio Líquido	77	(54)	56	79
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	49	(27)	34	56
Outros	28	(27)	22	23
Total (*)	9.891	(2.836)	4.242	11.297

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 8.889 (R\$ 7.646 em 31 de dezembro de 2010) no ativo e R\$ 3.013 (R\$ 3.114 em 31 de dezembro de 2010) no passivo.

Notas Explicativas

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2011
Refletido no Resultado	4.758	(874)	1.055	4.939
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	3.011	(629)	501	2.883
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	15	2	4	21
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	15	(9)	2	8
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	131	(142)	146	135
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	256	(23)	72	305
Ganho de Capital - Operação Redecard	137	(137)	-	-
Planos de Pensão	220	(19)	46	247
Amortização de Deságio	818	1	2	821
Outros	155	82	282	519
Refletida no Patrimônio Líquido	602	(118)	-	483
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	266	(96)	-	170
Outros	336	(22)	-	313
Total	5.360	(992)	1.055	5.422

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 8.889 (R\$ 7.646 em 31 de dezembro de 2010) no ativo e R\$ 3.013 (R\$ 3.114 em 31 de dezembro de 2010) no passivo.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/09/2011, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total		
2011	2.054	365	2.419	(869)	1.550
2012	2.349	816	3.165	(1.249)	1.916
2013	1.832	564	2.396	(1.302)	1.094
2014	876	302	1.178	(804)	374
2015	788	19	807	(414)	393
Acima de 2015	1.328	4	1.332	(784)	548
Total	9.227	2.070	11.297	(5.422)	5.875
Valor Presente (*)	8.185	1.904	10.089	(4.774)	5.315

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e de venda de produtos e serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

Notas Explicativas

NOTA 26 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante o período, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011	01/07 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2010
Lucro Líquido	1.124	3.499	948	3.124
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(27)	(27)	(27)	(27)
Subtotal	1.097	3.472	921	3.097
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(17)	(17)	(17)	(17)
Subtotal	1.080	3.455	904	3.080
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	415	1.328	347	1.184
Aos Detentores de Ações Preferenciais	665	2.127	557	1.897
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	432	1.345	364	1.200
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	692	2.154	584	1.924
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	1.696.626.868	1.687.831.926	1.680.795.973	1.674.818.828
Ações Preferenciais	2.714.188.054	2.703.205.218	2.693.485.616	2.683.657.789
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,25	0,80	0,22	0,72
Ações Preferenciais	0,25	0,80	0,22	0,72

NOTA 27 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 e utilizou o período de apuração previsto no CPC 15 (de até um ano após a data de aquisição) para obter as informações necessárias a fim de identificar e mensurar a sua alocação. No segundo trimestre de 2011 o ágio foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

Notas Explicativas

O quadro a seguir demonstra o valor justo estimado para os ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição, incluindo os ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	30/06/2010	Amortizações	30/09/2011
Ágio Apurado na aquisição (I)	877		779
Total alocado a Valor Justo dos ativos e passivos (II)	13	(13)	-
Alocação de Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	470	(116)	354
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	163	(27)	136
Marca Unibanco	11	(7)	4
Outros	5	(1)	4
Total alocado a Ativos Intangíveis amortizáveis (III)	649	(151)	498
Alocação de Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Redecard	4	-	4
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total alocado a Ativos Intangíveis não Amortizáveis (IV)	71	-	71
Total alocado como Intangíveis (V = III + IV)	720	(151)	569
Passivo fiscal Diferido (VI)	(293)	65	(228)
Total ágio alocado (VII = II + V + VI)	440	(98)	341
Ágio - Goodwill (VIII = I - VII)	437	-	437

A diferença obtida no valor do ágio, líquida das correspondentes apropriações e amortizações referentes ao período foram refletidas no resultado de setembro de 2011, conforme segue:

Efeito no resultado	30/09/2011
Ágio apurado em 2010	809
Ágio recalculado em 2011	877
Complemento do ágio	67
Apropriações do ágio alocado:	
Ativos e passivos a valor justo	(8)
Amortização do Intangível	(90)
	(98)
Total reconhecido no resultado	(31)

Os valores justos de ativos e passivos financeiros foram reconhecidos totalmente no resultado do período. Os ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Notas Explicativas

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do CPC nº 33, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos abaixo referidos. Para os funcionários contratados pelas empresas da Área de Serviços Financeiros após as referidas datas os mesmos contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. Já para os funcionários contratados pelas empresas da Área Industrial estes contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente da ITAÚSA CONSOLIDADO. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaubanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) (4)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Fundação Itaúsa Industrial	Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD (3) Plano de Benefícios Definido- BD (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2)
Itaubank Sociedade de Previdência Privada	Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável (contabilizado como plano de benefício definido);

(3) Plano de modalidade de contribuição definida;

(4) O Plano Itaubanco CD foi instituído em decorrência da cisão parcial do PAC e foi oferecido exclusivamente aos participantes deste plano, inclusive autopatrocinados e aqueles que tenham optado ou presumida a opção pelo instituto do benefício proporcional diferido, que não estejam recebendo benefício de aposentadoria pelo PAC. Os participantes que não ingressaram no Plano Itaubanco CD e os participantes assistidos do PAC permaneceram no referido plano, sem solução de continuidade, mantendo-se os direitos adquiridos. Conforme estabelecido no regulamento do Plano Itaubanco CD o prazo para transação e novação encerrou em 08/05/2010.

Notas Explicativas

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	Área de Serviços Financeiros (1)	
	30/09/2011	31/12/2010
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	12,32 % a.a.	12,32 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Exp.Itaú 2003/2004	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

	Área Industrial (2)	
	30/09/2011	31/12/2010
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,56 % a.a.	10,56 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1)Corresponde às premissas adotadas pelos planos administrados pela Fundação Itaúbanco, Bemgeprev, Funbep, Prebeg, UBB Prev e Fundação Banorte;

(2) Corresponde às premissas adotadas pelo plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Itaúsa Industrial;

(3) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, através da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

Notas Explicativas

A alocação dos ativos dos planos em 30 de setembro 2011 e 31 de dezembro 2010 e a meta de alocação para 2011, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		Meta 2011
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	
Títulos de Renda Fixa	10.453	10.035	87,90%	87,50%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.007	1.026	8,50%	8,95%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	13	11	0,10%	0,10%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	4	0,00%	0,04%	0% a 3%
Imóveis	345	369	2,90%	3,22%	0% a 4%
Empréstimos a participantes	23	23	0,20%	0,20%	0% a 5%
Outros Realizáveis	48	-	0,40%	0,00%	0% a 3%
Total	11.889	11.468	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Planos de Benefícios Definidos incluem ações da ITAÚSA e de suas controladas com um valor justo de R\$ 520 (R\$ 562 em 31/12/2010) e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 307 (R\$ 309 em 31/12/2010).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas as expectativas de retorno de 12 meses do mercado para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA:

	30/09/2011	31/12/2010
1- Ativos Líquidos dos Planos	11.889	11.468
2- Passivos Atuariais	(10.234)	(9.997)
3- Superveniência (1-2)	1.655	1.471
4- Restrição do Ativo (*)	(1.334)	(1.227)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	321	244
Valor Reconhecido no Ativo	444	367
Valor Reconhecido no Passivo	(123)	(123)

(*) - Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do CPC 33.

O montante líquido reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA CONSOLIDADO foi o seguinte:

	30/09/2011	31/12/2010
Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (*)	118	89
Valor Reconhecido no Ativo	164	134
Valor Reconhecido no Passivo	(45)	(45)

(*) Considera participação no IUH de 36,83% e 36,57% para 30/09/2011 e 31/12/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Notas Explicativas

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	01/01 a 30/09/2011			01/01 a 31/12/2010		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	11.468	(9.997)	1.471	15.045	(11.354)	3.691
Efeitos Cisão Parcial do PAC (1)	-	-	-	(5.147)	2.710	(2.437)
Rendimentos Esperados dos Ativos(3)	790	-	790	1.368	-	1.368
Custo Serviço Corrente	-	(71)	(71)	-	(87)	(87)
Custo dos Juros	-	(709)	(709)	-	(953)	(953)
Benefícios Pagos	(429)	429	-	(578)	578	-
Contribuições Patrocinadora	23	-	23	42	-	42
Contribuições Participantes	7	-	7	41	-	41
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3)	30	114	144	697	(891)	(194)
Valor Presente Final do Período	11.889	(10.234)	1.655	11.468	(9.997)	1.471

(1) Corresponde ao efeito da cisão parcial do PAC e criação do Plano Itaúbanco CD, cujo processo de migração resultou em redução e liquidação parcial das obrigações do PAC. O evento de redução que implicou na diminuição da obrigação e consequentemente dos passivos atuariais ocorreu em 31 de dezembro de 2009 e já se encontra ajustado no saldo de abertura (01 de janeiro de 2010). Em 31 de março de 2010, os participantes do PAC que optaram pela migração voluntária para o Plano Itaúbanco CD tiveram todas as suas obrigações liquidadas pelo PAC por meio de um aporte inicial de ativos anteriormente detidos pelo PAC para as contas individuais correspondentes no Plano Itaúbanco CD. O PAC não é mais responsável por quaisquer obrigações de benefícios de aposentadoria no âmbito do PAC referentes a esses participantes. Após a liquidação parcial do PAC, os ativos foram transferidos do PAC para o Plano Itaúbanco CD.

(2) Os ganhos apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima da taxa de retorno esperada nos ativos.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 820 (R\$ 632 31.12.2010)

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período

O total reconhecido de Planos de Benefício Definido pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 30 de setembro:

	2011	2010
Custo do Serviço Corrente	(71)	(64)
Custo de Juros	(709)	(727)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	790	1.057
Efeitos Cisão Parcial do PAC	-	(2.437)
Efeito na restrição do Ativo	(112)	1.695
Ganho/(Perda) no Exercício	144	317
Contribuições Participantes	7	25
Total reconhecido no Resultado do Período	49	(134)

O total reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

	2011	2010
Total reconhecido no Resultado do Período (*)	18	(49)

(*) Considera participação no IUH de 36,83% e 36,60% para 30/09/2011 e 30/09/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 8 (R\$ 7 em 30/09/2010). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2011, considerando a participação societária da ITAÚSA, esperamos contribuir com R\$ 14 para os planos de aposentadoria patrocinados.

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido considerando a participação societária da ITAÚSA em 30/09/2011 no ativo é de R\$ 586 (R\$ 567 em 31/12/2010).

O total reconhecido dos Planos de Contribuição Definida pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 30 de setembro:

	2011	2010
Efeito cisão parcial do PAC	-	1.477
Aportes/Contribuições	(104)	(80)
Ganho/Perda Atuarial	28	145
Efeito na Restrição do Ativo	94	(553)
Total reconhecido no Resultado do Período	18	989

O total reconhecido de Planos de Contribuição Definida em função da participação societária da ITAÚSA foi a seguinte:

	2011	2010
Total reconhecido no Resultado do Período (*)	19	377

(*) Considera participação no IUH de 36,83% e 36,60% para 30/09/2011 e 30/09/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Notas Explicativas

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2009 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 51 (R\$ 43 em 30/09/2010) sendo R\$ 41 (R\$ 31 em 30/09/2010) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

A ITAÚSA e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pela ITAÚSA, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA, são os seguintes:

	30/09/2011	31/12/2010
No Início do período	(105)	(100)
Custo de Juros	(7)	(10)
Benefícios Pagos	4	5
Ganho/(Perda) Atuarial	1	-
No Final do período	(107)	(105)

O valor de Outros Benefícios Pós Emprego reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

	30/09/2011	31/12/2010
Total reconhecido no Resultado do período (*)	(39)	(38)

(*) Considera participação no IUH de 36,83% e 36,57% para 30/09/2011 e 31/12/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	1	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	14	(11)

Notas Explicativas

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através de suas controladas, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Banco Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que gerará valor para os clientes e diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações;
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do

Notas Explicativas

Conglomerado Itaú Unibanco. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O Itaú Unibanco Holding, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do Itaú Unibanco Holding se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Vida em Grupo	41,5	42,4	11,6	12,9
Garantia Estendida	20,8	19,4	65,3	68,7
Acidentes Pessoais Coletivo	7,9	8,4	45,8	40,4
Prestamista	22,5	27,7	24,7	28,4
DPVAT	87,0	87,4	1,5	1,4
Riscos Diversos	8,3	16,3	60,9	48,8
Acidentes Pessoais Individual	31,9	29,6	13,2	17,1
Compreensivo Empresarial	43,7	38,6	17,5	26,5
Transporte Nacional	69,0	62,2	18,8	14,9
Responsabilidade Civil Geral	36,6	44,6	7,6	12,9

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.

Notas Explicativas

- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

Prêmios e Contribuições Retidas - ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
VGBL	2.553	1.676	7.075	4.688
Garantia Estendida	324	305	997	812
PGBL	265	211	920	840
Vida	299	292	839	870
Acidentes Pessoais	252	264	574	568
Prestamista	113	112	340	303
DPVAT	74	56	250	238
Tradicionais	75	148	245	328
Demais Ramos	294	205	1.046	915
Total	4.249	3.269	12.286	9.562
	36,83%	36,60%	36,83%	36,60%
Participação Itaúsa	1.565	1.197	4.525	3.500

(*) Para 2011, os ramos já estão adequados à circular Susep nº 395 de 03/12/2009.

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Notas Explicativas

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão, Pecúlio e Vida Individual e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições e considera as tábuas biométricas de mortalidade geral AT-2000 Basic Male e AT-2000 Basic Female com improvement;
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados** - IBNR - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III – Movimentação das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões Técnicas das operações de seguros e previdência:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011			31/12/2010	
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Total
Saldo Inicial	5.527	18.296	33.041	56.864	48.297
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	12.123	1.152	7.023	20.298	20.457
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(11.197)	-	-	(11.197)	(11.889)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(1.739)	(77)	(5)	(1.821)	(1.598)
(+) Sinistros Avisados	1.683	-	-	1.683	2.029
(-) Resgates	(152)	(722)	(2.740)	(3.614)	(4.199)
(+/-) Portabilidades líquidas	(115)	213	16	114	(41)
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	1	1.166	2.304	3.471	3.847
(+/-) Outras (constituição/reversão)	1.578	2	(21)	1.559	(40)
Provisão de Seguros e Previdência Privada	7.709	20.030	39.618	67.357	56.864
Participação Itaúsa	2.839	7.378	14.593	24.810	20.789
		36,83%			36,57%

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		TOTAL	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	16	30	58.326	50.070	58.342	50.100
Prêmios não Ganhos	4.183	2.465	-	-	4.183	2.465
Sinistros a Liquidar	2.477	2.163	-	-	2.477	2.163
Excedente Financeiro	2	2	471	458	473	460
IBNR	710	587	10	9	720	596
Insuficiência de Prêmios	299	273	-	-	299	273
Insuficiência de Contribuição	-	-	661	602	661	602
Matemática Para Resgates	-	-	-	-	-	-
Contingência de Sorteio	-	-	-	-	-	-
Outras	22	7	180	198	202	205
TOTAL	7.709	5.527	59.648	51.337	67.357	56.864
Participação Itaúsa	2.839	2.021	21.970	18.767	24.810	20.789
	36,83%	36,57%	36,83%	36,57%	36,83%	36,57%

Notas Explicativas

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Seguro
Saldo em 01/01/2011	1.649
Aquisições do Período	548
Amortizações do Período	(143)
Saldo em 30/09/2011	2.054
Saldo a amortizar até 12 meses	1.471
Saldo a amortizar após 12 meses	583
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11	757
Saldo em 01/01/2010	1.650
Aquisições do Período	36
Amortizações do Período	(37)
Saldo em 31/12/2010	1.649
Saldo a amortizar até 12 meses	1.339
Saldo a amortizar após 12 meses	310
Participação Itaúsa - 36,57% em Dez/10	603

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do grupo ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento anual de 30/09/2011:

Notas Explicativas

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados - ITAÚ UNIBANCO HOLDING								
Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros								2.515
Operações DPVAT								291
Retrocessão e Outras Estimativas								391
Total da Provisão								3.197
								36,83%
Participação Itaúsa								1.178
Data de Ocorrência - ITAÚ UNIBANCO HOLDING								
	2.005	2.006	2.007	2.008	2.009	2.010	2.011	Total
No final do ano de divulgação	994	1.911	1.298	2.011	1.562	1.868	1.845	
1 ano depois	994	1.917	1.353	2.368	1.655	1.860		
2 anos depois	1.032	1.914	1.397	2.309	1.615			
3 anos depois	1.004	2.031	1.386	2.288				
4 anos depois	1.022	1.999	1.381					
5 anos depois	1.020	1.993						
6 anos depois	1.009							
Estimativa corrente	1.009	1.993	1.381	2.288	1.615	1.860	1.845	11.991
Pagamentos acumulados até a data base	938	1.910	1.296	2.136	1.401	1.363	758	9.802
Passivo reconhecido no balanço	71	82	85	152	214	497	1.087	2.188
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								327
Total do passivo incluso no balanço								2.515
								36,83%
Participação Itaúsa								926

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados - ITAÚ UNIBANCO HOLDING								
Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros								1.324
Operações DPVAT								291
Resseguros, Retrocessão e Outras Estimativas								1.582
Total da Provisão								3.197
								36,83%
Participação Itaúsa								1.178
Data de Ocorrência - ITAÚ UNIBANCO HOLDING								
	2.005	2.006	2.007	2.008	2.009	2.010	2.011	Total
No final do ano de divulgação	779	820	923	1.052	1.150	1.174	1.303	
1 ano depois	779	831	968	1.118	1.219	1.188		
2 anos depois	777	839	994	1.122	1.189			
3 anos depois	786	865	997	1.112				
4 anos depois	793	869	978					
5 anos depois	797	857						
6 anos depois	789							
Estimativa corrente	789	857	978	1.112	1.189	1.188	1.303	7.416
Pagamentos acumulados até a data base	754	809	918	1.031	1.065	1.035	671	6.283
Passivo reconhecido no balanço	35	48	60	81	124	154	632	1.134
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								190
Total do passivo incluso no balanço								1.324
								36,83%
Participação Itaúsa								488

Notas Explicativas

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Insurance Contracts a seguradora deve realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo indicou a necessidade de um complemento de R\$ 24 mm nas provisões técnicas da companhia. O complemento requerido foi realizado em alguns planos de previdência privada em fase de acumulação, representando, porém, apenas 0,6% de acréscimo nas provisões destes planos.

As Premissas utilizadas foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos são baseados em homogeneidade de riscos
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna da companhia
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triangulo de chain ladder com periodicidade trimestral
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes
- e) Mortalidade: tábuas biométricas discriminada por sexo, ajustada por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade (improvement).

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da Cia, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

Notas Explicativas

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O Conglomerado Itaú Unibanco dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado do TAP
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem TAP
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Aumento de R\$ 7,6 milhões
Cenário com acréscimo de 10bp na Taxa Juros Livre Risco	Sem TAP
Cenário com decréscimo de 10bp na Taxa Juros Livre Risco	Aumento de R\$ 9,6 milhões
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Aumento de R\$ 9,8 milhões
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem TAP
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Aumento de R\$ 3,1 milhões
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem TAP

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Nos produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	30/09/2011			30/09/2010		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS						
Garantia Estendida	367	367	100,0	297	297	100,0
Prestamista	125	125	99,9	111	111	99,7
DPVAT	92	92	100,0	87	87	100,0
Riscos Diversos	59	47	80,0	68	57	83,4
-	-	-	-	-	-	-
PESSOAS						
Vida em Grupo	309	305	98,6	317	312	98,5
Acidentes Pessoais Coletivo	180	180	99,8	172	172	99,8
Acidentes Pessoais Individual	31	31	99,9	37	36	99,0
Vida Individual	4	4	96,9	6	6	100,0
-	-	-	-	-	-	-
GRANDES RISCOS						
Riscos Nomeados e Operacionais	117	22	18,7	109	38	35,4
Riscos de Petróleo	79	10	12,9	19	4	19,2
Riscos Marítimos - Cascos	10	4	41,3	18	13	72,0
Riscos de Engenharia	20	2	11,2	25	4	15,9
-	-	-	-	-	-	-

(*) Os valores acima estão proporcionais a participação da Itaúsa em 30/09/2011 de 36,83% e 30/09/2010 de 36,60%.

Notas Explicativas

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

- **Controle Centralizado do Risco de Subscrição**

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

- **Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição**

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos da Seguradora com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição;
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência;
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência;
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição;
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência;
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição; e
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pela instituição.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional;
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos; e
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do Itaú Unibanco, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis;
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro; e

Notas Explicativas

- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora; e
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos da Seguradora

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que aborem todo o ciclo de subscrição;
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores;
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição; e
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora. Envio dos relatórios gerenciais à Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente; e
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

Notas Explicativas

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos; e
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração da empresa trabalha em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

- Seguros

Variação nas taxas de câmbio pode afetar o resultado de seguros no caso de bens cujo valor de indenização sofre variação cambial. Pela legislação atual, a PPNG (Provisão de Prêmio não ganhos – tem a função de garantir a cobertura dos sinistros futuros) não sofre oscilação cambial. Uma seguradora pode efetuar o hedge contábil da operação, zerando a posição comprada em câmbio, mas está sujeito à variação cambial efetiva do bem segurado. Ao optar pelo hedge econômico, a empresa deve manter uma posição comprada em câmbio, gerando volatilidade no resultado contábil.

Variações nas taxas de juros não afetam o resultado de seguros.

- Previdência

Nos produtos FGB, durante o período de contribuição (acumulação de recursos) e durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos), há garantia mínima de rentabilidade de um indexador de preços mais taxa de juros. Caso os ativos garantidores tenham performance inferior à garantia mínima, a seguradora deverá complementar o valor acumulado.

No caso de produtos PGBL/VGBL, há garantia mínima apenas durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos).

É utilizado Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto.

Notas Explicativas

Risco de Liquidez

No que diz respeito aos produtos de longo prazo com retornos mínimos garantidos, a subsidiária reavalia periodicamente o seu passivo sob a forma de fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados e mantém o gestor de ativos continuamente informado sobre suas necessidades regulares de caixa. Além disso, o acompanhamento contínuo da sua carteira de clientes permite à subsidiária antecipar eventuais movimentos atípicos de migração de reservas possibilitando planejar a geração de liquidez necessária a esses movimentos.

Risco de Crédito

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detêm a maior parcela de nossas operações não excede 34,5% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item "classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco", com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standart & Poors	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito das empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O Itaú Unibanco Holding cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são apropriados no grupo de despesas antecipadas e realizados no grupo de outras despesas operacionais de acordo diferimento do prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

Notas Explicativas

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Créditos		Débitos	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Saldo Inicial	176	253	106	302
Contratos Emitidos	-	-	696	561
Sinistros Recuperados	29	29	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	3	(82)	(422)	(754)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	23	(3)
Outras Constituições / Reversões	(24)	(24)	(1)	-
Saldo Final	184	176	402	106
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,60% em Set/10	68	64	148	39

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011	31/12/2010	01/01/2010
Sinistros de Resseguros	1.458	1.185	886
Prêmios de Resseguros	563	404	529
Comissão de Resseguros	(60)	(59)	(59)
	1.961	1.530	1.356
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	722	560	481

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	1.185	886
Sinistros Avisados	584	713
Sinistros Pagos	(30)	(390)
Outras Constituições / Reversões	(281)	(24)
Saldo Final	1.458	1.185
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	537	433

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	404	529
Entradas	1.561	1.181
Saídas	(1.402)	(1.306)
Saldo Final	563	404
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	207	148

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	(59)	(59)
Entradas	(227)	(177)
Saídas	226	177
Saldo Final	(60)	(59)
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	(22)	(22)

m) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

Notas Explicativas

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Capital para a Atividade de Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou a resolução CNSP nº 227 de 06/12/2010 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e a circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido.

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	40.223	40.223	35.498	35.498
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.041	8.052	5.425	5.425
Aplicações no Mercado Aberto	34.353	34.353	32.786	32.786
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	41.932	41.932	42.619	42.619
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	65	65	112	112
Derivativos (*)	4.845	4.845	2.846	2.846
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	16.517	16.517	16.803	16.803
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.128	1.350	1.159	1.380
Operações de Crédito	115.283	115.381	100.756	100.826
Outros Ativos Financeiros	14.249	14.249	15.831	15.831
Passivos Financeiros				
Depósitos	81.239	81.230	74.129	27.100
Captação no Mercado Aberto	71.999	71.999	73.020	73.020
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	894	894	488	488
Derivativos (*)	4.122	4.122	2.077	2.077
Recursos de Mercados Interbancários	30.638	30.588	22.894	22.873
Recursos de Mercados Institucionais	19.638	19.708	17.345	16.245
Passivos de Planos de Capitalização	1.040	1.040	952	952
Outros Passivos Financeiros	13.503	13.503	14.999	14.999
Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial				
Cartas de Crédito em Aberto (standby)	341	187	276	155
Garantias Prestadas	16.955	49	13.758	41

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

(1) Os valores no quadro acima já refletem a participação da Itaúsa

Notas Explicativas

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial consolidado se aproxima de seu valor justo.

b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Estimamos os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- Swaps: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).
- Futuros e Termo: cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps;
- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade aprimoradas pelo crédito.

d) Operações de Crédito - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as nossas taxas atuais para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais, Passivos de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros.

Notas Explicativas

Sendo que para os:

- **Passivos Financeiros não remunerados (à vista)** - O valor justo dos depósitos à vista e de outros passivos financeiros é igual ao montante a pagar na data dos relatórios, ou seja, é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproximase do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o spread sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("*standby*") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos / passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4.f e apresentado nas Notas 6 e 7. Consulte a Nota 6 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Investimentos: Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos

Notas Explicativas

estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. A ITAÚSA CONSOLIDADO não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, a ITAÚSA CONSOLIDADO usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I e TDA com vencimentos após 2024, NTN-A1 e CVS), Notas Promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo, como os CRIs.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos adotados pela ITAÚSA CONSOLIDADO são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, a ITAÚSA CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do relatório.

Notas Explicativas

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/09/2011 e 2010 para nossos ativos de financeiros Mantidos para Negociação e ativos financeiros Disponíveis para Venda.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	1.108	-	1.108	-	1.748	-	1.748
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	88.340	226	-	88.566	86.422	277	-	86.699
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.861	-	-	1.861	666	-	-	666
Títulos Públicos - Outros Países	517	49	-	566	9.036	317	-	9.353
Argentina	156	-	-	156	293	-	-	293
Estados Unidos	289	-	-	289	8.714	-	-	8.714
México	72	-	-	72	29	-	-	29
Chile	-	10	-	10	-	248	-	248
Uruguai	-	21	-	21	-	24	-	24
Rússia	-	-	-	-	-	45	-	45
Outros	-	18	-	18	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	4.980	15.609	680	21.269	4.321	12.551	159	17.031
Ações negociáveis	2.108	54	-	2.162	3.208	40	-	3.248
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	30	629	659	-	439	157	596
Certificado de Depósito Bancário	-	8.280	-	8.280	-	8.932	-	8.932
Debêntures	2.872	909	-	3.781	1.112	1.688	-	2.800
Euro Bonds e Assemelhados	-	1.435	-	1.435	-	1.452	-	1.452
Notas Promissórias	-	-	51	51	-	-	-	-
Outros (basicamente Letras Financeiras)	-	4.901	-	4.901	1	-	2	3
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	95.698	16.992	680	113.370	100.445	14.893	159	115.497
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	35.249	6.259	250	41.758	36.736	5.447	58	42.241
Empresas Industriais	-	-	-	174	-	378	-	378
TOTAL	35.249	6.259	250	41.932	36.736	5.825	58	42.619
Fundos de investimento	-	781	-	781	-	770	-	770
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	8.386	-	302	8.688	9.753	6	320	10.079
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	4.491	-	-	4.491	4.720	-	-	4.720
Títulos Públicos - Outros Países	175	5.634	-	5.809	679	3.880	-	4.559
Estados Unidos	-	-	-	-	-	-	-	-
México	175	-	-	175	679	-	-	679
Dinamarca	-	3.268	-	3.268	-	2.016	-	2.016
Espanha	-	418	-	418	-	734	-	734
Coréia	-	294	-	294	-	236	-	236
Chile	-	841	-	841	-	453	-	453
Paraguai	-	490	-	490	-	256	-	256
Uruguai	-	276	-	276	-	185	-	185
Outros	-	47	-	47	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	4.066	19.043	795	23.904	3.746	19.338	1.327	24.411
Ações negociáveis	938	3.452	-	4.390	624	4.500	-	5.124
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.185	42	7.227	-	6.913	62	6.975
Certificado de Depósito Bancário	-	356	-	356	-	559	-	559
Debêntures	3.128	4.020	-	7.148	3.122	3.512	-	6.634
Euro Bonds e Assemelhados	-	3.720	-	3.720	-	3.843	-	3.843
Notas Promissórias	-	-	753	753	-	-	1.265	1.265
Outros	-	310	-	310	-	11	-	11
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	17.118	25.458	1.097	43.673	18.898	23.994	1.647	44.539
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	6.305	9.377	404	16.086	6.912	8.775	602	16.289
Empresas Industriais	-	-	-	431	-	514	-	514
TOTAL	6.305	9.377	404	16.517	6.912	9.289	602	16.803
Títulos públicos do governo brasileiro	-	176	-	176	-	306	-	306
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	176	-	176	306	-	-	306
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	-	65	-	65	112	-	-	112
TOTAL	-	65	-	65	112	-	-	112
Notas Estruturadas	-	(2.426)	-	(2.426)	-	(1.335)	-	(1.335)
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	(2.426)	-	(2.426)	-	(1.335)	-	(1.335)
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	-	(894)	-	(894)	-	(488)	-	(488)
TOTAL	-	(894)	-	(894)	-	(488)	-	(488)

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/09/2011 e 2010 para nossos Passivos de Derivativos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/09/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Opções	-	2.849	977	3.826	-	1.696	56	1.752
Termo	-	4.399	4	4.403	-	2.096	-	2.096
Swaps - Diferencial a Receber	-	3.329	18	3.347	-	2.932	5	2.937
Derivativos de Crédito	-	936	-	936	-	-	261	261
Outros Derivativos	-	339	259	598	-	568	163	731
Derivativos - Ativo	-	11.852	1.258	13.110	-	7.292	485	7.777
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	-	4.365	463	4.829	-	2.667	177	2.844
Empresas Industriais	-	-	-	-	-	2	-	2
TOTAL	-	4.365	463	4.829	-	2.669	177	2.846
Opções	-	(2.928)	(858)	(3.786)	-	(1.899)	(188)	(2.087)
Termo	-	(3.267)	(10)	(3.277)	-	(1.191)	-	(1.191)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(3.417)	(17)	(3.434)	-	(2.007)	(6)	(2.013)
Derivativos de Crédito	-	(38)	-	(38)	-	(10)	(119)	(129)
Futuros	(411)	(9)	10	(410)	(46)	-	(9)	(55)
Outros Derivativos	-	(219)	-	(219)	-	(183)	(13)	(196)
Derivativos - Passivo	(411)	(9.878)	(875)	(11.164)	(46)	(5.290)	(335)	(5.671)
Participação Itaúsa - 36,83% em Set/11 e 36,57% em Dez/10	(151)	(3.638)	(322)	(4.112)	(17)	(1.935)	(123)	(2.074)
Empresas Industriais	-	6	-	6	-	(3)	-	(3)
TOTAL	(151)	(3.632)	(322)	(4.106)	(17)	(1.938)	(123)	(2.077)

Notas Explicativas

Mensurações de valor justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pela ITAUSA CONSOLIDADO no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Distribuição dos Níveis

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 30/09/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	68	1.185	(743)	11	680	20
Títulos de Dívidas de Empresas	159	68	1.185	(743)	11	680	20
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	65	562	(155)	-	629	20
Notas Promissórias	-	2	460	(411)	-	51	-
Outros	2	1	163	(177)	11	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	136	2.668	(2.884)	(470)	1.097	(132)
Títulos públicos do governo brasileiro	320	8	38	(64)	-	302	-
Títulos de Dívidas de Empresas	1.327	128	2.630	(2.820)	(470)	795	(132)
Ações Negociáveis	-	-	227	-	(227)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	56	1.106	(1.103)	(79)	42	(132)
Notas Promissórias	1.265	69	1.136	(1.717)	-	753	-
Outros	-	3	161	-	(164)	-	-
	36,57%				36,83%		
Participação Itaúsa	661	75	1.419	(1.336)	(169)	655	(41)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 30/09/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	485	(306)	1.083	(4)	-	1.258	231
Opções	56	157	960	(196)	-	977	173
Termo	-	2	4	(2)	-	4	2
Swap - Diferencial a receber	5	13	7	(7)	-	18	3
Derivativos de Crédito	261	21	104	(386)	-	-	-
Futuros	-	-	5	(5)	-	-	-
Outros Derivativos	163	(499)	3	592	-	259	53
Derivativos - Passivo	(335)	79	(892)	273	-	(875)	(567)
Opções	(188)	20	(841)	151	-	(858)	(562)
Termo	-	8	(26)	8	-	(10)	(1)
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	(12)	(2)	3	-	(17)	(13)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	69	-	-	-
Futuros	(9)	8	(18)	29	-	10	9
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-
	36,57%				36,83%		
Participação Itaúsa	55	(84)	70	99	-	141	(206)

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a *swaps plain-vanilla* e operações cujo os vencimentos são superiores as curvas verificadas no mercado.

Não existiam transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante os períodos findos em 30/09/2011 e 31/12/2010.

Houve transferências de Nível 3 para Nível 2, devido ao alongamento das curvas verificadas no mercado.

Notas Explicativas

NOTA 31 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências.

Os dados estão sendo apresentados, considerando a participação da Itaúsa no Itaú Unibanco Holding proporcional, conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O banco também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, recentemente foi decidido no STJ que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 262, sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme a média móvel dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 12 meses, acrescida do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Notas Explicativas

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes	01/01 a 30/09/2011				01/01 a 31/12/2010
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	Total
Saldo Inicial	1.108	1.518	63	2.689	2.094
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(114)	(410)	-	(524)	(238)
Subtotal	994	1.108	63	2.165	1.856
Atualização/Encargos	23	35	-	58	79
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>410</u>	<u>205</u>	<u>(2)</u>	<u>613</u>	<u>735</u>
Constituição	530	265	-	795	997
Reversão	(120)	(60)	(2)	(182)	(262)
Pagamento	(314)	(172)	-	(486)	(501)
Subtotal	1.113	1.176	61	2.350	2.169
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	50	392	-	442	520
Saldo Final	1.163	1.568	61	2.792	2.689
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/09/2011	718	619	-	1.337	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2010	568	563	-	1.131	

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Notas Explicativas

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 30/09/2011		
	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial - 31/12/2010	1.910	982	2.892
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(16)	-	(16)
Subtotal	1.894	982	2.876
Atualização/Encargos	26	129	155
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(809)	1.106	297
Constituição	250	1.116	1.366
Reversão	(1.059)	(10)	(1.069)
Pagamento	(49)	(13)	(62)
Subtotal	1.062	2.204	3.266
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	4	-	4
Saldo Final - 30/09/2011	1.066	2.204	3.270

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 30/09/2010		
	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial - 31/12/2009	2.408	622	3.030
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	(13)	(13)
Subtotal	2.408	609	3.017
Atualização/Encargos	82	8	90
Movimentação do Período Refletida no Resultado	71	72	143
Constituição	209	101	310
Reversão	(138)	(29)	(167)
Pagamento	(662)	(39)	(701)
Subtotal	1.899	650	2.549
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	19	19
Saldo Final - 30/09/2010	1.899	669	2.568

Movimentação dos Depósitos Judiciais / Administrativos - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 30/09/2011		
	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial - 31/12/2010	1.368	438	1.806
Apropriação de Rendas	81	32	113
Movimentação do Período	31	78	109
Depositados	49	81	130
Levantamentos Efetuados	(8)	(3)	(11)
Conversão em Renda	(10)	-	(10)
Saldo Final - 30/09/2011	1.480	548	2.028

Movimentação dos Depósitos Judiciais / Administrativos - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 30/09/2010		
	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial - 31/12/2009	1.250	623	1.873
Apropriação de Rendas	55	19	74
Movimentação do Período	46	(307)	(261)
Depositados	49	82	131
Levantamentos Efetuados	(1)	(380)	(381)
Conversão em Renda	(2)	(9)	(11)
Saldo Final - 30/09/2010	1.351	335	1.686

Notas Explicativas

As principais discussões relativas às Obrigações Legais são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 989: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 378.
- CSLL - Isonomia – R\$ 433: a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, mantendo a alíquota de 9% para as demais pessoas jurídicas discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 83.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 178: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 178.
- PIS – R\$ 137 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 46.
- INSS x Adicional – R\$ 57 – Afastar o adicional de 2,5% da contribuição previdenciária para as financeiras e equiparadas. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 57.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.089, sendo as principais naturezas descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 375: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 225: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ/CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 194: defendemos que são despesas operacionais necessárias e dedutíveis nos termos da Lei as perdas em operações de crédito e os descontos em sua renegociação e recuperação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 160: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 136: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.
- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 129: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 578 (R\$ 652 em 31/12/2010) (Nota 21a), representado principalmente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

Notas Explicativas

d) Garantias de Recursos Voluntários

Dados em garantia de recursos voluntários relativos a processos de passivos contingentes estão vinculados, depositados ou arrolados os montantes abaixo:

	30/09/2011	31/12/2010
Títulos e Valores Mobiliários (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	564	554
Depósitos em Garantia	1.257	1.204

A ITAÚSA e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as regras da Deliberação nº594, de 15/09/2009, da CVM.

NOTA 32 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

(c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentadas ao Conselho de Administração para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa tem autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding e detinha uma participação de 36,83%, em 30 de setembro de 2011 (36,57% em 31/12/2010).

Notas Explicativas

• Área Industrial

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga) que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação, automações e serviços tecnológicos.

	Janeiro a Setembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
Ativos Totais	2011	789.670	6.695	1.175	644	301.529
	2010	657.442	5.970	1.049	644	250.663
Receitas Operacionais (2)	2011	93.644	2.201	1.074	563	38.894
	2010	76.292	2.022	1.154	643	32.262
Lucro Líquido	2011	10.186	295	30	17	3.889
	2010	8.660	324	34	29	3.555
Patrimônio Líquido	2011	71.364	3.638	535	478	31.343
	2010	64.421	3.401	532	456	28.382
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2011	19,8%	11,1%	7,6%	4,9%	17,3%
	2010	18,9%	13,2%	8,7%	8,6%	17,5%
Geração Interna de Recursos (4)	2011	29.684	635	52	33	12.005
	2010	27.911	591	73	59	10.760

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros e Previdência e Capitalização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços Financeiros.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set/4)

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

Abaixo segue informações das Receitas por área geográfica da área de serviços financeiros, já na proporção da participação da ITAÚSA.

As controladas da área industrial não têm transações externas relevantes no consolidado.

	01/01 a 30/09/2011			01/01 a 30/09/2010		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira	27.414	1.178	28.591	12.909	997	13.906
Ativos não Correntes	2.806	243	3.049	2.729	189	2.918

Informações adicionais

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total da ITAÚSA CONSOLIDADO em 2011 e em 2010.

NOTA 33 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, o Instituto Assistencial Pedro Di Perna, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- O investimento na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

Notas Explicativas

a) Partes Relacionadas

	Controladora						Consolidado					
	Valor da transação			Saldo em Aberto			Valor da transação			Saldo em Aberto		
	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2010	30/09/2011	31/12/2010	01/07 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2010	30/09/2011	31/12/2010
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	-	-	3	(61)	-	-	-	-	-	-	(114)	(108)
Itaú Unibanco S.A.	-	-	3	(61)	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundação BEMGEPREV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(13)
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20)	(17)
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83)	(79)
Caixa de Prev. Dos Func. Do Banco BEG - PREBEG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-
Itaú Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Depósitos à Vista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3
Receitas de Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	-	9	15	1	11	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	-	-	5	10	-	6	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	-	-	1	2	1	2	-	-
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	3	3	-	1	-	-
Receita (Despesas) com Aluguéis	-	1	-	-	-	-	(16)	(27)	(4)	(23)	-	-
Itaú Unibanco S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	-	-	(16)	(20)	(4)	(16)	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	(4)	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(3)	-	-
Despesas com Doações	-	-	-	-	-	-	(20)	(47)	(16)	(37)	-	-
Instituto Itaú Cultural	-	-	-	-	-	-	(16)	(43)	(16)	(37)	-	-
Instituto Unibanco de Cinema	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)	-	-	-	-

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/09/2011	31/12/2010
Duratex S.A.	391	362
Elekeiroz S.A.	31	15
Itautec S.A.	173	167
Total	595	544

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores da ITAÚSA são compostos conforme segue:

	30/09/2011	30/09/2010
Remuneração	3	6
Participações no Lucro	3	5
Contribuição aos Planos de Aposentadoria	-	1
Total	6	12

NOTA 34 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 327 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Conforme nota 20c, as debêntures remuneram 106,5% do CDI e a amortização dar-se-á em três parcelas anuais e sucessivas em junho de 2011, 2012 e 2013.

Notas Explicativas

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Como forma de gerenciar melhor sua exposição, a ITAÚSA possui o controle dos seus investimentos com maior propensão ao risco, notadamente aqueles da área financeira. As entidades nas quais a ITAÚSA participa direta ou indiretamente, mas não controla, não estão sujeitas a riscos relevantes. Esta nota de riscos prioriza a gestão da controlada que concentra o maior nível de riscos de mercado, crédito e liquidez, o Itaú Unibanco Holding. Desta forma, estamos apresentando as suas informações de gestão de risco pelos valores integrais, sem aplicar a proporcionalidade da participação da ITAÚSA.

ÁREA FINANCEIRA

Risco de Crédito

Risco de crédito, conforme resolução 3.721 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações e (iv) aos custos de recuperação.

A gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos e externos. Dentre os internos destacam-se os critérios de classificação de clientes, a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; já os externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior, e a fatores como a participação de mercado, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e aumento (ou redução) do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estruturado de forma a garantir a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios, por meio de estrutura de comitês e comissões. No varejo, as decisões de concessão e gestão da carteira de crédito são tomadas tendo como base modelos de score continuamente acompanhados. No atacado, as diversas comissões se subordinam à Comissão Superior responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

1. Mensuração do Risco de Crédito

1.1. Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O Itaú Unibanco leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco e dos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Notas Explicativas

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor que 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
Impairment	Operações Corporate com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *credit* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basileia. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

1.2. Títulos públicos e outros instrumentos de dívida

A Instituição classifica os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições ao risco de crédito.

Notas Explicativas

2. Controle do limite de risco de crédito

O Itaú Unibanco Holding realiza o controle do risco de crédito de forma centralizada, ao passo que a gestão do risco de crédito é feita descentralizada por cada unidade de negócio.

O monitoramento centralizado das carteiras é realizado por área executiva independente responsável pelo controle de risco de crédito, que utiliza indicadores de risco e desempenho para analisar a carteira de crédito em nível agregado, por linha de negócio, segmento, produto e demais variáveis que considera relevante.

Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

O monitoramento descentralizado das carteiras, com foco na gestão, é realizado por todas as áreas de crédito das unidades de negócio, que avaliam as carteiras em nível detalhado.

O grupo controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O Itaú Unibanco Holding utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de ajustar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência; e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

As garantias são importante instrumento de gestão do risco de crédito e por essa razão só são aceitas quando condizentes com os rigorosos critérios estabelecidos pelo grupo.

O Itaú Unibanco Holding assegura que qualquer garantia mantida é suficiente, juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O Itaú Unibanco Holding utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto ("standby") e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo Itaú Unibanco está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo-se em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impaired* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com reclassificação interna maior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

Notas Explicativas

5. Exposição ao risco de crédito

	30/09/2011			31/12/2010		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.603	18.228	21.831	4.684	10.151	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	89.050	1.965	91.015	87.396	1.286	88.682
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	107.600	5.770	113.370	101.815	13.682	115.497
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	176	176	-	306	306
Derivativos	8.964	4.146	13.110	5.571	2.206	7.777
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.296	40.377	43.673	19.602	24.937	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.467	592	3.059	2.478	692	3.170
Operações de Crédito	273.688	62.021	335.709	241.479	54.008	295.487
Off Balance	249.576	13.483	263.059	214.962	7.074	222.036
Avais e Fianças	44.466	2.491	46.957	36.510	1.864	38.374
Cartas de Crédito	12.768	-	12.768	8.628	-	8.628
Compromissos a Liberar	192.342	10.992	203.334	169.824	5.210	175.034
Crédito Imobiliário	12.122	-	12.122	9.064	-	9.064
Cheque Especial	90.085	-	90.085	82.299	-	82.299
Cartão de Crédito	85.517	689	86.206	72.034	522	72.556
Outros Limites Pré Aprovados	4.618	10.303	14.921	6.427	4.688	11.115
Total	738.244	146.758	885.002	677.987	114.342	792.329

A tabela apresenta a exposição máxima em 30 de setembro de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Para as garantias (Avais, Fianças e Cartas de Crédito) o valor máximo da exposição ao risco de crédito é o montante que o Itaú Unibanco pode vir a desembolsar, se as garantias forem requeridas.

Como descrito no quadro anterior a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 78% das operações de crédito e demais ativos financeiros sobre o total das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;
- somente 6,8% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e
- 5,0% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

Notas Explicativas

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	30/09/2011	%	31/12/2010	%
Setor Público	1.721	0,51%	1.138	0,39%
Indústria e Comércio	98.785	29,43%	84.997	28,76%
Serviços	69.380	20,67%	60.295	20,41%
Setor Primário	15.473	4,61%	13.933	4,72%
Pessoa Física	149.428	44,51%	132.939	44,98%
Outros Setores	922	0,27%	2.185	0,74%
Total	335.709	100,00%	295.487	100,00%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	30/09/2011	%	31/12/2010	%
Setor Primário	1.624	0,57%	581	0,21%
Setor Público	115.080	40,20%	85.058	30,99%
Indústria e Comércio	5.857	2,05%	5.614	2,05%
Serviços	48.713	17,02%	72.491	26,41%
Outros Setores	2.090	0,73%	7.218	2,63%
Pessoa Física	24	0,01%	21	0,01%
Financeiras	112.846	39,42%	103.517	37,71%
Total	286.234	100,00%	274.500	100,00%

(*) inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento e Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos "Off Balance" (Avais e Fianças, Cartas de Crédito, Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

Notas Explicativas

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	30/09/2011					31/12/2010				
	Créditos não Vencidos		Créditos Vencidos com Evento de Perda		Total dos Créditos	Créditos não Vencidos sem Evento de Perda		Créditos Vencidos com Evento de Perda		Total dos Créditos
	em	até	em	até		em	até	em	até	
Baixo	216.764	3.971	-	220.735	196.638	4.346	-	200.984		
Médio	16.337	8.201	-	24.538	52.561	8.053	-	60.614		
Alto	62.176	10.756	-	72.932	13.663	6.348	-	20.011		
Impairment	659	-	16.845	17.504	749	-	13.129	13.878		
Total	295.936	22.928	16.845	335.709	263.611	18.747	13.129	295.487		
%	88,2%	6,8%	5,0%	100,0%	89,3%	6,3%	4,4%	100,0%		

Classificação Interna	30/09/2011				31/12/2010			
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Baixo	Médio	Alto	Impairment
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Pessoas Físicas	70.305	13,186	48.210	9,374	66.192	41,080	10.057	8,086
Cartão de Crédito	17.212	3,090	12.330	2,954	15.538	12,142	2.950	2,411
Crédito Pessoal	7.165	7,315	15.632	2.947	33.059	7,001	4.203	2.195
Veículos	34.387	2,707	19.376	3,961	60.431	21,666	2.849	3,315
Crédito Imobiliário	11.541	74	872	112	7.575	271	55	165
Grandes Empresas	87.909	371	3.241	918	73.051	2.505	143	884
Micros/Pequenas e Médias Empresas	49.993	10,094	17.162	6,520	48.254	17,029	9.811	4,856
Unidades Externas América Latina	12.528	887	4.319	92	13.487	-	-	52
Total	220.735	24,538	72.932	17,504	200.984	60,614	20,011	13,878
%	65,8%	7,3%	21,7%	5,2%	68,0%	20,5%	6,8%	4,7%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, baseado nos indicadores de qualidade de crédito:

6.1.1 As operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento:

Classificação Interna	30/09/2011					31/12/2010				
	Vencidos em até 30 dias		Vencidos de 31 a 60 dias		Total	Vencidos em até 30 dias		Vencidos de 31 a 60 dias		Total
	em	até	em	até		em	até	em	até	
Pessoas Físicas	11.453	4,161	2.027	17,641	9.235	3,280	1,571	14,086		
Cartão de Crédito	1.159	399	354	1.912	872	352	325	1.549		
Crédito Pessoal	8.227	1,756	553	10,536	6.851	2,331	330	9,514		
Veículos	311	2,775	1,072	4,228	2.851	90	44	3,285		
Crédito Imobiliário	633	137	48	818	377	55	44	476		
Grandes Empresas	2.883	1,214	901	4,998	2.275	1,114	710	4,099		
Micros/Pequenas e Médias Empresas	302	43	28	373	770	31	15	816		
Unidades Externas América Latina	15.271	5,662	3,052	23,985	12,657	4,480	2,340	19,477		
Total	28.939	11,809	5,082	45,830	34,745	9,246	4,060	48,051		

Notas Explicativas

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	30/09/2011							Total
	Ativos Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total	
Baixo	112.846	108.770	176	6.844	23.492	3.052	255.180	
Médio	-	4.519	-	6.231	20.071	7	30.828	
Alto	-	81	-	35	110	-	226	
Total	112.846	113.370	176	13.110	43.673	3.059	286.234	
%	39,4%	39,6%	0,1%	4,6%	15,3%	1,1%	100,0%	

Classificação Interna	31/12/2010							Total
	Ativos Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total	
Baixo	103.517	107.798	-	5.140	22.055	3.163	241.673	
Médio	-	7.564	-	2.577	22.428	7	32.576	
Alto	-	135	-	60	56	-	251	
Total	103.517	115.497	-	7.777	44.539	3.170	274.500	
%	37,7%	42,1%	0,0%	2,8%	16,2%	1,1%	99,9%	

Notas Explicativas

Os ativos financeiros que estão vencidos sem redução no valor recuperável ou individualmente vencidos com redução no valor recuperável estão cobertos parcialmente ou em sua totalidade por garantias.

Em relação a pessoas jurídicas, grande parte das operações é dotada de garantias, que são requeridas conforme a finalidade do crédito. Operações destinadas a financiar a produção de bens têm como garantia mais comum, máquinas e equipamentos. Financiamentos de fluxo de caixa normalmente são garantidos por duplicatas ou cheques, recebíveis de cartão, avais ou coobrigação dos sócios da empresa e/ou terceiros. Operações destinadas a investimentos, por outro lado, normalmente recebem garantia de alienação fiduciária ou hipoteca do próprio bem objeto do financiamento. Além disso, também podem ser aceitas aplicações financeiras, cotas de fundos, títulos de dívida e outros instrumentos.

Já em relação ao crédito para pessoas físicas, garantias são requeridas principalmente em operações de financiamento imobiliário e de veículos, nas quais os próprios bens financiados são dados em garantia. Em relação aos demais produtos de crédito, a requisição de garantias é menos freqüente, mas também pode ocorrer; nesses casos, dentre os tipos mais comuns de garantias utilizadas são aplicações financeiras.

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de reestruturação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a conta do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao de não vencida e é classificada nos ratings internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R\$ 13.085 (R\$ 9.032 em 31/12/2010).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 30 de setembro de 2011 e 2010:

	01/07 a 30/09/2011	01/07 a 30/09/2010	01/01 a 30/09/2011	01/01 a 30/09/2010
Imóveis Não de Uso	2	2	5	3
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	12	12	29	16
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	1	4	4	65
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) - Dação	-	-	1	2
Total	15	18	39	86

Notas Explicativas

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado realizado pelo Itaú Unibanco Holding abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco Holding encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia adotada pelo Itaú Unibanco Holding baseia-se no uso abrangente e complementar de métodos, bem como de ferramentas quantitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Nesse contexto, a estratégia de gerenciamento de risco do Itaú Unibanco Holding visa a balancear os objetivos de negócio da empresa com seu apetite de risco, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Portfólio de risco de mercado da instituição;
- Expertise para atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais do Itaú Unibanco Holding. Além disso, a área independente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Itaú Unibanco Holding.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do Banco Central do Brasil (BACEN) e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação (*trading*) e carteira de não-negociação (*banking*). A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta mesma segregação de carteiras.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações detidas sem intenção de negociação no curto prazo, e seus respectivos *hedges*, bem como em operações destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

O Itaú Unibanco Holding realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge*

Notas Explicativas

contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* e das demais alterações no processo contábil.

As exposições a risco de mercado dos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado, sendo os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo Itaú Unibanco:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons de taxas de juros.
- Cupons Cambiais: risco de perda das posições em operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda das posições em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações;

O processo de gerenciamento de risco começa com a determinação dos limites, que são aprovados pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Políticas de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão.

O Itaú Unibanco Holding utiliza limites de riscos caracterizados como limites superiores ou limites internos. Os limites superiores são definidos pela CSRisc e CSTI e são monitorados pela área de controle de risco de mercado e reportados às comissões superiores. Os limites internos são definidos pelas comissões das unidades de controle e monitorados pelas respectivas áreas de controle de risco locais; entretanto, estão sujeitos ao cumprimento dos limites superiores. Ambos os limites são monitorados diariamente.

Além do reporte do consumo dos limites estabelecidos, também são reportados a estas comissões as demais medidas de controle de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis. É a medida de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não-negociação.

Adicionalmente às medidas de risco acima, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (*gaps*): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais; e
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação está autorizado a atingir.

Notas Explicativas

VaR - Consolidado Itaú Unibanco Holding

O modelo interno de *VaR* utilizado pelo Itaú Unibanco Holding considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela a seguir demonstra o *VaR* Global Consolidado, abrangendo as carteiras do Itaú Unibanco Holding, Banco Itaú BBA *International* S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A. e Banco Itaú Paraguai S.A.. As carteiras do Itaú Unibanco são segregadas por grupo de fatores de risco, refletindo a gestão e o controle de risco de mercado.

O consolidado Itaú Unibanco Holding S. A., mantendo sua gestão conservadora e diversificação do portfólio, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital. Neste trimestre, o aumento observado quando comparado com o final de 2010, se deve principalmente ao incremento na volatilidade gerada pela recente crise global e aumento da aversão ao risco.

Pode-se observar que a diversificação dos riscos é significativa, permitindo ao conglomerado manter uma exposição total ao risco de mercado reduzida quando comparada a seu capital. Neste período, o *VaR* Global Médio foi de R\$ 124,2 milhões ou 0,18% do patrimônio total (em todo o ano de 2010 foi de R\$ 109,4 milhões ou 0,16%).

	VaR Global (*)				
	Média	Mínimo(**)	Máximo(**)	30/09/2011	31/12/2010
	(em milhões de R\$)				
Grupo de Fatores de Risco					
Taxa de Juros	90,0	27,0	168,8	148,8	123,7
Cupons Cambiais	29,2	12,6	59,0	37,6	17,3
Moedas Estrangeiras	36,8	14,2	69,2	34,5	34,0
Índices de Preços	16,4	2,5	41,6	28,7	18,6
Ações	14,5	4,9	26,1	7,6	14,4
Unidades Externas					
Itaú BBA <i>International</i>	2,7	0,4	6,4	2,1	0,6
Itaú Argentina	3,4	1,6	9,3	9,3	1,6
Itaú Chile	4,7	1,9	9,1	8,6	3,3
Itaú Uruguai	0,4	0,2	1,1	1,1	0,2
Itaú Paraguai	0,7	0,1	1,7	0,5	0,9
Efeito de diversificação				(115,4)	(82,8)
Total	124,2	73,8	172,9	163,2	131,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação do fechamento da data-base

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a posição dos nossos ativos que rendem juros e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados devido a diferentes datas de reprecificação durante o período.

Risco de taxa de juros (*)

	30/09/2011					31/12/2010	
	0-30	31-180	181-365	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Ativos Remunerados	206.168	158.047	87.137	189.425	78.575	719.352	656.069
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.144	3.052	3.531	1.048	56	21.831	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	30.831	48.215	3.359	6.637	1.973	91.015	88.682
Depósitos Compulsórios no Banco Central	97.409	-	-	-	-	97.409	85.776
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.473	6.725	22.220	45.810	33.142	113.370	115.497
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do Resultado	176	-	-	-	-	176	306
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.623	7.410	2.756	10.013	17.871	43.673	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-	83	28	197	2.751	3.059	3.170
Derivativos	1.425	5.355	2.491	2.414	1.425	13.110	7.777
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	51.087	87.207	52.752	123.306	21.357	335.709	295.487
Passivos Remunerados	175.513	70.266	54.636	150.419	90.270	541.104	493.529
Depósitos de Poupança	63.334	-	-	-	-	63.334	57.900
Depósitos a Prazo	28.631	24.579	10.628	31.912	33.365	129.115	116.416
Depósitos Interfinanceiros	581	967	287	296	26	2.157	1.929
Depósitos para Investimentos	-	-	-	-	-	-	906
Mercado Aberto	71.981	12.969	14.059	77.940	18.620	195.569	199.657
Mercado Interbancário	4.188	25.084	15.883	27.567	10.458	83.180	62.599
Mercado Institucional	548	2.341	11.326	10.380	26.741	51.336	44.513
Derivativos	1.001	4.326	2.453	2.324	1.060	11.164	5.671
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	2.426	-	-	-	-	2.426	1.335
Passivos de Planos de Capitalização	2.823	-	-	-	-	2.823	2.603
Diferença ativo/passivo	30.655	87.781	32.501	39.006	(11.695)	178.248	162.540
Diferença Acumulada	30.655	87.781	32.501	39.006	(11.695)	178.248	162.540
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	4,3%	12,2%	4,5%	5,4%	(1,6%)	24,8%	24,8%

(*) Prazos contratuais remanescentes

Notas Explicativas**RISCO DE MOEDA**

30/09/2011					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	4.374	326	36	2.107	6.843
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	49	-	1.461	1.510
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.039	1.124	-	1.065	18.228
Aplicações em Mercado Aberto	1.882	-	-	83	1.965
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.953	632	-	185	5.770
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	176	-	-	176
Derivativos	3.052	804	-	290	4.146
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	38.091	63	-	2.223	40.377
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	592	-	-	-	592
Operações de Crédito, líquida	32.802	5.068	2.772	21.379	62.021
TOTAL DO ATIVO	101.785	8.242	2.808	28.793	141.628

30/09/2011					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	35.238	2.043	348	17.384	55.013
Captações no Mercado Aberto	9.017	-	-	190	9.207
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-	-	972	972
Derivativos	2.691	735	-	273	3.699
Recursos de Mercados Interbancários	26.352	718	2	1.888	28.960
Recursos de Mercados Institucionais	46.840	3.167	-	151	50.158
TOTAL DO PASSIVO	120.138	6.663	350	20.858	148.009

POSIÇÃO LIQUÍDA	(18.353)	1.579	2.458	7.935	(6.381)
------------------------	-----------------	--------------	--------------	--------------	----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6 referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Nota 9 referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

31/12/2010					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	3.433	124	130	1.154	4.841
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	8	-	898	906
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.726	2.724	-	701	10.151
Aplicações em Mercado Aberto	1.177	-	-	109	1.286
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	12.447	694	-	541	13.682
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	306	-	-	306
Derivativos	1.974	111	-	121	2.206
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	22.320	47	-	2.570	24.937
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	692	-	-	-	692
Operações de Crédito, líquida	30.558	4.158	2.511	16.781	54.008
TOTAL DO ATIVO	79.327	8.172	2.641	22.875	113.015

31/12/2010					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	21.603	1.435	274	13.822	37.134
Captações no Mercado Aberto	15.327	-	-	259	15.586
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	1.335	-	-	1.335
Derivativos	1.684	119	-	130	1.933
Recursos de Mercados Interbancários	25.013	712	1	1.360	27.086
Recursos de Mercados Institucionais	27.355	1.333	-	932	29.620
Provisões Técnicas de Seg. Privada e Capitalização					
Provisões					
Obrigações Fiscais Diferidas					
Outros Passivos Financeiros					
TOTAL DO PASSIVO	90.982	4.934	275	16.503	112.694

POSIÇÃO LIQUÍDA	(11.655)	3.238	2.366	6.372	321
------------------------	-----------------	--------------	--------------	--------------	------------

Notas Explicativas

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco Holding possui estrutura dedicada ao aperfeiçoamento da monitoração e análise, através de modelos de projeções estatísticas e econômico-financeiras, das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local e estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 410,6 bilhões de reais no terceiro trimestre de 2011, com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 29,9% do total, ou R\$ 122,7 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é bastante estável: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	30/09/2011			31/12/2010	
	0-30 dias	Total	%	Total	%
Depósitos	118.615	220.675	53,7	202.688	55,9
Recursos à Vista	26.069	26.069	6,3	25.349	7,0
Recursos de Poupança	63.334	63.334	15,4	57.900	16,0
Recursos a Prazo	28.631	129.115	31,4	116.416	32,1
Outros Recursos	581	2.157	0,5	3.023	0,8
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	2.347	40.965	10,0	24.304	6,7
Recursos de Emissão Própria (2)	1.704	110.565	26,9	101.278	27,9
Dívida Subordinada	56	38.367	9,3	34.487	9,5
Total	122.722	410.572		362.757	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Notas Explicativas

Controle de Liquidez

O Itaú Unibanco Holding gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o terceiro trimestre de 2011, o Itaú Unibanco Holding manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (disponibilidades de caixa, posições bancadas das aplicações no mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R\$ 58,2 bilhões e representavam 47,4% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 14,2% do total de recursos e 11,5% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo Itaú Unibanco Holding na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores Liquidez	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	47,4
Ativos Líquidos / Recursos Totais	14,2
Ativos Líquidos / Ativos Totais	11,5

Adicionalmente, apresentamos os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes considerando seus fluxos não descontados, exceto pelos derivativos que são apresentados pelos valores descontados.

Fluxos Futuros não Descontados exceto para Derivativos	<i>R\$ Milhões</i>				
	30/09/2011			31/12/2010	
PASSIVO	0 - 30	31 - 365	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos	110.933	42.692	81.210	234.835	225.333
Depósito a Vista	26.069	-	-	26.069	25.532
Depósito Poupança	63.334	-	-	63.334	57.900
Depósito a Prazo	20.921	41.046	80.798	142.765	138.911
Depósito Interfinanceiros	608	1.646	412	2.666	2.084
Outros Depósitos	-	-	-	-	906
Captações no Mercado Aberto (1)	63.833	28.377	131.997	224.208	214.503
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	3.383	19.063	21.107	43.553	27.358
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	2.862	27.263	35.407	65.532	56.392
Dívidas Subordinadas (4)	56	9.260	45.827	55.142	46.262
Instrumentos Financeiros Derivativos (5)	1.002	6.783	3.426	11.211	5.671
	182.069	133.437	318.975	634.480	575.519

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade - CARTEIRAS DE NEGOCIAÇÃO (TRADING) E NÃO NEGOCIAÇÃO (BANKING)

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, o Itaú Unibanco realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes aos quais o conglomerado estava exposto. Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques de 25% e 50%, tanto de crescimento quanto de queda. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do Itaú Unibanco em cenários excepcionais.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464 do CMN, de 26 de junho de 2007, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação e carteira de não-negociação. A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta segregação.

As análises de sensibilidade, aqui apresentadas, são uma avaliação estática de exposição do portfólio e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada minimizando a sensibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

O método, parâmetros e premissas da análise encontram-se no site de Relações com Investidores (www.itaunibanco.com.br/ri) na rota: Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos - Circular 3.477.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, com horizonte de investimentos de curto prazo, destinadas a hedge de outros instrumentos desta carteira ou trava de resultados de arbitragem.

		Valores em BRL mil		
Carteira Trading	Exposições	30/09/2011 (*)		
		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	1.035	(25.839)	(51.581)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1)	27	108
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(3.034)	(75.854)	(151.708)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(426)	(10.516)	(20.755)
TR	Taxa do cupom de TR	403	(10.167)	(20.521)
Ações	Preço de ações	478	(11.939)	(23.879)
Total sem correlação		(1.546)	(134.289)	(268.336)
Total com correlação		(1.126)	(97.857)	(195.539)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações com horizonte de investimento de médio e longo prazos e seus respectivos hedges e as destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

		Valores em BRL mil		
Carteira Trading e Banking	Exposições	30/09/2011 (*)		
		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(1.639)	(40.794)	(81.229)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.394)	(34.496)	(68.246)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	2.626	(65.655)	(131.310)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(855)	(21.243)	(42.217)
TR	Taxa do cupom de TR	(3.282)	(80.130)	(156.405)
Ações	Preço de ações	606	(15.145)	(30.289)
Total sem correlação		(3.938)	(257.463)	(509.697)
Total com correlação		(2.870)	(187.616)	(371.421)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc).

Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Todos os instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Itaú Unibanco estão demonstrados no item Instrumentos Financeiros Derivativos, constante nesta nota.

Notas Explicativas

NOTA 35 – OPERAÇÃO COM O CARREFOUR

Em 14 de abril de 2011 o Itaú Unibanco Holding celebrou com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour Brasil"), Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour"), pelo valor de R\$ 725 milhões, correspondente a um múltiplo P/L (Preço/Lucro) 2010 de 11,6. A conclusão da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2011

DATA, HORA E LOCAL: Em 7 de novembro de 2011, às 11:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 12º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE DA MESA: Tereza Cristina Grossi Togni.

QUORUM: Totalidade dos membros efetivos.

DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE:

Após exame das demonstrações contábeis referentes ao 3º trimestre de 2011, os Conselheiros resolveram lavrar o seguinte parecer:

“Os membros efetivos do Conselho Fiscal da ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao exame das demonstrações contábeis referentes ao 3º trimestre de 2011, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período.”

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada.

São Paulo (SP), 7 de novembro de 2011.

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI
Presidente

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS
Conselheiro

PAULO RICARDO MORAES AMARAL
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Não se aplica.